



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 129

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 129**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão****Expediente:**

Mensagens

Ofícios.....

Proposta de Emenda à Constituição

Indicações

Requerimentos

Projetos de Lei

Grande Expediente:

Homenagem aos Formandos do

Curso de Direito da PUC

Proponente:

Dep. Cesar Seleme.....

Orador:

Prof. Jefferson Medina.....

Encerramento

Pequeno Expediente:

Prof. Angelina - Secretaria de

Estado da Educação

Interpelações:

Dep. Ângelo Vanhoni.....

Dep. Rafael Greca.....

Dep. Cida Borghetti.....

Dep. Tadeu Veneri.....

Dep. José Maria Ferreira.....

Dep. Ademar Traiano.....

Dep. José Domingos Scarpellini....

Dep. Barbosa Neto

Dep. André Vargas

Horário das Lideranças:

Liderança do PT:

Dep. André Vargas.....

Lider. do Bl. Parl. PTB/PL/PMR: ..

Dep. Pastor Edson Praczyk.....

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto.....

Liderança do PMDB:

Dep. Antonio Anibelli.....

Liderança do Governo:

Dep. Dobrandino da Silva.....

Liderança da Oposição:

Dep. Ademar Traiano

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão / Votação:

Redação Final.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Discussão Única (Indicações)....

Requerimentos.....

Encerramento da Sessão Ordinária**Transcrições.....****122ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE NOVEMBRO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Ademar Traiano e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior,

Reni Pereira, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (46). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Artagão Júnior, Chico Noroeste, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Renato Gaúcho e Waldir Leite (07); em viagem representativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 063/2005

Curitiba, 21 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva denominar José Neves Formighieri o trecho da Rodovia BR-467, entre as localidades de Cascavel e Toledo-PR.

A homenagem que a presente proposição objetiva conferir é indiscutivelmente justa, pois expressa o reconhecimento do povo paranaense a quem, com seu trabalho e dedicação, muito contribuiu para o desenvolvimento e progresso do Paraná.

José Neves Formighieri, nasceu em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, em 05 de agosto de 1916. Mudou-se para o Paraná em 1946 fixando residência em Curitiba, onde exerceu atividades como empreiteiro de obras até 1950, ano em que mudou-se para Cascavel, onde desempenhou relevantes funções públicas, que muito contribuíram para o desenvolvimento daquela região.

Eleito como o primeiro Prefeito Municipal de Cascavel, em 1952, encerrando seu mandato em dezembro de 1956, cabendo frisar que, nos primeiros seis meses de sua administração, arcou com as despesas da Prefeitura às suas próprias custas, tais como: a compra do primeiro trator do Município; a primeira escola municipal e a reforma do Paço Municipal. Graças às suas gestões, foram instaladas em Cascavel as coletori-

rias Federal e Estadual, órgãos de suma importância aos municípios, que até então tinham que se deslocar a Foz do Iguaçu para efetuarem o recolhimento de seus tributos.

Sua administração também foi marcada pela instalação da Comarca, dos cartórios e a implantação da primeira malha rodoviária do Município, com, aproximadamente, trezentos quilômetros, implicando na construção de inúmeras pontes, isto, apenas, em quatro anos. Também em sua administração promoveu a demarcação e localização do perímetro urbano da cidade, com abertura de ruas e praças.

Terminado seu mandato como Prefeito Municipal de Cascavel, continuou sua atividade política como Vereador no mesmo Município, tendo sido eleito para o período de 1956 a 1960. Presidiu, também, o extinto PTB por doze anos, de 1952 a 1964.

Líder político de escol, sua vida pública sempre foi pautada em sólidos princípios morais e éticos e voltada, invariavelmente, para os interesses da comunidade e da região. Nesta esteira, participou de várias gestões junto aos governos Federal e Estadual, dentre as quais destacam-se: o asfaltamento da então BR-101 e atual BR-277, trecho Guarapuava/Cascavel; a instalação da primeira agência do Banco do Brasil daquela cidade; a liberação de recursos para a instalação de água potável, dentre outros feitos importantes, para o município de Cascavel. José Neves Formighieri veio a falecer, em Curitiba, no ano de 2002.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO

Art. 1º Fica denominada de José Neves Formighieri o trecho da Rodovia BR-467, entre as localidades de Cascavel e Toledo-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. À
Diretoria Legislativa.

Ofício

Sob o nº CTL/CC 209/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 372, 373, 414, 440, 465, 469, 470, 496, 497, 502, 504, 507, 511, 522, 523, 543, 547, 548, 550, 551 e 559/2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Fica inserido no texto do artigo 98 da Constituição do Paraná o parágrafo 6º, com a seguinte redação:

§ 6º. *Os créditos alimentícios titularizados por idosos, assim entendidas as pessoas que contem com 60 anos de idade ou mais, desde que comprovada esta particularidade no ofício requisitório, deverão ser pagos pela Fazenda Estadual, Municipal e pelas autarquias no prazo de sessenta dias, contados da data de apresentação do precatório, na ordem cronológica de sua apresentação, sendo vedada a cessão do crédito a terceiros, inclusive para fins de compensação tributária.*

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Jocelito Canto, Duílio Genari, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Nelson Garcia, Dobrandino da Silva, Cesar Seleme, José Maria Ferreira, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Luiz Accorsi, Delegado Bradock, Barbosa Neto, Mauro Moraes, Pedro Ivo Ilkiv e 02 Ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

De início, a ressalva formal da competência resta solucionada em função da atribuição ao Governador, obediente à regra de simetria com o que estabelece a Constituição Federal, da iniciativa de proposta de emenda à Constituição. Quando à matéria de fundo, cumpre já de início considerar que os precatórios cíveis de natureza alimentícia têm tratamento diferenciado quanto ao pagamento em relação a créditos de outra natureza, de acordo com o artigo 100 da Constituição Federal, e o parágrafo 2º. do artigo 98 da Constituição Estadual. O Governo do Estado tem assim interpretado e procedido quando lhes destina 70% do montante previsto para pagamento de precatórios em geral. E, não poderia ser diferente, porquanto compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos e pensões.

O artigo 100 da Constituição Federal assim determina:

Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

No mais a Constituição Federal é omissa quanto à ordem cronológica do pagamento dos precatórios alimentícios.

O parágrafo 5º, do artigo 98 da Constituição Estadual, determina:

Art. 98. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 5º *Os créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos pela Fazenda Estadual ou municipal e pela autarquias, no prazo de trinta dias contados da data da apresentação dos precatórios, na ordem cronológica de sua apresentação.*

Assim este dispositivo estatui ordem cronológica para pagamento de créditos de natureza alimentícia, como também, determina que a Fazenda Estadual o faça no prazo de trinta dias contados da data de apresentação.

Com o advento da recente Lei nº 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, vemos prescrito em seu artigo 71: *É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.* Da leitura do aludido artigo poder-se-ia interpretar que a mencionada prioridade ficaria balizada estritamente à esfera judicial, o que fica esclarecido plenamente com o parágrafo 3º do mesmo artigo 71: *A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços da Assistência Judiciária.* Portanto o pagamento de precatórios é, indubitavelmente, um procedimento da Administração Pública.

Ilustrando ainda, em 23 de abril de 2004 pela instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal de nº 418 é priorizado aos Idosos a restituição do Imposto de Renda do ano. Poder-se-á, inclusive, ressaltar que até a correção do Fundo de Garantia por tempo de Serviço, o FGTS, está sendo liberado com prioridade aos Idosos.

É de bom senso que se demonstre respeito por aqueles que já deram de si, ao longo do tempo e diante da menos expectativa de vida que vivenciam, são merecedores de receberem seus justos benefícios, para usufruí-los, ainda em suas vidas.

Esta proposta de emenda à Constituição visa, portanto, fazer com que o Estado do Paraná, na linha do respeito ao idoso gizada pela legislação federal, seja pioneiro também no reconhecimento da dignidade da terceira idade, traduzido na priorização de pagamento dos créditos havidos junto ao Estado pelos que se enquadram nesta condição.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 068/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Luiz Nishimori dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Sugere ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, e, ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Orlando Pessuti, a realização de estudos para a criação de Legislação Especial estabelecendo cláusulas de barreiras para a entrada de produtos agrícolas em grãos, oriundos de outros países - principalmente os que fazem fronteira com o Brasil - cujos produtos têm chegado ao Paraná com preços menores que os nossos, desestimulando e causando prejuízos aos nossos produtores.

2 - Sugere, também, aos acima citados, que sejam efetuados estudos para que, enquanto houver o estoque regulador de grãos do Estado, seja em armazéns ou silos, não poderá haver importação de grãos no Estado do Paraná.

3 - Sugere, ainda, que seja estudada uma fórmula para que possa ser adicionado produto, alternativo em substituição ao que estiver em falta no mercado, (exemplo: falta farinha de trigo, seja adicionado um percentual de farinha de mandioca ou milho) dependendo do produto que esteja em falta.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Os produtores paranaenses têm se ressentido da entrada de produtos de outros países, principalmente os fronteiriços do Brasil, com preços subsidiados pelos seus respectivos governos, com preços abaixo dos nossos preços de mercado. Essa situação tem colocado os nossos produtores em desespero, pela competitividade sem concorrência.

Além do mais, a falta de alternativa para os nossos produtores, como financiamento com juros baixos, subsídios ou qualquer outra alternativa de custeio, tem colocado os produtores em alerta, o que tem cooperado para a redução da área plantada e conseqüente falta de mercado.

Por essa razão, encarecemos ao Governo do Estado a criação dessas cláusulas de barreira para aumentar as possibilidades de competição dos nossos agricultores com os preços do mercado de importação que vêm com subsídios governamentais.

INDICAÇÃO Nº 069/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A construção de uma Capela Mortuária no Jardim Ana Rosa em Cambé.

2 - Essa Capela atenderá às necessidades da região, que possui aproximadamente trinta mil habitantes, compreendidos pelos moradores dos bairros no entorno do Jardim Ana Rosa como: Jardins Tupi, Bela Vista, Fávoro, Imperatriz e o Conjunto Habitacional Cambé IV.

3 - Os moradores desses bairros estão a uma distância de quase meia hora do centro da cidade, onde se

encontra a única Capela Mortuária de um município que possui mais de cem mil habitantes.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O município de Cambé, com aproximadamente cem mil habitantes, possui apenas uma Capela Mortuária, no centro da cidade, para atender toda a população.

Os moradores dos bairros Jardim Ana Rosa, Jardim Tupi, Jardim Bela Vista, Jardim Fávoro, Jardim Imperatriz e Conjunto Habitacional Cambé IV, estão a uma distância de quase meia hora até o centro da cidade.

Buscando melhor atender aos moradores desses bairros, esta indicação sugere a construção de uma Capela Mortuária na referida região.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3558-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 664/2005, de minha autoria, que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, do imóvel conforme especifica.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3562-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 703/2005, Mensagem nº 62/2005, de autoria do Poder Executivo, objetivando isentar do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), as operações internas que destinem produtos de cesta básica de alimentos a consumidores finais.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3563-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 704/2005, Mensagem nº 60/2005, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), incidente sobre a parcela da subvenção da tarifa da energia elétrica fornecida aos

consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3564-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 705/2005, Mensagem nº 61/2005, de autoria do Poder Executivo, objetivando autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEED, a participar do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Conseg, bem como para pagamento de anuidades respectivas.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3574-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que o este subscreve, pede à egrégia Assembléia que determine urgência na análise do Projeto de Lei nº 271/2005, de autoria deste Deputado, que dispõe sobre a proibição de remoção da infra-estrutura ferroviária pelas concessionárias de serviços de transporte férreo.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A importância da agilização no processo de análise do Projeto de Lei nº 271/2005, fundamenta-se nos procedimentos que vêm adotando as concessionárias ferroviárias, após as privatizações, que receberam a incumbência de zelar pelo patrimônio público cujo uso lhes foi entregue, têm destruído e feito vender como sucata, estradas de ferro por inteiro, desbordando abertamente do conteúdo do contrato de concessão, que não trata de obra, mas de serviço público, e não de deserviço, de desmanche.

Esta dilapidação de patrimônio público ferroviário, em ramais apontados pela concessionária como anti-econômico, impede seu futuro uso, seja turístico, seja estratégico e econômico - já que economicidade é um conceito dinâmico e variável.

É sabido que infra-estruturas ferroviárias são de longuíssima duração. Os metrô e acessos suburbanos de cidades como Londres, Nova Iorque e Paris remontam à metade do século XIX.

O metrô de Buenos Aires e seus acessos ferroviários são de 1916.

A ferrovia Curitiba-Paranaguá, monumento nacional, obra da genialidade de engenharia do tempo do império, é de 1880-1885.

Não é de hoje que o Paraná tem visto a desativação de trechos ferroviários por inteiro, com a triste venda dos dormentes e trilhos. No Norte Pioneiro há fazendas que utilizam os trilhos como suporte de cercas para arenas de

leilão e piquete de gado. Muito apreciado na arquitetura o uso dos velhos dormentes de estrada de ferro como peças de decoração.

Na capital do Estado há o discutível projeto de desativação - e desmanche - do ramal Curitiba - Almirante Tamandaré - Rio Branco do Sul - Cerro Azul. Que poderia com inteligência, ser aproveitado, seja para roteiro de turismo metropolitano, seja para transporte de massa de passageiros - qual metrô de superfície - conforme estudo realizado pelo urbanista Lolô Cornelsen.

O mega empresário britânico Sherwood, dos hotéis Cipriani e Copacabana Palace, e das ferrovias Orient Express, quando fui Ministro do Turismo do Brasil, propôs a utilização de ferrovias desativadas, sem transportes de cargas para instalar no Brasil uma subsidiária do trem mágico Orient Express, criando rota de uso inusitado no Brasil e de forte potencial de atração turística nacional e internacional.

A lei apenas permitirá a remoção e desmanche de ramais ferroviários, quando de resolução aprovada pelas Prefeituras locais e pelo Governador do Estado, ouvidas as Secretarias dos Transportes, do Turismo e da Cultura, por meio do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico.

As concessionárias não têm delegação de poder para desmanchar, destruir, delapidar, remover o patrimônio da Nação, mas apenas para prestar serviço público de transporte de cargas. Não se pode perder de vista esta verdade. Assim é o espírito da Lei nº 271/2005.

REQUERIMENTO Nº 3647

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o pedido de votação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 19/2004, de autoria deste Parlamentar.

Tal projeto já foi aprovado em 1ª Discussão no ano passado, em 14.12.2004.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dada ciência aos órgãos competentes desta Casa, para as devidas providências administrativas.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3648

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o pedido de votação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 426/2005, de autoria deste Parlamentar.

Tal projeto encontra-se na CCJ e a urgência é necessária pelo motivo de existir projetos de ensino

que podem ser executados já no início do ano de 2006.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dado ciência aos órgãos competentes desta Casa, para as devidas providências administrativas.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3657-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3581-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 607/2005, que declara de Utilidade Pública a Abec - Associação Beneficente Cristo Rei, localizada no município de Marechal Cândido Rondon, tendo em vista a existência de outro requerimento com o mesmo teor.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3645

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o arquivamento do Projeto de Lei nº 615/2005, que encontra-se na CCJ - Comissão de Constituição e Justiça.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dado ciência aos órgãos competentes desta Casa, para as devidas providências administrativas.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3609

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, na forma regimental, solicitar a retirada da pauta, por dez Sessões, do Projeto de Lei nº 274/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que estabelece critérios à criação do banco de sangue de cordão umbilical e placentário do Estado do Paraná, haja vista a existência de projeto de lei que trata de matéria similar.

Assim esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação do presente requerimento, renovando nossos votos da mais alta estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3613

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada dos Projetos de Lei nº 562 e 563/2005, itens 02 e 03 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3631

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 274/2005, item 09 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3646

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o apensamento dos Projetos de Lei nº 686/2005 e 703/2005.

Com o apensamento do Projeto de Lei 686/2005, de autoria deste Deputado, que possui objeto afim com o Projeto de Lei nº 703/2005, de autoria do Poder Executivo, evitando assim, análise e emissão em duplicidade de pareceres, tornando mais célere o procedimento administrativo.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dado ciência aos órgãos competentes desta Casa, para as devidas providências administrativas.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3582-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 605/2005, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2006, até o dia 30 de novembro de 2005.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ADEMIR BIER

Presidente da Comissão de Orçamento

REQUERIMENTO Nº 3559-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 252/2003 e 678/2005, que estabelecem normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3576-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, SOLICITA os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada sua participação, como representante deste Poder Legislativo, no Encontro sobre Turismo que acontecerá durante as comemorações alusivas ao Dia do Rio, promovido pela Prefeitura da cidade de Tibagi, no dia 24 do mês de novembro do corrente ano, onde participarei como conferencista.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Encontro sobre Turismo tem como objetivo contribuir com o enriquecimento e aperfeiçoamento profissional dos participantes quanto à importância da preservação dos rios, do turismo e suas belezas naturais.

REQUERIMENTO Nº 3580-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE para representar a Assembléia Legislativa no IV Encontro do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná e Instituto Paranaidade.

O evento dar-se-á de 7 a 9 de dezembro, na cidade de Foz do Iguaçu, implementado pelo nosso Governo do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O convite anexo, do Secretário de Desenvolvimento Urbano, para interferirmos enquanto engenheiro urbanista merecedor do Prêmio Mundial do Habitat, da ONU, de 1996, nos debates e palestras.

REQUERIMENTO Nº 3586-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para ausentar-se nos dias 24 e 25 deste, para realização de viagem a Ciudad del Este - Paraguai, a fim de participar da Reunião Preparatória do V Fórum do Corredor Bioceânico Central e II

Encontro dos Blocos Brasileiro e Paraguaio, da União de Parlamentares do Mercosul.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 3630

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, autorização para se ausentar do plenário e participar da 2ª Conferência Nacional das Cidades, na condição de Delegado, conforme convocação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, a ser realizado em Brasília, nos dias 30 de novembro e 01, 02 e 03 de dezembro de 2005.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 3584-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, horário no Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 22 de novembro para fazer uso da palavra em homenagem aos formandos, professores e diretores do curso de Direito da PUC.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, PROPÕE, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Extraordinária para a efetivação de Sessão Solene do evento denominado Honraria de Mérito dos Trabalhadores - Prêmio Personalidades Empreendedoras do Paraná, no dia 26 de abril de 2006, às 18h30min, bem como requer o apoio desta Assembléia Legislativa, no sentido de auxiliar na sua realização para êxito do acontecimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de evento promovido pela Fundação Força Trabalhista do Paraná e pela União das Associações de Empregados da CIC, Região Metropolitana do Estado do Paraná, tendo por objetivo homenagear trabalhadores de todas as origens de atividades afins ao trabalho, das diversas escalas sociais, empregados ou patrões, da iniciativa privada ou pública, indicados por entidades representativas, por autoridades e parlamentares dos poderes municipais e estaduais que acompanham este universo e que queiram sugerir nomes de trabalhadores. Valendo ressaltar que o evento encontra-se em sua 12ª edição, tendo homenageado aproximadamente mil trabalhadores do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3635

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a realização de um Seminário para discutir a Ligação Multimodal com Ênfase para o Transporte Ferroviário entre o Atlântico e o Pacífico, a realizar-se nos dias 13 e 14 de dezembro, a partir das 09h30min, no plenarinho da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3554-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 01 de novembro, do Dr. Augustinho da Silva, no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Augustinho da Silva, 53 anos, nasceu no município de Pouso Redondo, em Santa Catarina. Na década de 70 surgiu a oportunidade de mudar-se para São José dos Pinhais, para trabalhar no Cartório do 1º Tabelionato daquela cidade. Dando continuidade aos estudos, formou-se em Contabilidade no ano de 1973 e no ano de 1980 realizou o seu grande sonho de formar-se em Advocacia, cuja trajetória ficou registrada no trabalho jurídico muito bem realizado na cidade.

Participante da vida política da cidade, ocupou a Presidência do Diretório Municipal do PFL sanjoseense. Ainda na política, Dr. Augustinho e sua equipe de trabalho da AGT - Assessoria Jurídica, foram os coordenadores jurídicos responsáveis pelas campanhas políticas do grupo que administra o município de São José dos Pinhais, nos últimos dez anos.

Dr. Augustinho da Silva era divorciado e deixa três filhas: Nara, Nadja e Naiana.

Advogado de muito conceito na região, tendo prestado grande colaboração ao Município, Dr. Augustinho, rotariano do Clube Rotary São José dos Pinhais, foi pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixando muitas saudades aos amigos e familiares.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, no endereço: Rua Jorge Mansos do Nascimento Teixeira, 559 - São Pedro - São José dos Pinhais/PR - CEP 83005-500.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 3555-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos

de pesar à família do Sr. Dejuste da Silva Moura, no último dia 12 deste mês, na cidade de Fazenda Rio Grande.

O falecido era pai de Leslie Moura, deixando ainda outros seis filhos: Elton, Nei, Itamar, Célia, Elmar e Elvis.

À família enlutada, as mais sinceras condolências.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3557-A

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cabral Ribeiro Franco, aos 88 anos de idade, na cidade de Novo Itacolomi, vítima de complicações generalizadas. “Seo” Cabral, foi por duas vezes Vice-Prefeito de Cambira e Prefeito de Novo Itacolomi.

Era de família tradicional da comunidade novo-itacolominense e estava em tratamento no Hospital da Providência de Apucarana. A família recebeu ampla manifestação de parentes e amigos, de sentimentos pelo passamento.

Esta Casa reverencia a memória do extraordinário homem público, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências e que seja oficiado à família em Novo Itacolomi.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3583-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, registro de voto de profundo pesar pelo falecimento da funcionária da Coordenadoria da Ata da Diretoria Legislativa, Oneide Gumy, ocorrido na semana passada.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Lorival Fabiano Ribeiro.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3571-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Oneide Gumy, ocorrido no último dia 15 de novembro de 2005, nesta capital.

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 59 anos de idade, faleceu, no último dia 15 de novembro, a funcionária deste Poder Oneide Gumy, deixando 01 filho e 03 netos.

O passamento de Oneide Gumy veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Oneide, foi profissional cumpridora de seus deveres e muito competente. O destino roubou-a do convívio de seus entes queridos, de seus amigos... Resta-nos todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que, nossos amigos familiares de Oneide, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gumy, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de profundo pesar nos Anais desta Casa, aos familiares do Sr. Ângelo Cavol (Patrão do CTG 20 de Setembro), pelo seu falecimento no dia 24.09.2005, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3636

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ozires Klüpel, aos 76 anos de idade, na cidade de Apucarana, vítima de câncer.

Era de família tradicional da comunidade apucaranaense e deixa viúva a Sra. Maria Betamin Klüpel e seis filhos. Receberam ampla manifestação de parentes e amigos, de sentimentos pelo passamento.

Esta Casa reverencia a memória do Sr. Ozires, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências e que seja oficiado à família em Apucarana.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3569-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Galo de Maringá, pela conquista do Título de Campeão Paranaense da Série Prata.

O Galo venceu o Toledo na primeira partida por 3X1, e ontem, conquistou o Título de Campeão ao vencer novamente, por 3X2.

Que esses cumprimentos sejam extensivos a toda a Diretoria, Comissão Técnica, jogadores e a enorme torcida do Galo que sempre incentivou o time.

Neste termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3570-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Dr. Álvaro José Cabrine Jr., pela sua eleição à Presidência do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, seção Paraná.

Que esses cumprimentos sejam extensivos a toda a Diretoria, que será presidida pelo Dr. Álvaro.

Neste termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3575-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à juíza Joeci Machado Camargo, pelo recebimento do Prêmio Cláudia 2005, na área de políticas públicas, no último dia 17, em São Paulo, no Teatro Alfa, pela criação do Núcleo de Conciliação e Justiça no Bairro, que vai até os bairros mais pobres, prestando serviços gratuitos à população.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo destina-se a proporcionar à população carente do Estado do Paraná o atendimento judiciário

gratuito em lides que versem sobre direito de família e direitos de outra natureza, instituindo acordo de colaboração conjunta entre os poderes Executivo e Judiciário, sendo facultada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, por suas subseções, bem como às instituições de ensino jurídico, públicas ou privadas.

O Programa tem caráter itinerante, e é executado mediante agendamento prévio em comarcas designadas conforme o sistema de rodízio.

Incumbe ao Poder Judiciário do Paraná, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, designar um Magistrado com atuação em 1º grau de jurisdição para coordenar a execução do Programa.

Seja este voto encaminhado à homenageada juíza Dra. Joeci Machado Camargo - 4ª Vara da Família - Av. Cândido de Abreu, 830 - CEP 80530-000, Curitiba/Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3623

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Desembargadora Vilma Régia Ramos de Rezende, pela posse ocorrida em 21 de novembro de 2005, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A Desembargadora Vilma Régia Ramos de Rezende assumiu vaga aberta para a sessão paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), relativa ao quinto constitucional.

O nome da Desembargadora fez parte de lista sêxtupla da OAB, escolhida num grupo de 34 advogados. Dessa lista, o Tribunal de Justiça elaborou lista tríplice, enviada ao Governador do Estado, Roberto Requião, a quem coube a escolha.

É a oitava mulher a ocupar o cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entre os 119 Desembargadores.

Trata-se de conquista que enobrece a participação da mulher nos destinos da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3633

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER seja enviado ao município de Itamaracá voto de congratulações pelo seu 50º aniversário, a ser comemorado no dia 30 de novembro, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Moacyr Thomé Rodrigues do Carmo e ao Presidente da Câmara Municipal, senhor Francisco Sanches Filho, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3634

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER seja enviado ao município de Sabáudia voto de congratulações pelo seu 51º aniversário, a ser comemorado no dia 26 de novembro, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Almir Batista dos Santos e ao Presidente da Câmara Municipal, senhor Osvaldir da Silva, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3557-A

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cabral Ribeiro Franco, aos 88 anos de idade, na cidade de Novo Itacolomi, vítima de complicações generalizadas. “Seo” Cabral, foi por duas vezes Vice-Prefeito de Cambira e Prefeito de Novo Itacolomi.

Era de família tradicional da comunidade novo-itacolominense e estava em tratamento no Hospital da Providência de Apucarana. A família recebeu ampla manifestação de parentes e amigos, de sentimentos pelo passamento.

Esta Casa reverencia a memória do extraordinário homem público, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências e que seja oficiado à família em Novo Itacolomi.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3583-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, registro de voto de profundo pesar pelo falecimento da funcionária da Coordenadoria da Ata da Diretoria Legislativa, Oneide Gumy, ocorrido na semana passada. Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Lorival Fabiano Ribeiro.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3571-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Oneide Gumy, ocorrido no último dia 15 de novembro de 2005, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 59 anos de idade, faleceu, no último dia 15 de novembro, a funcionária deste Poder Oneide Gumy, deixando 01 filho e 03 netos.

O passamento de Oneide Gumy veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar. Oneide, foi profissional cumpridora de seus deveres e muito competente.

O destino roubou-a do convívio de seus entes queridos, de seus amigos... Resta-nos todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Sua família, a família, que adorava, despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que, nossos amigos familiares de Oneide, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gumy, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de profundo pesar nos Anais desta Casa, aos familiares do Sr. Ângelo Cavol (Patrão do CTG 20 de Setembro), pelo seu falecimento no dia 24.09.2005, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3636

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ozires Klüpel, aos 76 anos de idade, na cidade de Apucarana, vítima de câncer.

Era de família tradicional da comunidade apucaranaense e deixa viúva a Sra. Maria Betamin Klüpel e seis filhos. Receberam ampla manifestação de parentes e amigos, de sentimentos pelo passamento.

Esta Casa reverencia a memória do Sr. Ozires, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências e que seja oficiado à família em Apucarana.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3569-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Galo de Maringá, pela conquista do Título de Campeão Paranaense da Série Prata. O Galo venceu o Toledo na primeira partida por 3X1, e ontem, conquistou o Título de Campeão ao vencer novamente, por 3X2.

Que esses cumprimentos sejam extensivos a toda a Diretoria, Comissão Técnica, jogadores e a enorme torcida do Galo que sempre incentivou o time.

Neste termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3570-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Dr. Álvaro José Cabrine Jr., pela sua eleição à Presidência do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, seção Paraná.

Que esses cumprimentos sejam extensivos a toda a Diretoria, que será presidida pelo Dr. Álvaro.

Neste termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3575-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à juíza Joeci Machado Camargo, pelo recebimento do Prêmio Cláudia 2005, na área de políticas públicas, no último dia 17, em São Paulo, no Teatro Alfa, pela criação do Núcleo de Conciliação e Justiça no Bairro, que vai até os bairros mais pobres, prestando serviços gratuitos à população.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo destina-se a proporcionar à população carente do Estado do Paraná o atendimento judiciário gratuito em lides que versem sobre direito de família e

direitos de outra natureza, instituindo acordo de colaboração conjunta entre os poderes Executivo e Judiciário, sendo facultada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, por suas subseções, bem como às instituições de ensino jurídico, públicas ou privadas.

O Programa tem caráter itinerante, e é executado mediante agendamento prévio em comarcas designadas conforme o sistema de rodízio.

Incumbe ao Poder Judiciário do Paraná, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, designar um Magistrado com atuação em 1º grau de jurisdição para coordenar a execução do Programa.

Seja este voto encaminhado à homenageada juíza Dra. Joeci Machado Camargo - 4ª Vara da Família - Av. Cândido de Abreu, 830 - CEP 80530-000, Curitiba/Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3623

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Desembargadora Vilma Régia Ramos de Rezende, pela posse ocorrida em 21 de novembro de 2005, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A Desembargadora Vilma Régia Ramos de Rezende assumiu vaga aberta para a sessão paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), relativa ao quinto constitucional.

O nome da Desembargadora fez parte de lista sêxtupla da OAB, escolhida num grupo de 34 advogados. Dessa lista, o Tribunal de Justiça elaborou lista tríplice, enviada ao Governador do Estado, Roberto Requião, a quem coube a escolha. É a oitava mulher a ocupar o cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entre os 119 Desembargadores.

Trata-se de conquista que enobrece a participação da mulher nos destinos da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3633

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER seja enviado ao município de Itambaracá voto de congratulações pelo seu 50º aniversário, a ser comemorado no dia 30 próximo, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Moacyr Thomé Rodrigues do Carmo e ao Presidente da Câmara Municipal, senhor Francisco Sanches Filho, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3634

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Ple-

nário, respeitosamente REQUER seja enviado ao município de Sabáudia voto de congratulações pelo seu 51º aniversário, a ser comemorado no dia 26 de novembro, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Almir Batista dos Santos e ao Presidente da Câmara Municipal, senhor Osvaldir da Silva, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3642

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, SOLICITA a inclusão nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações aos músicos do Paraná, aqui representados pelos integrantes da Banda Lyra de Curitiba, pelas comemorações ao Dia do Músico, comemoradas neste 22 de novembro.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Louvar nossos artistas durante todos os dias do ano, é lembrar aquilo que somos, e sonhar aquilo que poderemos ser, enquanto povo civilizado.

Fazer arte, apropriando o verso de Ranier Maria Rilke, é um pouco “transformar beleza em esperança”.

Seja este voto, encaminhado ao Sindicato dos Músicos do Estado do Paraná, Rua 13 de Maio, 835 - CEP 80510-030, para a Ordem dos Músicos do Brasil/Paraná, Av. Visconde de Guarapuava, 2907 - CEP 80010-100 e à valorosa Banda Lyra de Curitiba, Rua 7 Lagoas, 108 - CEP 81240-440 - Campo Comprido - Curitiba/PR.

REQUERIMENTO Nº 3649

Senhor Presidente:

O Deputado subscreito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o registro de votos de congratulações e aplausos a Dom José Antônio Peruzzo, futuro Bispo da Diocese de Francisco Beltrão e Palmas.

Tais votos são pela sua Ordenação à categoria de Bispo, que ocorre em 23.11.2005 e, pela sua posse na data de 09.12.2005.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao interessado, José Antônio Peruzzo, Francisco Beltrão - Paraná, Rua Tenente Camargo, 1950, C. P. 231, CEP 85601-610.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao corpo de atletas, dirigentes e comissão técnica do Curitiba Rugby Clube, pela conquista do título de cam-

peão brasileiro da 2ª divisão do rugby nacional, no último sábado, dia 19 de novembro.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O voto de louvor e congratulações proposto, vem homenagear a equipe do Curitiba Rugby Clube que conquistou brilhantemente o título da segunda divisão do rugby brasileiro, após vencer a equipe fluminense do RJ Union, por 30 x 05, no último sábado, dia 19 de novembro, no estádio do Parque do Ibirapuera em São Paulo.

O título veio coroar um ano de superação, quando o CRC conquistou o título da Liga Sul no mês de maio. Aos atletas que fizeram um belo papel em campo, aos atletas veteranos que dão todo o suporte na direção dos trabalhos da equipe, à comissão técnica, na pessoa do treinador Pablo Desanto e ao Presidente Mauro Calegari, esta Casa de Leis oferece este voto de congratulações e louvor pela conquista.

REQUERIMENTO Nº 3578-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, registro nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor à equipe e diretoria do Hospital do Câncer de Cascavel, na realização da União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, na pessoa de seus dirigentes, Dr. Ciro Antônio Kreuz, Dr. Dimer Webber e Dr. Paulo Moisés Zordan, e à sua valerosa equipe, pela inauguração, no próximo dia 8 de dezembro próximo, do moderno centro hospitalar voltado à prevenção e tratamento do câncer.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Sempre que o Paraná, ao ampliar suas possibilidades, ganha novos leitos hospitalares devemos registrar louvor. É para a história que falamos e escrevemos.

Afinal, a qualidade da vida está na proporção direta do acesso aos equipamentos humanitários, públicos ou particulares.

O jovem Oeste do Paraná, onde há pouco mais de cinquenta anos começou o desbravamento e a civilização, é hoje a realidade pujante.

Nossa cidade de Cascavel transformada em centro empresarial, pólo cultural, endereço de agroturismo, centro universitário e - agora - pólo hospitalar.

Seja este requerimento encaminhado aos dirigentes no seguinte endereço: rua Itaquatiras, 769 - Santo Onofre - CEP 85806-300 - Cascavel/PR.

REQUERIMENTO Nº 3610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de louvor à Sra. Joyce

Roncaglio, pelo recebimento do título de Mulher Empreendedora do Sebrae e, também, por ser a sua empresa, a Panificadora Queijo & Cia. vencedora da edição 2005 do Prêmio Sucesso Empresarial, dedicado às pequenas e microempresas do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dado ciência à Sra. Joyce Roncaglio, no endereço: Av. Silvio Américo Sasdelli, 2217 - Foz do Iguaçu - CEP 85.820-020.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se, na espécie, de justa homenagem a essa empresária iguaçuense que superou outras 452 concorrentes de distintas cidades paranaenses, graças à organização e aos padrões de conduta e de inovações, que a distinguiram das demais e lhe renderam os prêmios da edição de 2005 do "Sucesso Empresarial", dedicado às pequenas e microempresas do Paraná, bem como o de Mulher Empreendedora do Sebrae.

REQUERIMENTO Nº 3617-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente PROPOR votos de louvor ao Centro de Tradição Gaúcha Campos de Palmas, pela conquista dos seguintes prêmios: 1º lugar em Acompanhamento Musical; 1º lugar Vocal Mirim - Krisley Motta; 1º lugar Dança Tradicionalista Mirim; 2º lugar Dança Tradicionalista Juvenil; 2º lugar Dança Tradicionalista Adulto; 1º lugar Dança Saída Juvenil; 2º lugar Dança Saída Mirim; 2º lugar Dança Entrada Adulto; 2º lugar Dança Entrada Juvenil; 3º lugar Dança Saída Adulto; 2º lugar Geral do Fepart - Festival Paranaense de Arte e Tradição, ocorrido nos dias 28, 29 e 30 de outubro na cidade de Foz do Iguaçu. Esse festival é considerado o maior festival folclórico do Paraná, e participaram 96 grupos e cerca de dois mil concorrentes.

Diante dessa narrativa, solicito ainda a especial gentileza em notificar o patrão do CTG Campos de Palmas, Sr. Mário Berti, na BR-153, Km 64, bairro Tia Joana, Palmas/PR - CEP 85555-000, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3618-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente PROPOR votos de louvor aos funcionários da Agência do INSS de Palmas, pela qualidade de atendimento à população, bem como pela condecoração de melhor agência em atendimento no Estado do Paraná.

Os funcionários: Edinei Carlos Zoia, Ricardo Teixeira de Pelegrini, Keila Cristina Moraes Ribeiro, Ricardo T. Ramos Suzaki e do Dr. Fábio Roberto Bora,

foram os contemplados com a condecoração de melhor agência do INSS do Paraná.

Diante dessa narrativa, solicito ainda a especial gentileza em notificar a gerente Lúcia do Amparo Minhotto Vargas, pela agência, na Avenida Clevelandia, nº 684 - Palmas/PR, acerca do voto de apreço.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3638

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de louvor ao Sr. Edivino Borkenhagen, pelos relevantes serviços prestados de assistencialismo e, também, por ser a sua empresa, a Borkenhagen Soluções Contábeis Ltda., vencedora da edição 2005 do Prêmio Sucesso Empresarial, dedicado às pequenas e microempresas do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao Sr. Edivino Borkenhagen, no endereço: Av. Salvador Guerra, 80 - Jardim América - Foz do Iguaçu/PR - CEP 85864-400.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se, na espécie, de justa homenagem a este empresário iguaçuense que iniciou suas atividades como contador autônomo, para, na seqüência acolher sócios, e em seguida transformar a sociedade em um empreendimento notadamente familiar - a Borkenhagen Soluções Contábeis Ltda.

Primeira organização do ramo contábil da região Oeste do Paraná, acaba de ser agraciada com o título de vencedora da edição 2005 do Prêmio Sucesso Empresarial.

Atenta aos princípios da sustentabilidade empresarial e da responsabilidade social, a Borkenhagen mantém e reforça seus laços com a comunidade, intensificando suas ações em nível local e na área trinacional, objetivando ampliar o acesso do cidadão aos recursos de desenvolvimento pessoal e social e contribuir para o aumento da qualidade de vida da população.

Dentre as diversas atividades assistenciais desenvolvidas, destacam-se as campanhas: "Criança Feliz - Doe Brinquedos. Você já foi Criança" - em favor da Creche Comunitária Tia Sandra, e "Santa Casa, Minha Casa" - em favor da Irmandade da Santa Casa Monsenhor Guilhaume.

REQUERIMENTO Nº 3640

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia registro nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor à Associação de Pais e Amigos das Pessoas Portadoras de Deficiências dos Fun-

cionários do Banco do Brasil / Núcleo Regional do Paraná, ao Movimento Familiar "A Voz do Silêncio" e Associação Atlética Banco do Brasil, pela realização da palestra "Acessibilidade Já", que será proferida pelo arquiteto Ricardo Tempel Mesquita, no auditório da AABB.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a inclusão social da pessoa portadora de necessidades especiais, permitindo acessibilidade à cultura, lazer, transporte, independente da sua condição motora, visando proporcionar a elas oportunidade de integração e participação ativa na sociedade, a Associação de Pais e Amigos das Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil / Núcleo Regional do Paraná, ao Movimento Familiar "A Voz do Silêncio" e Associação Atlética Banco do Brasil, realizam a palestra "Acessibilidade já", que será proferida pelo arquiteto Ricardo Tempel Mesquita, no auditório da AABB, no dia 24 de novembro.

Oscar Niemeyer já dizia: "o mais importante não é a arquitetura, mas a vida, os amigos e este mundo injusto que devemos modificar".

John Fitzgerald Kennedy, num de seus discursos fez a importante citação: "posso aceitar que o deficiente físico seja vítima do destino, só não posso aceitar que seja vítima também da nossa indiferença".

seja este requerimento encaminhado à Associação de Pais e Amigos das Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil / Núcleo Regional do Paraná, Av. Victor Ferreira do Amaral, 771 - Tarumã - Curitiba/PR, CEP 82530-230; ao Movimento Familiar "A Voz do Silêncio", Rua Vicente Machado, 160 - 1º andar, conjuntos 13 e 14 - Centro - CEP 80420-010 - Curitiba/PR e Associação Atlética Banco do Brasil, Av. Victor Ferreira do Amaral, 771 - Tarumã - Curitiba/PR, CEP 82530-230.

REQUERIMENTO Nº 3641

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia inserção nos Anais desta Casa de Leis, de voto de louvor à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, na pessoa de seu Prefeito, Dr. Paulo Mac Donald Ghisi, pela idealização e realização do Seminário sobre Transporte Multimodal e Logística da Bacia do Rio Paraná e de seus entornos, almejando unir os esforços da sociedade brasileira em busca de maiores oportunidades, com desenvolvimento e melhor qualidade de vida.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O presente seminário tem por objetivo discutir o Transporte Multimodal e a Logística da Bacia do Rio

Paraná e seus entornos; mobilizar políticos empresários, políticos ONG e os Governos: Municipal, Estadual e Federal, pela execução dos projetos dos terminais intermodais; incluir a implantação da nova EADI (Estação Aduaneira Interior) em Foz do Iguaçu; viabilizar a inserção dos projetos via PPP (parcerias público-privadas, municipais, estaduais e federais); sensibilizar a Itaipu Binacional como agente catalisador dos terminais intermodais e aplicar recursos; reivindicar aos executivos e legislativos a adoção de uma política de incentivos para os investimentos, de implantação; sensibilizar a Itaipu Binacional como agente catalisador dos terminais a aplicar recursos; reivindicar aos executivos e legislativos a adoção de uma política de incentivos para os investimentos, de implantação, industrialização e na profissionalização, com geração de empregos, aplicando regimes fiscais diferenciados, às empresas que se instalem ao longo da bacia do rio Paraná aplicando políticas sustentáveis ao meio ambiente.

Encaminhe-se este requerimento ao Prefeito, na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Dr. Paulo Mac Donald Ghisi - Praça Getúlio Vargas, 280 - CEP 85851-340 - Foz do Iguaçu/PR.

REQUERIMENTO Nº 3643

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia inserção nos Anais desta Casa de Leis, de voto de louvor Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, na pessoa de seu Presidente, Dr. Wanderley Bertolucci Teixeira, pela idealização e realização do Seminário sobre Transporte Multimodal e Logística da Bacia do Rio Paraná e de seus entornos, almejando unir esforços da sociedade brasileira em busca de maiores oportunidades, com desenvolvimento e melhor qualidade de vida.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O presente seminário tem por objetivo discutir o Transporte Multimodal e a Logística da Bacia do Rio Paraná e seus entornos; mobilizar políticos empresários, políticos ONG e os Governos: Municipal, Estadual e Federal, pela execução dos projetos dos terminais intermodais; incluir a implantação da nova EADI (Estação Aduaneira Interior) em Foz do Iguaçu; viabilizar a inserção dos projetos via PPP (parcerias público-privadas, municipais, estaduais e federais); sensibilizar a Itaipu Binacional como agente catalisador dos terminais intermodais e aplicar recursos; reivindicar aos executivos e legislativos a adoção de uma política de incentivos para os investimentos, de implantação; sensibilizar a Itaipu Binacional como agente catalisador dos terminais a aplicar recursos; reivindicar aos executivos e legislativos a adoção de uma política de incentivos para os investimentos, de implantação, industrialização e na profissionalização, com geração de empregos, aplicando regimes fiscais

diferenciados, às empresas que se instalem ao longo da bacia do rio Paraná aplicando políticas sustentáveis ao meio ambiente.

Encaminhe-se este requerimento ao Presidente da ACIFI, Dr. Wanderley Bertolucci Teixeira, Rua Padre Montoya, 490 - CEP 85851-080 - Foz do Iguaçu/PR - (45)3521-3300 - vagner@acifi.org.br.

REQUERIMENTO Nº 3653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente PROPOR voto de louvor ao Sr. Alcides Ramos Neto, pela vitória na eleição para presidência da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção - Acomac.

Diante dessa narrativa, solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Alcides Ramos Neto, na rua Teodoro Sampaio, nº 460, sala 03 - Ponta Grossa/PR, CEP 84035-640, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3567-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo nos Anais desta Casa à professora Cristiane Colodi Siqueira, pelos excelentes serviços prestados na área jurídica e à comunidade acadêmica paranaense.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3568-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo nos Anais desta Casa ao professor Jefferson Marcos Biagini Medina, pelos seus excelentes serviços prestados na área jurídica e à comunidade acadêmica paranaense.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3597

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo nos Anais desta Casa ao Sr. José Edemar Fagundes de Oliveira - Conselheiro do Centro de Tradições Gaúchas Vinte de Setembro, pelos excelentes serviços prestados na divulgação da cultura gaúcha e tradicionalista no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo nos Anais desta Casa ao Sr. Ari Gessé Betânia (proprietário das Pizzarias Fanny e Rota da Pizza), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3599

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo nos Anais desta Casa ao professor Jacir José Venturi, pelos relevantes serviços prestados à comunidade estudantil paranaense.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3593

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Oswaldo Militão.

A referida homenagem deve-se pelo fato desse jornalista ter seu nome como o mais citado, em pesquisa realizada no Estado.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3628

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à professora Paula de Fátima Cavagnari.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense e também pela conquista do Prêmio Professores do Brasil 2005, do Ministério da Educação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3572-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. Edegar Monbach, Superintendente Estadual do Paraná do Banco do Brasil, solicitando a instalação de uma agência da Instituição no município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Com cerca de 14000 habitantes, o município de Santa Tereza do Oeste localiza-se no entroncamento cortado por duas importantes rodovias, a BR-277 e a PR-183, tendo demonstrado crescimento real e considerável desenvolvimento, que se devem, principalmente, pelo incentivo à industrialização e conseqüente geração de emprego e renda à população; três parques industriais que abrigam empresas de pequeno e grande porte, tanto na sede do Município como no distrito de Santa Maria.

Cabe salientar também o potencial turístico do local, com projetos em franca expansão nessa área, como a construção de um portal às margens do Parque Nacional do Iguaçu, com trilhas ecológicas; museu da Itaipu Binacional; camping, pousadas, restaurantes e inúmeros atrativos culturais e esportivos, visando conquistar turistas do Brasil e do exterior.

Ainda para facilitar a instalação da agência, o município poderá disponibilizar um espaço físico com isenção de aluguel pelo período de um ano, além de efetuar a transferência dos recursos da folha de pagamento e recolhimento de impostos municipais, e ainda divulgar e incentivar a população a efetuar suas movimentações financeiras na agência a ser instalada.

REQUERIMENTO Nº 3553-A

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário Nacional Antidrogas, Exmo. Sr. Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, solicitando do mesmo que firme convênios com a Prefeitura do município de Maringá/PR, bem assim com a Amusep - Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense, cujo Presidente é o Prefeito José Roberto Ruiz, do município de Floresta, para a utilização de carros apreendidos com drogas no serviço social dos municípios citados, atendendo o Provopar, a Secretaria da Mulher, as Apae's e outras entidades de inestimável serviço à comunidade.

Os carros apreendidos com drogas acabam deteriorando nos pátios, enquanto os municípios, com dificuldade, realizam trabalhos sociais que podem inclusive prevenir crimes.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3565-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação

do Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo imediatas providências para elaboração de estudos objetivando a instalação de uma unidade interiorana nos moldes da Escola de Oficiais do Guatupê, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A maioria dos nossos colegas Deputados, oriundos de bases políticas interioranas e que viajam semanalmente para a manutenção dos seus contatos com as suas comunidades, é abordada por jovens oriundos dos municípios das mais diversas regiões, solicitando carona para a frequência dos seus estudos na única escola de oficiais do Estado, a nossa celebrada Academia do Guatupê.

Não só nós Parlamentares, sempre com os nossos veículos lotados, ora com as suas famílias, ora com os seus assessores, mas todos os motoristas se deparam com esses rapazes, suplicando esse tipo de ajuda.

Daí, esse rogo nosso, à sensibilidade do Governador Requião, para o estudo e providências para o atendimento a esse clamor.

REQUERIMENTO Nº 3566-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de ofício ao Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando indeferir o projeto oriundo do Congresso Nacional que determina aos motoristas, a manutenção de faróis acesos durante o dia.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O projeto oriundo do Congresso Nacional determina aos motoristas de toda a espécie de veículos, a manutenção de faróis acesos durante o dia em todas as rodovias.

Claro aí está, mais uma manifestação de interesses estrangeiros, na dominação de um mercado.

Sabe-se que a produção de lâmpadas, equipamentos de iluminação de automóveis e caminhões, mais o fabrico de baterias, estão sob o controle de empresas multinacionais, a maioria delas sediadas em países americanos e europeus.

No Brasil, a incidência de luz solar durante quase todo ano, a partir das seis horas da manhã até praticamente o entardecer, dispensa o uso de luzes acesas, como forma de segurança em nossas rodovias.

A aprovação do projeto que determina a manutenção de luzes acesas dos nossos motoristas significa mais um passo para o nosso empobrecimento e mais uma vitória para os que pretendem o Brasil, uma colônia do capital multinacional.

REQUERIMENTO Nº 3577-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que escreva ao Sr. Governador do Estado, através da Secretária da Cultura, Vera Haj Mussi Augusto, sugerindo apoio às obras de complementação do restauro da histórica Matriz de Santo Antônio da Lapa - obra orçada em torno de R\$ 22 mil, sendo que a comunidade já possui R\$ 9.700,00, faltando a diferença de R\$ 12.300,00.

Os trabalhos estão sendo conduzidos com pastoral solicitude pelo padre vigário Gilberto Aurélio Bordini, sendo o orçamento de autoria do cidadão Gilberto Alberton Benvenuti, da Gaia Restauração e Preservação - ONG de Piraquara.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário justificar a importância cultural, histórica, turística e religiosa do monumento nacional, ligado ao tropeirismo, e à revolução federalista de 1894, que é a Matriz de Santo Antônio da Lapa.

O Governo Federal, através do Iphan iniciou em dezembro de 2004 a reforma e restauração do exterior da histórica matriz de Santo Antônio da Lapa, compreendendo reforma do telhado, pintura externa, e recomposição do forro interno. Obra concluída em 7 de julho de 2005. Ficou faltando o restauro interno, colocado como contrapartida da Mitra, através das contribuições da Paróquia da Lapa. A Paróquia trocou o assoalho, fez a pintura interna, restaurou a pintura artística dos altares retábulos, lixou e envernizou bancos, revisou instalações elétricas, e melhorou o sistema de som. Falta a conclusão do restauro do histórico batistério, no anexo, no valor de R\$ 12.300,00, grande para uma paróquia na Lapa, pequeno em termos de verba pública a ser designada, na forma da lei.

Seja este requerimento encaminhado ao Reverendo Padre Gilberto Aurélio Bordini, Paróquia Santo Antônio da Lapa-Praça Gal. Carneiro, 84 - CEP 83750-000 - Lapa/PR.

REQUERIMENTO Nº 3579-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário de Promoção Social, Padre Roque Zimmermann, e à Coordenadora do Programa do Voluntariado Paranaense, Dra. Lúcia Requião Arruda, pedindo apoio para a construção e instalação do Centro Comunitário de Guarituba, obra do Reverendo Vigário Padre Lothário Welter, no bairro mais pobre, humilde e sofrido da Região Metropolitana de Curitiba, em Piraquara.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Padre Lothário Welter precisa terminar um espaço de convívio comunitário em Guarituba, Jardim

Holandês, considerado talvez o lugar mais violento de toda a região metropolitana de Curitiba, perto da cidade de Piraquara. Quer o atento pastor criar um espaço comunitário de convívio dos excluídos, com cozinha comunitária, atividades de educação e esporte. A parceria entre a ONG - que a paróquia, através de sua ação social, representa - e o Poder Público, através de convênios, pode fazer, com maior velocidade o serviço social ali ainda inexistente. Seja este requerimento encaminhado ao Padre Lothário Welter, Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, rua Betonex, 2426 - CEP 83314-180 - telefone: 3667-0678.

REQUERIMENTO Nº 3592

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Sr. Luiz Dernizo Caron, solicitando cobertura para a quadra de esportes do conjunto Professora Hilda Mandarino, em Londrina, utilizada pela Escola Municipal Professor Odésio Franciscan.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando o alargamento da curva acentuada na PR-317, conhecida como Curva da Escolinha entre os municípios de Quarto Centenário e Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O alargamento da curva da PR-371 visa garantir a segurança de todos que trafegam pela rodovia, uma vez que na referida curva existe um entroncamento com uma estrada rural, e a mesma é ponto de parada do ônibus que realiza o transporte escolar.

REQUERIMENTO Nº 3612

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, solicitando reparos, em caráter emergencial, no perímetro urbano do município de Cafelândia, no trecho que compreende do trevo de saída para o município de Nova Aurora, na PR-180, até a ligação com a PR-574.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esse trecho do perímetro urbano do município de Cafelândia, encontra-se em estado deplorável, apresen-

tando diversos buracos, colocando em risco não só a população local, como todos os que por ali passam.

REQUERIMENTO Nº 3625

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento do trecho da Estrada Pavão, iniciando na Rodovia PR-489, com extensão de 2900 metros, na cidade de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Umuarama, Sr. Luiz Renato de Azevedo (Prefeitura Municipal - Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antônio Milton Siqueira (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3626

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos no sentido de viabilizar o recapeamento da PR-468, entre os municípios de Umuarama e Mariluz, em um trecho de aproximadamente 37 quilômetros.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado aos Vereadores José Roberto Souza e João Barbosa, da Câmara Municipal de Mariluz (Câmara Municipal - CEP 87470-000).

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3627

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento do trecho que liga a Universidade Estadual de Maringá - UEM, campus de Umuarama (Escola Agrícola) ao Bairro São Cristóvão, na cidade de Umuarama, numa extensão de 2134 metros.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Umuarama, Sr. Luiz Renato de Azevedo (Prefeitura Municipal - Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antonio Milton Siqueira (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP 87502/080).

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3629

Senhor Presidente:

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando providências para a situação calamitosa em que se encontra a estrada de Guaqueçaba.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3639

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente aos Srs. Deputados Federais e Senadores da República que compõem a Bancada do Paraná no Congresso Nacional, pedindo que seja votado com urgência o Projeto de Lei nº 1681, de 15 de setembro de 1999, o qual “regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica”.

Esse projeto de lei está parado nas Comissões de Mérito da Câmara Federal, aguardando votação.

Os profissionais em imobilização ortopédica estão em atividade no mercado de trabalho brasileiro há mais de cinquenta anos, executando os seus serviços em hospitais, pronto-socorros e clínicas especializadas em ortopedia e traumatologia, sempre sob a orientação e supervisão direta de médicos ortopedistas. Todavia, não existe a figura do Técnico em Imobilizações Ortopédicas no plano e política de cargos e salários, o que impede a contratação desses profissionais mediante a realização de concursos públicos para provimento do referido cargo.

Para tanto, encarecemos a necessidade de que esse projeto seja votado e a profissão devidamente regulamentada.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3651

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, ao Secretário de Estado dos Transportes, e ao Superintendente dos portos de Antonina e Paranaguá, solicitando prestação de informações quanto à liberação de contêineres em nome do Sr. Ali Mohamed Zeaiter, estrangeiro com identidade sob nº Y236521-8, os quais foram apreendidos pela Polícia Federal logo após a liberação por parte da APPA, em razão de conterem bens/mercadorias contrabandeadas.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado à Procuradoria Geral de Justiça, pedido de informações a esta Casa, sobre o andamento de representação encaminhada pelo Promotor Faraj, de Ponta Grossa, com relação a gastos e desmanchos praticados pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, na data de 14 de julho de 2005.

Requer ainda seja encaminhada em anexo, cópia da referida representação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3617

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informação ao Secretário do Planejamento, Reinhold Stephanes e ao Secretário da Fazenda, Heron Arzua, sobre os investimentos realizados pelo Governo do Estado no município de Londrina, bem como a arrecadação deste mesmo município nos anos de 2003, 2004 e 2005.

O relatório deverá expor, de maneira detalhada, os investimentos referentes às obras e programas implementadas pelo governo estadual com recursos próprios no município durante o período citado, a modalidade de investimento (se por empréstimo ou a fundo perdido).

Outrossim, peço que seja informada a esta Casa de Leis, a receita gerada pelo município neste mesmo período.

O requerimento se justifica em função de uma reportagem veiculada pelo jornal Folha de Londrina, no dia 11 de novembro do corrente ano. Segundo a repórter Cristiane Oya, durante evento realizado em Londrina, o Governador Roberto Requião de Mello e Silva teria afirmado que a cidade recebeu, desde 2003, R\$ 566 milhões. Portanto peço a meus Pares, apoio a essa proposta, por considerar que a comunidade londrinense tem o direito de saber os detalhes dos recursos repassados ao município.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 3652

Senhor Presidente:

O Líder do Partidos dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 134, do Regimento Interno desta Casa, bem como, no inciso XXVII, do artigo 54, da Constituição Estadual, e, após aprovação do douto Plenário, seja enviado requerimento ao Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Carlos Pisseti, para, no prazo regimental, enviar informações a esta Assembléia

Legislativa, sobre os valores gastos na sua Secretaria, com pessoal (direto e indireto) nos anos de 2003, 2004 e 2005, e previsão para 2006, assim como, o respectivo número de funcionários.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Líder da Bancada do PT, na sua atribuição de fiscalizador dos atos do Poder Executivo, conforme previsto na Constituição Estadual, requer informações da Secretaria da Comunicação Social, para esclarecer a destinação das verbas aplicadas no funcionalismo público da Secretaria de Estado.

REQUERIMENTO Nº 3654

Senhor Presidente:

O Líder do Partidos dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 134, do Regimento Interno desta Casa, bem como, no inciso XXVII, do artigo 54, da Constituição Estadual, e, após aprovação do duto Plenário, seja enviado requerimento ao Chefe da Casa Civil, Sr. Luiz Carlos Caíto Quintana, para, no prazo regimental, enviar informações a esta Assembléia Legislativa, sobre o número de servidores que estão à disposição, no Poder Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e outros, que porventura estiveram disponíveis em órgãos públicos, com ônus para o erário.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Líder da Bancada do PT, na sua atribuição de fiscalizador, conforme previsto na Constituição Estadual, requer informações do Poder Executivo, sobre os funcionários públicos à disposição dos órgãos públicos do Estado.

REQUERIMENTO Nº 3656

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o re-envio de pedido de informações ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, informando com a máxima urgência o motivo para o não cumprimento da Lei nº 13.674 de 9 de julho de 2002, que estabelece que a Secretaria de Estado da Saúde fica responsável pela confecção e fixação de cartazes informando da Lei nº 12.970 em vigor em nosso Estado, que proíbe a exigência do depósito prévio para internação de emergência em hospitais da rede pública e privada.

Tal solicitação prende-se ao fato de a resposta enviada pelo Secretário de Estado da Saúde ser absolutamente evasiva. Solicito ainda, que seja enviada no prazo de 05 (cinco) dias a resposta ao requerimento aprovado,

pois importará em crime de responsabilidade ao referido Secretário de Estado, conforme prevê a Constituição do Estado, pelo não atendimento na prestação de informações a esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Nota-se pelo ofício respondido pelo Secretário da Saúde, que não esclarece quando serão tomadas as providências necessárias para efetivação da Lei nº 13.674, conforme informação solicitada em requerimento aprovado em 23 de agosto.

REQUERIMENTO Nº 3659

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, informações e cópia dos empenhos abaixo relacionados:

Empenho nº	Data
79000000-5-00002.3	01/01/2005
11000000-5-00013.0	01/01/2005
11000000-5-00139.0	31/10/2005
11000000-5-00014.8	01/01/2005
11000000-5-00012.1	01/01/2005
11000000-5-00011.3	01/01/2005
11000000-5-00260.4	04/03/2005
11000000-5-00259.0	04/03/2005
11000000-5-00454.2	25/04/2005
63610000-5-00539.3	18/05/2005
11000000-5-00656.1	18/05/2005
79000000-5-00063.5	30/05/2005
79000000-5-00064.3	30/05/2005
11000000-5-00918.8	29/06/2005
11000000-5-00947.1	05/07/2005
79000000-5-00101.1	25/07/2005
11000000-5-01222.7	18/08/2005

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário sejam enviados expedientes ao Sr. Caíto Quintana, mui digno Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora da Salete, s/n - CEP: 80.530-909, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 3637

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a prorrogação da validade do concurso público previsto no edital nº 01/2003 de 28 de janeiro de 2003, para provimento de vagas no cargo de professor de Quadro Próprio do Magistério Público Estadual.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A APP Sindicato, obteve garantia, em julho de 2005, através de uma audiência com o Diretor-Geral da SEED, Sr. Ricardo Bezerra, de que haveria prorrogação do concurso realizado em 2003 por mais dois anos, a contar do mês de outubro de 2005.

São 7.504 professores aguardando a posse e o exercício, para completa investidura no cargo de professor, além de outros milhares que se encontram aprovados.

Daí a preocupação com a situação dos professores que cumpriram todas as etapas do concurso, dispendendo seus parcos recursos para tanto, na expectativa de virem a tomar posse no cargo de professor da Rede Estadual de Ensino, passando a integrar o Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3561-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria intitulada “A classe operária não vai ao paraíso”, escrita por Márcio Renato dos Santos, publicada na Revista Idéias, Ano III, número 31. Trata-se de uma matéria de extrema relevância porque expõe de forma direta a situação de centenas de trabalhadores que se mudaram para a região metropolitana de Curitiba em busca de um trabalho digno e acabaram comprometendo suas vidas nesta malfadada instalação das montadoras no Paraná.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa da matéria intitulada “O direito de nascer”, escrita por Dom Moacyr José Vitti, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, publicada no jornal Gazeta do Povo do dia 20 de novembro de 2005.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O direito de nascer é um direito básico e inviolável da vida humana, sendo que a vida começa com a fecun-

dação e por esse motivo a vida humana deve ser respeitada e defendida. Todos os cristãos devem ter esse compromisso com a vida, dom de Deus. O Arcebispo Dom Moacyr Vitti, ilustrou muito bem sobre o direito de nascer, direito de todo ser humano à vida.

Por esses motivos que pedimos para que fique registrado nos Anais desta Casa de Leis, o artigo “O direito de nascer”, para que as futuras gerações possam espelhar-se nos ensinamentos e palavras profícuas que foram escritas no referido artigo.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 706/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia na Cidade Sem Meu Carro, a ser comemorado no dia 22 de setembro.

Parágrafo único. As escolas incluirão o tema nos respectivos programas, com reflexões sobre o impacto do transporte individual na vida urbana, mostrando consequências como o agravamento da poluição do ar, as doenças provocadas pela poluição, o número de mortos e feridos em acidentes de trânsito e a falta de democratização do espaço público em decorrência da abertura ininterrupta de vias para o carro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Dezesseis capitais brasileiras (Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Maceió, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Luís, São Paulo, Vitória) e mais trinta municípios, participaram, no dia 22 de setembro, da Jornada Internacional “Na Cidade Sem Meu Carro”, organizada no Brasil pelo Instituto Rua Viva, em parceria com as prefeituras e o apoio dos ministérios das Cidades, Meio Ambiente e Cultura, da NTU e mais vinte instituições.

Os centros urbanos brasileiros têm problemas de mobilidade devido a opção do uso irrestrito de automóveis. Não há dúvidas de que essa situação ficará cada dia mais grave, com consequências nefastas para o meio ambiente e conseqüentemente para a vida nas cidades.

A jornada para reflexão dos problemas de mobilidade surgiu na França, em 1998, com a participação de 35 cidades. Em 2000, o movimento ultrapassou as fronteiras francesas e tornou-se uma bandeira da União Européia, que, em 2002, promoveu a Semana Européia da Mobilidade. Em 2004, teve a participação de 1.500 cidades de quarenta países. No Brasil, a jornada começou em

2001, estimulando o uso de formas mais democráticas de mobilidade como a bicicleta, ônibus, trem e metrô.

A criação dessa data no Calendário Oficial do Estado tem por objetivo proporcionar reflexão, permitindo perceber a urgência de mudanças na política de mobilidade. É preciso que as cidades disciplinem o uso dos automóveis.

PROJETO DE LEI Nº 707/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Provocar - Ação Social - LS - Programa Voluntariado Paranaense de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Provocar - Ação Social - LS - Programa Voluntariado Paranaense de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade a realização de trabalhos de natureza assistencial, cultural e social em benefício da criança carente, do idoso e do deficiente de Laranjeiras do Sul e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 708/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o *caput* do artigo 1º e o *caput* do artigo 2º da Lei nº 14.747, de 21 de junho de 2005, que concede aos frigoríficos de abate a opção pelo crédito de importância equivalente à aplicação de alíquota de ICMS de 12%.

“Art. 1º Fica concedido ao estabelecimento de frigorífico que realizar o abate de gado bovino, bubalino, suíno e ovino ou àquele que tenha encomendado este abate, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito da importância equivalente à aplicação de 12% (doze por cento) sobre o valor de sua operação de saída interna de carne verde, resfriada ou congelada, e dos miúdos comestíveis resultantes do abate dessas espécies de gado, outras carnes de suíno e miúdos comestíveis, salgados, pelo de suíno salgado, toucinho suíno salgado, apresuntado, banha de porco, lingüiças, mortadelas e salsichas, exceto em lata.

Art. 2º Fica excluída da redução de base de cálculo de que trata o artigo 5º, da Lei nº 13.212/2001, as

operações internas com carne verde, resfriada ou congelada, e dos miúdos comestíveis, salgados, pele de suíno salgada e toucinho suíno salgado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de estender aos ovinocultores paranaenses os benefícios da Lei nº 14.747, de 21 de junho de 2005, que alterou a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS) no que se refere ao tratamento dispensado às operações internas com carne bovina, bubalina e suína, bem como aos seus miúdos comestíveis em estado natural, resfriada ou congelada.

Nada mais justo proporcionar aos criadores de ovelha do Estado do Paraná o mesmo tratamento já dispensado aos outros estabelecimentos abatedores paranaenses.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 709/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, autorizado a instituir o “Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres”, que terá a finalidade de fazer a distribuição de cadáveres não identificados, não reclamados ou doados, para todas as Instituições de Ensino Superior Estaduais e Particulares, que possuam em seus currículos as disciplinas de Anatomia e/ou Pesquisas Científicas em Cadáveres.

Art. 2º O Poder Executivo designará a composição do Conselho que será formado por representantes das instituições de Ensino Superior que tenham em seus currículos a disciplina de Anatomia e/ou Pesquisas Científicas em Cadáveres.

§ 1º Os conselheiros não receberão remuneração pelo encargo, sendo permitido o pagamento das despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

§ 2º O Conselho será dirigido por um presidente e um vice-presidente, escolhidos por seus integrantes, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Art. 3º O Conselho de Distribuição Estadual de Cadáveres terá as seguintes atribuições:

I - fazer divulgação do tema, informando a população para a relevante questão da necessidade que as insti-

tuições de ensino superior vem tendo para obter cadáveres para estudos ou pesquisas científicas, notificando que as pessoas interessadas possam ceder os seus corpos para tais fins, tendo a doação finalidade de alto alcance científico e humanitário e caráter benemerente;

II - estabelecer mecanismos junto a Tabelionatos das Comarcas da Capital e interior do Estado, para que os doadores (pessoas que comprovadamente estejam em pleno gozo de suas faculdades mentais, atestado por duas testemunhas), possam expressar, através de escritura pública, sua vontade de ceder o corpo após a morte às instituições de ensino. A doação também poderá ser efetivada por parentes identificados das pessoas falecidas. A cessão dos corpos apenas concretizar-se-á em casos de morte natural e por acidente, ficando sem efeito a escritura pública de doação quando o óbito resultar de suicídio ou de homicídio, ou nos casos em que a causa da morte for obscura, e ensejar a instauração de inquérito policial;

III - com exceção dos cadáveres doados a uma instituição específica, realizar a distribuição dos cadáveres cedidos ou não reclamados junto às autoridades públicas, no prazo de trinta dias, obedecendo ao seguinte critério:

a) elaboração de listagem contendo as instituições de ensino superior que tenham em seus currículos as disciplinas de Anatomia e/ou Pesquisas Científicas em Cadáveres;

b) a distribuição dos corpos será feita às referidas instituições alternadamente, obedecendo-se a ordem da listagem que será elaborada tendo em conta, prévio ajuste entre os seus signatários;

c) a instituição contemplada para a utilização do cadáver, poderá receber representantes e/ou alunos de outras instituições de ensino para participarem dos estudos, igualmente, poderá ceder às instalações da mesma a outras instituições respeitando a ordem da listagem;

d) as instituições de ensino contempladas terão o prazo de setenta e duas horas para manifestar por escrito, a condição de acolher o corpo; caso contrário, será passado para a próxima instituição da sequência da listagem;

e) terá preferência na lista a instituição de ensino que estiver em fase de implantação do curso de Medicina durante os primeiros seis meses de vigência da presente lei;

IV - estabelecer termo de incorporação entre o Conselho e o Instituto Médico Legal.

Art. 4º Ao Instituto Médico Legal incumbe, após os procedimentos legais que regem a matéria, disponibilizar ao Conselho os cadáveres não identificados, não reclamados ou doados, para posterior distribuição às instituições de ensino tratadas no artigo 1º desta lei.

Art. 5º Eventuais gastos e despesas decorrentes de custas de cartório, traslado do corpo e funeral, ficarão a cargo da instituição de ensino que acolher o corpo.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Existem mais de cinco mil alunos matriculados nos cursos da área de saúde) medicina, biologia, farmácia, enfermagem, fisioterapia, nutrição, odontologia, psicologia e educação física) nas instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná. Para receber a formação mínima, necessitam receber aulas práticas nos laboratórios de anatomia, os quais devem ter, no mínimo, seis cadáveres cada um, por semestre, que serão dispensados para serem enterrados a cada dois anos, garantindo material de qualidade para os alunos estudarem.

Hoje esta necessidade é impossível de ser atendida no Estado do Paraná, pois as instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, não têm acesso a cadáveres, sendo que somente o Instituto Médico Legal de Curitiba vem enterrando uma média de quatro cadáveres não identificados por mês, ou seja, indigentes sem família para reclamar seus corpos, que poderiam ser destinados a estudo nas instituições de Ensino Superior com cadeiras na área da saúde, por falta de legislação estadual que possibilite tal doação.

Somente uma medida corretiva, matéria deste projeto de lei, poderá solucionar tal impasse, proporcionando assim melhor qualidade de ensino e formação aos futuros profissionais da saúde em nosso Estado. Para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 710/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a denominar Paulo Caetano, o viaduto saída para Aquidaban, município de Marialva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Paulo Caetano nasceu em 27 de janeiro de 1918, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo, casado com Ângela Quinalha Caetano.

Foi um dos pioneiros do município de Marialva-PR, onde chegou com a família em 1940 e estabeleceu-se com a atividade de agricultor, tendo adquirido um lote de terras na Estrada Sarandi, Km 10.

Da união com sua esposa nasceu Eurides Caetano Boschini, hoje casada com Bruno Boschini, também de tradicional família pioneira de Marialva.

Faleceu em 20 de abril de 2000, deixou sete bisnetos e quatro netos.

Fez muito em benefício da população e da comunidade, quando do seu pioneirismo, tendo sido uma pessoa honesta e trabalhadora, cujo exemplo de vida deve ser seguido por todos. Portanto, merece esta homenagem.

PROJETO DE LEI Nº 711/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a denominar Demétrio da Silva Braga, o viaduto saída para Maringá, município de Marialva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Demétrio da Silva Braga, natural de São Manoel, Estado de São Paulo, nascido em 21 de novembro de 1908, filho de Joaquim da Silva Braga e Brandina Silva Braga, veio para o Estado do Paraná, primeiramente para a cidade de Cambará, onde contraiu matrimônio.

Posteriormente se transferiu para a cidade de Andira-PR, permanecendo ali até meados de 1941, quando então mudou-se para Marialva. Nesta cidade teve uma casa comercial na avenida Cristóvão Colombo, onde hoje funciona a Lanchonete Havanás. Dedicou-se à atividade de comerciante por vários anos e, posteriormente passou a dedicar-se à agricultura, em especial, à suinocultura.

De seu matrimônio teve seis filhos: Isolda Walde-
rez da Silva, Ivonice da Silva, Irenice da Silva, Ieda
Ramos Braga, Ivete Ramos Braga e Carlos Gilberto da
Silva Braga.

No quadriênio 47-51 foi representante na Câmara Municipal de Mandaguari, como Vereador do então distrito de Marialva.

Em 1952, foi candidato a Prefeito de Marialva na legenda PSD. Homem íntegro e batalhador sempre soube lutar por seus objetivos. Em 1959 foi designado titular do Cartório do Registro Civil e Anexos desta comarca. Exerceu esta função até a sua aposentadoria em 1978. Demétrio da Silva Braga exercera outras funções, tendo sido Presidente do Clube dos 30, do qual fora também fundador. Era rotariano e durante a sua permanência exerceu a presidência e outros cargos do Rotary Clube local.

Posteriormente à sua aposentadoria, continuou dedicando-se exclusivamente à suinocultura até 1.999, afastando-se por motivo de saúde, vindo a falecer em 22 de fevereiro de 2003, deixando, além da esposa e dos filhos, quinze netos e sete bisnetos.

Portanto, merece esta homenagem *in memoriam*.

PROJETO DE LEI Nº 712/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a denominar João Bolonheis, o viaduto saída para Mandaguari, município de Marialva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

João Bolonheis, natural de Ourinhos, Estado de São Paulo, nascido em 1º de dezembro de 1925, casado com Antônia Neto Corsini.

Chegou no Estado do Paraná em 1949, mais precisamente na cidade de Londrina, tendo ali residido e se casado em 1952. Ainda em 1952, transferiu sua residência para a cidade de Marialva-PR, ocasião em que adquiriu um imóvel rural, com o plantio de cerca de vinte mil pés de café. A seguir cultivou soja, fornecendo emprego a várias famílias, contribuindo em muito para o desenvolvimento de Marialva, juntamente com outros pioneiros da mesma época.

Aposentou-se pela Previdência Rural e mesmo aposentado, jamais afastou-se das atividades agrícolas, até o seu falecimento ocorrido em 05 de outubro de 1.999, deixando sete filhos, três bisnetos, quinze netos.

Este pioneiro, pela sua bravura, por seu desprendimento e coragem, merece portanto esta homenagem.

PROJETO DE LEI Nº 713/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Inclui-se o município de Abatiá - pertencente ao 2º Batalhão e à 21ª área integrada de segurança pública na circunscrição territorial do município de Cornélio Procopio - pertencente ao 18º Batalhão e à 23ª área integrada de segurança pública do Estado do Paraná.

Art. 2º A implementação da providência prevista no artigo 1º dessa lei, importará imediata desvinculação do município de Abatiá do 18º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme regulamentação a ser definida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A integração do município de Abatiá (2º Batalhão) da Polícia Militar ao comando da 18º Batalhão no município de Cornélio Procopio tende a propiciar uma maior comodidade administrativa para a municipalidade de Abatiá.

A medida proposta, além de ser viável geograficamente, proporcionará maiores e visíveis benefícios à coletividade local, no que tange à área de segurança pública integrada.

PROJETO DE LEI Nº 714/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa de Combate à Violência contra a Mulher, para prestar assistência à saúde física e mental das mulheres vítimas de violência.

Art. 2º O Programa será executado pela Secretaria de Estado da Saúde, em cooperação com o Conselho Estadual da Mulher, e integrado pelos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal.

Art. 3º Fica autorizada a criação de grupo de trabalho com a incumbência de articular as medidas necessárias à implantação do Programa instituído nesta lei.

Parágrafo Único. O grupo será integrado por representantes dos órgãos e entidades envolvidos no Programa.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O aumento da violência praticada contra a mulher tem sido anunciado sistematicamente nos meios de comunicação. A maior porta de entrada desses casos é o sistema público de saúde, que, infelizmente, não conta com recursos para dar atendimento necessário a esse grave problema. É necessário melhorar e aprimorar o serviço prestado, qualificando os quadros técnicos e funcionários, criando uma interface com os serviços já existentes. Os governos estaduais e municipais poderão colaborar adequando sua política pública às necessidades das mulheres vítimas de violência.

O controle e a solução para esse gravíssimo problema exige o esforço de todos os segmentos da sociedade. O problema tem tamanha gravidade que pode ser considerado uma questão de saúde pública, além de violência explícita dos direitos humanos.

O Banco Mundial estima que essa violência, no mundo, cause mais danos e mortes às mulheres entre 15 a 44 anos do que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito ou até mesmo a guerra. Pelos menos uma em três

mulheres sofre violência física, sexual ou alguma outra forma de abuso, usualmente nas mãos de uma pessoa íntima ou membro da família.

Estudos recentes demonstram que atitudes femininas simples podem dar ensejo à violência doméstica. Desobedecer ao marido, retrucar, recusar sexo, não preparar a comida a tempo, falhar no cuidado com as crianças ou a casa, questionar o marido a respeito de dinheiro ou mulher ou até sair de casa sem a sua permissão, podem servir de desculpa para agressões.

A violência sexual e doméstica confronta-se também com os esforços de promover o planejamento familiar e a serviço de planejamento familiar, ainda que os métodos estejam disponíveis. Por medo da reação de seus maridos, muitas vezes elas evitam até falar a respeito do assunto.

As principais consequências desse tipo de situação são gravidez indesejada, abortos inseguros, complicações por gestações frequentes e de alto risco, DST, problemas ginecológicos persistentes e danos psicológicos graves.

Hoje, novos estudos e levantamentos vêm sendo feitos por órgãos da administração pública e organizações não-governamentais, o que tem contribuído para tornar o problema ainda mais visível.

Apenas uma em dez mulheres em situação de violência, que procuram atendimento médico, é oficialmente reconhecida pelos profissionais de saúde como mulher espancada. Na maioria dos casos, o espancamento é negado, ou sua importância é diminuída. As respostas médicas às mulheres espancadas tendem a se limitar ao tratamento das lesões físicas causadas pelo espancamento e, em muitos casos, a culpar a vítima pela violência.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos Pares desta Assembléia Legislativa para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 715/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - Apasa, com sede e foro na cidade de Adrianópolis-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Surdos - Apasa, com sede na avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 115 - Adrianópolis-PR, fundada em 05 de maio de 2005, de caráter assistencial e cultural, e tem por finalidade a defesa e promoção dos interesses culturais, econômicos, morais e profissionais dos surdos, promover o bem-estar, prestar apoio à integração comunitária dos

surdos, promover o ensino e divulgação da Libras (Língua Brasileira de Sinais).

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 607/95 de 05.10.2005.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende aos critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 716/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Defesa Ambiental, Terra, Água, Vida, com sede em Terra Roxa-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Defesa Ambiental, Terra, Água, Vida é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter cultural e técnico-científico, fundada em 02 de agosto de 2002, em Terra Roxa-PR, tendo sido registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Terra Roxa, sob nº 6182, do livro A-3, em 26 de setembro de 2002.

A entidade tem por objetivo principal proteger e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo educação ambiental e desenvolvendo estudos e pesquisas sobre o meio ambiente.

As atividades promovidas, das quais o Instituto veio a participar, sempre tiveram caráter pró-ativo, buscando desenvolver e incutir o conceito de desenvolvimento sustentável, a saber, modelo de desenvolvimento em harmonia com a conservação ambiental, de tal maneira que haja o usufruto atual, porém moderado e dentro de parâmetros que assegurassem a perenidade de uso, para a geração futura.

Considerando o elevado propósito da referida entidade e estando o presente projeto de lei para fins de declaração de Utilidade Pública, em conformidade com a legislação pertinente, conclamamos aos nobres Pares a aprovação desta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 717/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Produtores de Leite do Alto Ribeira - APL,

com sede no município de Adrianópolis e foro jurídico na comarca de Bocaiúva do Sul-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Produtores de Leite do Alto Ribeira - APL, com sede na Estrada da Plumbum s/nº Km 01 - Adrianópolis-PR, fundada em 16 de maio de 2001, sem fins lucrativos, tem como objetivo principal contribuir para o fomento e racionalização das atividades leiteiras e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 599/2005 de 08.08.2005.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende aos critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 718/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rio Verde, com sede e foro jurídico na comarca de Laranjeiras do Sul-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Rio Verde, com sede na localidade de Rio Verde - Passo Liso - Laranjeiras do Sul-PR, fundada em 04 de março de 1989 e registrada no Cartório de Registro de Títulos, Documentos e outros, com nº 264 de 30 de junho de 1989, sem fins lucrativos, tem por objetivo principal representar a comunidade, promovendo a união e a organização das pessoas e na resolução dos problemas comuns.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 015/2001 de 29.06.2001.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende aos critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 719/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense das Associações de Produtores Rurais-Fepar, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense das Associações de Produtores Rurais - Fepar, situada na Rodovia BR-116 - Ceasa - Tatuquara - Curitiba-PR, CEP 81310-415, fundada em 27 de novembro de 1985, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem por objetivo e princípio básico defender aos interesses das filiadas e em particular aos direitos e aspirações da classe dos produtores rurais, que essas associações representam, bem como, promover a integração entre órgãos e entidades representativas.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 11.195 de 17.11.2004.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende aos critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 720/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná - Ataepar, com sede e foro em Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná - Ataepar, com sede na rua Itararé, nº 43, 5º andar, sala 53 - Centro - Curitiba-PR, fundada em 04 de agosto de 1979, e registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Londrina, sob nº 484 de 14.04.80. Constituída para fins de estudo, coordenação e representação legal dos profissionais técnicos agrícolas, pautando sempre pelos princípios democráticos, tendo por finalidade principal congregar todos os

técnicos agrícolas do Estado do Paraná em suas diversas modalidades.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende aos critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 721/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Irmã Emanuele de Brito, com sede em Ampère-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Irmã Emanuele de Brito, é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter benéfico, fundada em 28 de novembro de 1981, em Ampère-PR, foi tendo sido registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Realeza, sob nº 742, do livro A-1, em 29 de julho de 1983.

A entidade tem por objetivo o acolhimento de mães carentes, em especial mães com crianças em creches, para proporcionar-lhes orientação e assistência.

As atividades promovidas, das quais o Instituto veio a participar, sempre tiveram caráter pró-ativo, buscando desenvolver e incluir o conceito de desenvolvimento sustentável, a saber, modelo de desenvolvimento em harmonia com a conservação ambiental, de tal maneira que haja o usufruto atual, porém moderado e dentro de parâmetros que assegurassem que haja o usufruto atual, porém moderado e dentro de parâmetros que assegurassem a perenidade do uso, para a geração futura.

Considerando o elevado propósito da referida entidade e estando o presente projeto de lei para fins de declaração de Utilidade Pública, em conformidade com a legislação pertinente, conclamamos aos nobres Pares a aprovação desta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 722/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A empresa titular da marca inscrita em garrafão reutilizável não poderá impedir a livre circulação do produto ou reutilização do recipiente, ainda que por

empresa concorrente, ou criar, por meio de marca, vínculo artificial com o consumidor de maneira a impedir a ele a plena liberdade em adquirir o produto de quem lhe aprouver, desde que sejam observadas as seguintes regras:

I - o garrafão tenha sido regulamentemente colocado no mercado e adquirido por consumidores, revendedores ou produtores;

II - seja o garrafão efetivamente reutilizável e do tipo padrão utilizado por todos os produtores.

Art. 2º O produtor que, observando as regras estabelecidas nesta lei, reutilizar o garrafão, deverá nele colocar em destaque o rótulo com sua marca, através de rótulo comercial próprio, nos termos e prazos determinados pelas autoridades administrativas, de maneira a não causar confusão ao consumidor.

Art. 3º Fica vedada a inscrição da marca da empresa nos garrafões reutilizáveis produzidos e distribuídos a partir da vigência desta lei.

Art. 4º As empresas envasadoras procederão, no prazo de 1 (um ano) a partir da publicação desta lei, à retirada dos garrafões reutilizáveis cujas marcas foram impressas antes de sua entrada em vigor.

Art. 5º O não cumprimento desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais);

III - multa de R\$ 2.000,00, a cada reincidência;

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei para sua fiel execução, determinando o órgão competente para a fiscalização e o respectivo procedimento.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Há certo tempo tem sido praticado por determinadas distribuidoras de água, prática comercial que está a causar prejuízo aos consumidores, em infringência ao Código de Defesa do Consumidor.

Determinadas empresas têm gravado sua marca diretamente no recipiente (garrafão de água), os quais são adquiridos pelos consumidores que comprem a água. A prática lesiva ao consumidor se dá exatamente em virtude de essas empresas não estarem aceitando garrafões que não os logomarcados, o que claramente fere o direito de liberdade de escolha na aquisição de produto com menor preço.

Ao aceitarem somente os recipientes logomarcados, as empresas de água estão criando arditosamente um mecanismo que obriga o consumidor a comprar água

somente da empresa cuja marca está estampada, visto que outra empresa, ainda que tenha o preço mais barato, não poderá receber o garrafão da concorrente, uma vez que não há garantia que a empresa cuja marca está estampada irá aceitar de volta o recipiente.

Ressalte-se que o consumidor, ao adquirir a água pela primeira vez, paga também pelo recipiente, o qual é entregue vazio e trocado por um cheio quando vai adquirir a água, e assim sucessivamente. Desta forma, uma vez que o consumidor pagou pelo recipiente, ele é o legítimo proprietário do mesmo, não podendo as empresas, através da inscrição de uma marca no garrafão, impedir que o mesmo adquira água de empresa cujo preço seja mais barato, ainda que seja de empresa concorrente.

Ademais, o Código de Águas Minerais, Decreto-Lei nº 7.841/45, no seu artigo 28 estabelece que “*uma vez classificada a água pelo DNPM, será proibido o emprego no comércio ou na publicidade da água, de qualquer designação suscetível de causar confusão ao consumidor, quanto à fonte ou procedência, sob pena de interdição*”.

O presente projeto, portanto, visa coibir que as empresas de água estabeleçam esse vínculo artificial com o consumidor, em violação do CDC, garantindo assim, a liberdade do mesmo de adquirir o produto mais barato, independentemente da marca que esteja inscrita no garrafão adquirido pelo consumidor.

Desta forma, conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa, na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 723/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná-Cedine - Paraná, órgão público normativo, paritário, deliberativo, fiscalizador, competente para desenvolver estudos, propor medidas e políticas voltadas à Comunidade Negra, visando a valorização e reconhecimento da participação histórica da comunidade negra enquanto agente social de produção de conhecimento, riqueza e preservação das tradições negro-africanas calcados em marcas civilizatórias anteriores ao processo de escravização, como forma de eliminar o racismo, e suas manifestações xenofóbicas de discriminação dessa população.

Parágrafo Único. O Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - Cedine - Paraná integrará a estrutura organizacional básica da Casa Civil do Estado do Paraná.

Art. 2º Compete ao Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - Cedine - Paraná:

I - formular políticas públicas que promovam a cidadania da população negra e igualdade nas relações sociais de homens e mulheres negros, prestando assessoria aos órgãos do Poder Público e, entidades organizadas

ligadas ao movimento negro, emitindo parecer e acompanhando a elaboração de programas e projetos desenvolvidos pelo Poder Público;

II - promover a articulação e integração dos programas de governo, nas diversas instâncias da administração pública direta e indireta, no que concerne às políticas públicas pela igualdade de direito e oportunidade para a população negra;

III - implementar e monitorar políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos, discriminação e desigualdades que atingem o povo negro, desenvolvendo ações integradas e articuladas com o conjunto das instituições governamentais e entidades do movimento negro, bem como de toda a sociedade civil devidamente constituída;

IV - acompanhar e fiscalizar a legislação em vigor, exigindo seu cumprimento;

V - acompanhar e divulgar os trâmites dos projetos de lei que dizem respeito à condição do negro na esfera do Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa, das Câmaras Municipais do Estado do Paraná;

VI - propor a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra os negros e negras, na esfera municipal, estadual, federal e internacional;

VII - promover intercâmbio e firmar protocolos com organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, com a finalidade de implementar o Programa de Ação do Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - Cedine - Paraná;

VIII - estimular a criação dos conselhos municipais da população negra, objetivando a efetivação das normas, princípios, regimento interno e diretrizes estabelecidas pela Política Estadual direcionada à Comunidade Negra;

IX - manter articulação permanente com organizações do Fórum Estadual das Entidades do Movimento Negro;

X - contribuir para o fortalecimento da população negra através de ações voltadas para a capacitação do negro e da negra;

XI - receber e acompanhar as denúncias e queixas de violações de direitos humanos individuais e coletivos, que envolvam questões raciais, assegurados na Constituição Federal e Estadual;

XII - a elaboração de seu regimento interno;

XIII - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar a aplicação dos recursos orçamentários do Fundo do Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - Funcedine - Paraná;

XIV - definir os critérios de destinação dos recursos financeiros públicos destinados à comunidade negra;

XV - publicar no Diário Oficial do Estado do Paraná as contas do Fundo do Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - Funcedine - Paraná, recorrendo também à utilização de outros meios para a divul-

gação de suas ações, posições, decisões e demais informações que julgar necessárias, garantindo a sua gratuidade de publicação;

XVI - praticar os demais atos necessários que oficialmente lhe foram atribuídos;

XVII - assessorar e incentivar política e tecnicamente os projetos apresentados pelas entidades do movimento negro;

XVIII - criar sistema de comunicação (jornal, site, peças publicitárias), com a finalidade de divulgação das ações desenvolvidas pelo Conselho.

Parágrafo Único. Todos os órgãos estaduais de administração direta ou indireta, por força desta lei, devem reconhecer e garantir a participação do Cedine na elaboração de programas e políticas voltadas à população negra.

Art. 3º O Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - Cedine - Paraná integrará a estrutura organizacional básica da Casa Civil do Estado do Paraná, que será composta dos meios necessários ao exercício de suas atribuições a ser definida por decreto, sem prejuízo de inserção e colaboração das demais secretarias.

Art. 4º Integrarão a estrutura do Cedine, onze titulares e onze suplementares, representantes de entidades da sociedade civil, de comprovada atuação na defesa da Comunidade Negra, de acordo com os critérios estabelecidos pelo regimento interno do Conselho, e onze titulares e onze suplentes representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo, o Ministério Público Estadual, sendo obrigatória a presença de um representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, na titularidade, garantindo a participação das demais secretarias.

Art. 5º A Secretaria Executiva será dirigida por Secretário-Executivo, designado pelo Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná, dentre nomes componentes de uma lista tríplice apresentada pelo Fórum das Entidades Negras.

Art. 6º O Cedine contará com apoio material, técnico, operacional e financeiro da Casa Civil do Estado do Paraná.

Art. 7º Todos os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 8º A eleição dos conselheiros representantes da Comunidade Negra far-se-á em Conferência Estadual, a realizar-se a cada dois anos.

Parágrafo Único. Poderão participar da Conferência Estadual, entidades do Movimento Negro que tenham atuação voltada para a luta contra a discriminação racial, pela valorização da cultura e religiosidade afro-brasileira.

Art. 9º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo consideradas como serviço público relevante. As despesas de transporte, alimentação e hospedagem serão custeadas pelo Conselho.

Art. 10. Fica criado o Fundo do Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - Funcedine - Paraná, administrado pelo Conselho e destinado a gerir recursos para financiar as atividades do Cedine - Paraná, assim constituído:

I - dotação consignada no orçamento do Estado para a assistência social voltada à comunidade negra;

II - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

III - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

IV - outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) HERMES FONSECA

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Natálio Stica.

JUSTIFICATIVA:

Os avanços alcançados através do desenvolvimento das tecnologias nos mais variados campos e setores da vida humana demonstram que vivemos um outro tempo. Entretanto, é público e notório que esses avanços, todo esse desenvolvimento, contempla pequeníssima parcela das pessoas que habitam o Planeta.

Ao iniciar-se o século XXI as desigualdades se aprofundam a cada segundo: aumenta a violência urbana e rural, a fome e a miséria, as doenças, o desemprego, a falta de moradia.

Para os africanos tanto em África como na diáspora, esta realidade não é nada mais nada menos que a continuidade do processo histórico implementado a partir da consolidação do capitalismo, responsável pela estruturação de um sistema excludente e racista de exploração das riquezas materiais, culturais e humanas.

As civilizações africanas, no momento das invasões européias ao seu continente, tiveram interrompido seu processo de desenvolvimento. Graças à sua visão de mundo, suas formas de manter as tradições e o respeito à liberdade, além dos conhecimentos desenvolvidos, puderam reorganizar-se e lutar contra a perversidade imposta pelas ideologias racistas implantadas por este sistema.

Inúmeras conquistas foram alcançadas desde a busca da liberdade na organização dos quilombos, as revoltas contestando o sistema que explorava (e ainda hoje explora) sua mão-de-obra, a desconstrução do mito da democracia racial, a denúncia sobre a farsa da Lei Áurea, a inclusão do 20 de novembro na agenda nacional em homenagem a Zumbi e os/as quilombolas, as mudan-

ças nos currículos hoje aprovada em lei federal, as pesquisas e inclusão nos serviços de saúde sobre anemia falciforme, entre outras.

Porém, os desafios permanecem. O combate ao racismo é uma responsabilidade coletiva o qual deve contar com a participação de toda a sociedade, pois, apesar das conquistas já apontadas, ainda vivemos um quadro de exclusão generalizada, uma vez que todos os setores sociais são permeados pelo preconceito e discriminação.

Neste sentido, a realidade do povo negro-africano no Paraná não se diferencia de outras localidades brasileiras em termos de exclusão e racismo, seja pela precariedade dos postos de trabalho, pela invisibilidade e desrespeito na educação formal que ignora e omite sua participação histórica na produção das riquezas materiais e culturais, conhecimento e formas de resistência, no atendimento à saúde, no desemprego, na ausência de políticas públicas de promoção da igualdade e de infra-estrutura nas periferias.

O Estado do Paraná encontra-se entre os primeiros no ranking da exploração do trabalho infantil e das crianças que sobrevivem dos lixões. O trabalho escravo vem em ordem crescente no Estado, retratando a desumanidade imposta aos afro-descendentes uma vez que, ao sermos uma população em torno de 24% dos paranaenses, por conta do racismo e da exclusão, vivemos em maior número nessas condições.

Quando à educação formal e à saúde não existem dados oficiais no sentido de apresentar com maior fidedignidade a realidade do povo negro nessas áreas, carecendo assim de pesquisas que justifiquem propostas de políticas públicas de combate ao racismo e para a promoção da igualdade tão necessária e importante para a consolidação da democracia.

Tem-se, diante do acima exposto, o entendimento de que torna-se urgente a criação do Conselho, enquanto espaço democrático de participação popular, órgão capaz de formular políticas e construir condições concretas de participação da comunidade negra, bem como propor políticas públicas que promovam de fato a igualdade e o fim da discriminação.

Ao conquistarmos em Durban, na Conferência Internacional da ONU, a caracterização do crime de lesa-humanidade impetrado contra o povo negro e a premência incontestável do combate a fim a todos as formas de discriminação, intolerância e xenofobia, vemos a criação do Conselho, na forma da lei, como uma das prioridades para a efetiva promoção da igualdade.

O Conselho que se visa criar com este projeto de lei já está instituído nos estados do Rio de Janeiro (Lei nº 3.730, de 13 de dezembro de 2001), Mato Grosso do Sul (Lei nº 702, de 12 de março de 1987) e Mato Grosso (Lei nº 786, de 09 de dezembro de 2000).

PROJETO DE LEI Nº 724/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a promover ações legais necessárias para converter o Cine Plaza (de Curitiba) em centro estadual de cultura.

Parágrafo Único. O Governo do Estado fica autorizado a comprar ou estabelecer contratos de arrendamento ou comodato com os proprietários do Cine Plaza para efetivar a sua conversão em um centro estadual de cultura.

Art. 2º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a destinar os recursos necessários no orçamento de 2006 para a conversão do Cine Plaza em centro estadual de cultura.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI
RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Cine Plaza faz parte do patrimônio cultural da cidade de Curitiba. Fundado em 19 de dezembro de 1965, é hoje o único de Curitiba da “velha guarda” que resiste como “cinema privado de rua”. O Cine Plaza de Curitiba, localizado no centro da cidade, em plena praça Osório, é um ícone na vida cultural e no lazer da capital do Paraná. Todos os antigos cinemas de Curitiba foram fechados, e o público, aos poucos, foi migrando para as salas das grandes redes sediadas em shopping centers. Mesmo as salas da Fundação Cultural de Curitiba também foram reduzidas nos últimos anos.

O Cine Plaza conta com 1.200 poltronas e pode ser convertido num importante centro estadual de cultura, visando, por exemplo:

- a exibição de festivais temáticos (como recentemente o fez com o 9º Festival de Cine, Vídeo de Curitiba);
- propiciar a exibição de filme de cineastas paranaenses;
- converter-se em instrumento na formação de plateia qualificada para o cinema, com a realização de cursos, palestras, mostras temáticas etc;
- atuar na qualificação dos educadores e educadoras com atividades voltadas para formação docente quanto à arte cinematográfica, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação paranaense;
- promover eventos voltados ao público estudantil das escolas públicas, articulados com os projetos pedagógicos da rede estadual de educação;

- contribuir com a Escola de Cinema do governo estadual e os demais cursos de graduação e pós-graduação em artes cinematográficas de Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 725/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Águia - Grupo de Proteção e Recuperação Ambiental, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Águia - Grupo de Proteção e Recuperação Ambiental, com sede e foro no município de Joaquim Távora, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Tem por finalidade promover a defesa, proteção e conservação do meio ambiente, combater o desarmamento, através de ações diretas e divulgação de preceitos de preservação, exposições, palestras, opções de lazer que o meio ambiente proporciona, bem com outras iniciativas ou empreendimentos sociais em favor do meio ambiente.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicados à matéria, merecendo o apoio dos nobres Pares desta Casa, à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 726/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os estabelecimentos de assistência social, ligados ao Poder Executivo, proporcionarão às mulheres vítimas de violência conjugal, programas de geração de emprego e renda.

Art. 2º Fica o Poder Executivo obrigado a atender às mulheres identificadas no artigo 1º desta lei, com as seguintes cotas de prioridades:

I - destacar até 10% (dez por cento) das vagas anuais para cursos de capacitação e qualificação profissional sob sua administração, ou das instituições de treinamento conveniadas;

II - destinar até 10% (dez por cento) dos encaminhamentos mensais para as vagas de empregos formais;

III - dar assistência direta, de treinamento e linhas de créditos, através de consultorias especializadas conveniadas, na montagem de micronegócios.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição se destina a criar o Programa de atendimento a mulheres vítimas de violência conjugal. A gravidade dos fatos amplamente divulgados na mídia tem suscitado a mobilização dos vários segmentos da sociedade, no sentido de encontrar formas e encaminhamentos junto às autoridades que possam minimizar essas trágicas ocorrências.

Várias entidades civis, públicas e organizações não governamentais têm se envolvido nesse oportuno movimento, conferindo total apoio aos Fóruns de Mulheres, uma excelente iniciativa da sociedade civil organizada.

É evidente que as mulheres vítimas das agressões têm medo de fazer as denúncias, principalmente pelo imenso pavor de ver multiplicada a fúria dos agressores. E não precisa se aprofundar em teses sociológicas para se concluir que esse sofrimento contido decorre, na quase totalidade, da dependência financeira da mulher em relação ao cônjuge.

É a falta de sustentabilidade econômica para si e para os filhos que faz com que essas sofridas pessoas se sujeitem às humilhações constantes, que muitas vezes custam-lhes a própria vida.

Esse dramático cenário deve sensibilizar o Poder Público, criando mecanismos de apoiar e mudar essa triste realidade à família paranaense. É imprescindível tratar com prioridade de política social pública a questão da empregabilidade e geração de renda desse agrupamento de pessoas em situação de opressão física e psicossocial.

PROJETO DE LEI Nº 727/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Internacional Pró-Yoga, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Internacional Pró-Yoga, doravante denominada de AIP Yoga, é uma sociedade sem fins

lucrativos e possui endereço à avenida Nossa Senhora Aparecida nº 501/392 no bairro Seminário, no município de Curitiba.

Dentre as suas principais atribuições, a presente associação realiza palestras em escolas, alertando sobre o uso de drogas e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Comprometida com a realidade social dos portadores de HIV, essa associação engendra esforços na obtenção de recursos, que são provenientes mediante a realização de campanhas solidárias. Esses recursos obtidos são convertidos em doações de cestas básicas a 34 entidades, dentre elas: creches, associações, asilos e hospitais de pequeno porte.

Participa na formação de grupos de treinamento e preparação para atuação em grupos de jovens na área de prevenção do uso de substâncias psicotrópicas.

Atua no treinamento às entidades para obtenção de registros aos conselhos municipais, estaduais ao Conass - Conselho Nacional de Assistência Social.

Elabora planos e propostas que permitam aos conselhos tutelares a assistência integral aos dependentes químicos menores e o encaminhamento desses a centros de tratamento especializado.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 728/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Mundial de Programação Neurolingüística e Assistência Social - AMPNL com sede e foro no município de Mandaguáçu, Estado do Paraná - CNPJ 03.588.490/0001-87.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar a entidade social citada, de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos, nascida legalmente em 15.12.1999, com prazo de duração indeterminado.

Possui como objetivo as atividades inerentes de uma entidade qualificada de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

A entidade atende aos requisitos legais para receber tal declaração legal. Para tanto, segue documentação exigida em anexo.

Espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

PROJETO DE LEI Nº 729/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto 21 de Março - Consciência Negra e Direitos Humanos, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto 21 de Março, constituído em 21 de março de 2004, sediado no município de Curitiba, já possui título de Utilidade Pública Municipal.

A entidade presta relevantes serviços à sociedade paranaense, promovendo ações na área de combate ao racismo e outras formas de discriminação, dispensando tratamento com acompanhamento psicológico e jurídico às vítimas da violência.

Pela importância do serviço prestado por essa associação à nossa sociedade, é que este Deputado propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 730/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Clube Esportivo e Recreativo Elo Unido, com sede e foro em São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública o Clube Esportivo e Recreativo Elo Unido, com sede na cidade de São José dos Pinhais-PR.

A presente entidade tem por finalidade proporcionar a prática esportiva, recreativa e cultural para crianças carentes dos bairros São Marcos, Jardim Carmem, Aquários e outros. Disponibilizando espaço físico, professores e estagiários de educação física, além de voluntários, os mesmos coordenam treinos de futsal, futebol e atletismo, além de aulas de dança (Axé) e recreações com várias brincadeiras, incentivando a integração e o convívio social entre os alunos.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 731/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam acrescidos parágrafos 5º, 6º e 7º ao artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

Art. 14.

§ 5º Para efeito do disposto na parte final prevista no inciso III do parágrafo 2º deste artigo, é condição para tanto que eventual e posterior alienação do veículo ou sua transferência para outro Estado pelo estabelecimento adquirente, ocorra após o transcurso de, no mínimo, 15 (quinze) meses da respectiva entrada, circunstância essa que deverá constar no documento fiscal emitido referente à aquisição e será informada ao fisco de destino do veículo.

§ 6º O não-cumprimento da condição, tratada no parágrafo 5º deste artigo, ensejará a cobrança do estabelecimento adquirente do imposto devido, decorrente da diferença entre a aplicação da alíquota prevista no inciso IV deste artigo e aquela tratada na alínea "o" do inciso I deste artigo, com os acréscimos legais cabíveis, desde a data de entrada do veículo no seu estabelecimento.

§ 7º O disposto nos parágrafos 5º e 6º deste artigo não se aplica no caso de sinistro por perda total do veículo a ser comprovado de acordo com a legislação própria e/ou segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei objetiva impor condições para alienação de veículos comprados com benefícios tributários, obrigando que a transferência desses bens para outros estados, ocorra somente após o transcurso de, no mínimo, quinze meses da emissão do documento de compra fiscal.

Tal iniciativa irá impedir que os frotistas ou locadoras negociem veículos novos no mercado antes do efetivo uso a que se destinam, ou seja, a locação ou uso na sua atividade empresarial.

Vale salientar que tais comerciantes, travestidos de frotistas ou de locadores de veículos, aproveitam-se de uma brecha na lei do ICMS de nosso Estado, quando negociam no mercado consumidor de venda de veículos novos ou semi novos, comprados com preço muito menor que do mercado, valendo-se irregularmente do benefício fiscal.

Outro fato de importante conotação é o de que esses aproveitadores da brecha da lei, conseguem realizar compras e vendas de veículos por preços inferiores aos sugeridos para venda ao público pelo fabricante, monta-

dor ou importador, provocando enorme perda de arrecadação para o Estado do Paraná, comprometendo a competitividade das concessionárias de veículos novos que cumprem com suas obrigações fiscais regulares e sem benefícios.

Neste sentido, observado o mérito da questão, clamamos a todos os nobres Pares deste Parlamento o devido apoio para aprovação da proposta que ora apresentamos, por se tratar de matéria que visa acabar com essa concorrência desleal que causa enormes prejuízos aos comerciantes legalmente estabelecidos e ao Tesouro do Estado, preenchendo a lacuna legal que possibilita o lucro indevido advindo de benefício fiscal.

Grande Expediente:

Homenagem aos formandos do Curso de Direito da PUC

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Hoje, o Grande Expediente está reservado, conforme requerimento de autoria do Deputado Cesar Seleme, aprovado nesta Casa por todos os Srs. Parlamentares, requerendo-o para prestar uma homenagem aos formandos, professores e diretores do curso de Direito da PUC do campus São José.

Faremos uma inversão de pauta. Antes de iniciarmos o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente, concedendo de imediato a palavra ao nobre Deputado Cesar Seleme.

Proponente:

Deputado Cesar Seleme (PMDB)

O SR. CESAR SELEME

Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão; 1º Secretário desta Casa, Deputado Ademar Traiano; 2ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados; senhores mestres, senhores alunos, professora Sheila Santos Leal, MD Diretora do curso de Direito da PUC; professor Jefferson Marcos Biagini Medina; professora Cristiane Kolodi Siqueira.

(Lê):

“Esta Casa está engalanada nesta tarde ao receber os formandos do Curso de Direito diurno da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC - do campus São José dos Pinhais.

São 29 acadêmicos que concluem mais uma caminhada na longa estrada da vida estudantil, preparando-se para enfrentar, não só a sobriedade dos tribunais, mas também, a concorrência do mercado de trabalho, tão difícil quanto a de outras profissões liberais.

Está aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um número de jovens formandos que iniciam sua caminhada em defesa dos direitos do homem.

Representantes de uma classe que vai defender o nosso direito de voto, nosso direito ao trabalho, nosso direito à escola, nosso direito à saúde, enfim, o direito do homem - defender até o sagrado direito de torcer pelo Atlético nas arquibancadas do Couto Pereira.

A Declaração da Independência Americana contém essas palavras de Jefferson sobre os direitos do homem: *Consideramos estas verdades como evidentes por si: que todos os homens são criados iguais; que são dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis; que entre esses direitos estão: a vida, a liberdade e a procura da felicidade.*

Que os nossos acadêmicos desta tarde tenham consigo por toda a vida esta trilogia de defesa dos direitos do homem: a vida, a liberdade e a busca da felicidade.

Assim procedendo, estará dando a sua parcela na defesa e no fortalecimento dos direitos humanos.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores:

Quero pedir, neste momento, que sejam inseridos votos de congratulações aos mestres: professora Sheila (Diretora do curso); professora Cristiane e professor Medina, cujos professores, fizeram de suas disciplinas a alma do curso, pela sua dedicação, pelo seu conhecimento e pela forma como conseguiram transmitir o saber aos seus alunos, fazendo deles, não só meros aprendizes, mas, tornando-os seus verdadeiros discípulos.

Georges Gusdorf, no seu livro “Para que professores”, afirmou: *Pode-se ser um mestre sem discípulo, a partir do momento em que se põe ordem em sua vida, em seu pensamento ou nesta ou naquela de suas atividades.*

Um eremita no deserto pode ser um grande mestre espiritual, como também o grande artista em seu ateliê solitário.

Mas, não se pode ser discípulo sem mestre!

O discípulo é um homem que não possui a mestria da própria vida; em busca de si próprio, não se pertence.

Ele se tornou discípulo no momento em que reconheceu numa personalidade mais forte que a sua, o sentido e o segredo da sua própria exigência.

E essas são as personalidades que homenageamos nesta tarde, através dos professores Sheila, Cristiane e Medina, pela boa influência passada aos seus discípulos.

E para terminar, Sr. Presidente, quero deixar registrado nos Anais desta Casa, a visita desses acadêmicos de Direito da PUC, nesta tarde, enchendo de alegria este plenário, enchendo de esperança as vidas destes políticos pelas expressão de sua juventude, e renovando as nossas expectativas quanto à sua ânsia de apresentar mudanças.

Esta visita deixa orgulhoso este Parlamento, pois, sentimos a necessidade da participação da sociedade, e esta é uma representação do que existe de melhor na sociedade do Estado do Paraná.”

Esta visita deixa orgulhoso este Parlamento. Sei que foi iniciativa do professor Medina. Meus cumprimentos a ele e aos demais professores. É uma iniciativa

digna de louvor, porque abre e mostra o que é o Parlamento.

Muitos de vocês, prezados alunos, serão vereadores, prefeitos, deputados, promotores de Justiça, juiz de direito e é importante esse contato que estão tendo com o Parlamento.

Professores! Tragam outras turmas para conhecer a Assembléia Legislativa.

Parabéns a vocês, formandos! Muito sucesso! E que Deus os ilumine e que tenham um futuro brilhante.

Este Parlamento estará sempre à disposição de cada um de vocês.

Quero também agradecer ao Presidente desta Casa e o apoio de todos os Deputados que aprovaram o nosso requerimento.

Gostaria de chamar os alunos: Giovani, para fazer a entrega da Moção para a professora Cristiane; Rafael, para o professor Medina e Aramis; para a professora e diretora Sheila.

(Entrega das Moções)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedemos a palavra ao professor Jefferson Marcos Biagino Medina, por dez minutos.

Orador:

Prof. Jefferson Medina

O SR. JEFFERSON MEDINA

Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão; Srs. Deputados que compõem a Mesa; Srs. Deputados que estão em plenário; professores e formandos de direito; senhoras e senhores:

Nesta tarde, onde a Academia de Direito da PUC Paraná, campus São José dos Pinhais se faz presente nesta Casa de Leis, nós, como instituição, professores e alunos, temos que agradecer ao Deputado Seleme e à sua assessoria pela acolhida e a inserção nossa, nesta Casa.

É motivo de muita alegria para todos nós estarmos interagindo com o Parlamento do Estado do Paraná e com os Srs. Deputados, não só em um momento pedagógico, mas em um momento de construção da cidadania dos futuros operadores do Direito, assim o fazemos com brio cívico que nos foi outorgado quando nos tornamos mestres.

Ensinar a operar o Direito sem que ensinemos a integração no meio social, no meio político e no meio judiciário de nada adiantaria, pois os nossos operadores não saberiam como trabalhar as ações teóricas e práticas, recebidas na Academia do Direito.

Neste momento, quero pedir vênias a todos os Srs. Deputados, a V. Exas. para ler uma palavra de Rui Barbosa. Rui Barbosa escrevendo registrou: “de tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se

os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, rir-se da honra e ter vergonha de ser honesto.”

Este é um momento sublime para todos nós porque a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em nível nacional, tem se destacado por sua integração com a comunidade, não só viabilizando meios para que o Executivo execute seus planos de Governo, mas também fiscalizando-o e como um nascedouro das normas jurídicas, de sua competência reservada pelas constituições Federal e Estadual, somente vem honrar a todos nós paranaenses.

Antes de encerrar as minhas palavras, gostaria de convidar a professora Sheila Cercal Santos leal, nobre Diretora do nosso curso de Direito, para que, em nome da PUC, dos formandos e de seus professores, entregue ao Deputado Hermas Brandão, mui digno Presidente desta Casa, uma placa de nossa homenagem e agradecimento pela acolhida nesta Casa.

(Professora Sheila procede à entrega da placa ao Presidente Hermas Brandão)

Senhores e senhoras, mui digno Deputado Hermas Brandão, Deputado Cesar Seleme:

Mais uma vez o nosso agradecimento. Um agradecimento especial; desejo de sucesso a todos os senhores e em especial à Ana Seleme, filha do nobre Deputado, para que tenha, junto com os seus colegas, uma vida profissional profícua, feliz, e que honre, não só a PUC, que é a sua academia, mas também esta Casa de Leis.

Senhores e senhoras, muito obrigado.

Encerramento:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero agradecer o Deputado Cesar Seleme por ter dado a oportunidade a esta Casa de receber os nossos ilustres visitantes, que tenho certeza, com a sua juventude terão muito para oferecer ao nosso Estado e ao nosso país. Nosso agradecimento à professora Cristiane, ao professor Jefferson, à professora Sheila.

Esta Casa realmente é um espaço aberto para toda a sociedade paranaense. Nós, quando assumimos esta Presidência, anteriormente o Deputado Nelson Justus também, abrimos à sociedade organizada do nosso Estado para vir colocar seus pensamentos, fazer as suas críticas. Enfim, o papel da democracia é este, e o Parlamento está para representar a democracia. Esperamos que possamos representá-la bem.

O nosso muito obrigado pela visita e aqui é a casa de vocês, com certeza. Espero que muitos de vocês, num futuro bem próximo, estejam usando também essas poltronas com mandato eletivo. Precisamos de renovação, e que a juventude participe. Isso é fundamental para a democracia deste país.

Muito obrigado.

Pequeno Expediente:

Por solicitação do Deputado Ângelo Vanhoni, teremos dez minutos destinados à professora Angelina, da Secretaria da Educação. Por sinal, minha conterrânea de Cambará.

Com a palavra, professora Angelina.

Temos um grande respeito, uma admiração pelo trabalho que ela desenvolve a favor das escolas especiais do nosso Estado.

Professora Angelina

A SRA. ANGELINA

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Hermas Brandão; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais presentes.

Penso que não devemos chegar na Assembléia Legislativa só para pedir, mas também para agradecer e prestar contas, falar sobre o trabalho que vem sendo feito. Por mais de uma vez tivemos o apoio desta Casa Legislativa, em momentos importantes para a educação especial e em função disso, gostaríamos de expor um pouco da caminhada que fizemos, a partir desses apoios e dos avanços que foram possíveis.

O atendimento educacional para crianças com necessidades educacionais especiais, no Paraná, passou de 52 mil para setenta mil alunos atendidos, em um universo onde em 45 municípios paranaenses, nossas crianças, até o final de 2002, estavam em casa. Felizmente, hoje, só faltam nove municípios a receber esse atendimento, até março de 2006. Tivemos, nesse período, muita discussão, passamos por uma transformação que serviu de inspiração para outros estados brasileiros, com o apoio desta Casa.

Pela primeira vez na história do Paraná fizemos um concurso público e trouxemos para dentro do Quadro Próprio do Magistério, 4860 professores especialistas. Isso nos permitiu fazer algo que o Paraná ainda não havia conseguido fazer, ou seja, levar para dentro do ensino regular das escolas públicas estaduais e municipais, a inclusão de verdade. Não era possível incluir os alunos, pois não tínhamos professores especialistas para atendê-los na rede pública. A única forma que tínhamos, eram as escolas especiais.

Hoje, convivem harmoniosa e pacificamente tanto a inclusão no ensino regular, quanto o atendimento nas escolas especiais, que são atendimentos complementares. Os alunos que devem estar no ensino regular não são os mesmos das escolas especiais e o Paraná, hoje, no cenário nacional, é um dos estados que mais oferece atendimento educacional especializado, em relação ao percentual da sua população.

É importante colocarmos isso, porque outros fatos importantes se seguiram. Nossas crianças, as que frequentam as escolas públicas paranaenses, não tinham acesso à educação como deveriam ter e assim, pela pri-

meira vez na história do Paraná, a escola pública passou a tê-lo, com enriquecimento curricular às crianças com superdotação ou altas habilidades. Enquanto os demais países do mundo cuidam dos seus superdotados, o Paraná e o Brasil ainda continuavam a ignorar esse alunado.

Hoje, com alegria, podemos dizer que o primeiro centro para superdotação está sendo instalado em Londrina e além desse centro, outros sete programas de atendimento dentro da escola pública, foram instalados pelo Paraná: no Instituto de Educação de Maringá, no Instituto de Educação de Curitiba e em outras tantas instituições.

Alunos que tinham dificuldade até para se deslocar à escola, porque não podiam pagar uma passagem de ônibus, têm hoje a oportunidade de frequentar laboratórios de física e matemática das universidades; alunos com baixíssima condição financeira aprendem hoje em função de os programas serem implantados. São vários os avanços que a escola pública do Estado registra e que a educação especial, felizmente, com o apoio que teve e que continua tendo do Governo, da Assembléia Legislativa e de todos aqueles que estão preocupados com a educação pública gratuita e de qualidade defendem. Esses avanços, nós com alegria compartilhamos com vocês, hoje, neste momento.

Eu agradeço. O nosso tempo está esgotado. Estamos sempre à disposição na Secretaria, para outras informações.

Obrigada.

Interpelações:

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Obrigado!

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Quero agradecer à presença da professora Angelina e destacar uma das preocupações recentes a respeito dos portadores de necessidades especiais.

Recentemente as entidades da sociedade que se ocupam há muitos anos em dar educação e atendimento do ponto de vista médico, às crianças portadoras de necessidade especial, agora, neste último Congresso que realizaram aqui no litoral do Estado do Paraná, tiveram como meta uma das preocupações que vai nortear todos os estudos em relação aos portadores de necessidade especial quando atingem uma determinada idade. Porque hoje nós temos uma política organizada e sistematizada, sobretudo pelas APAE's e com o apoio decisivo do Governo do Estado, na educação dessas crianças, mas não temos, em função das dificuldades que existem no setor, uma política àqueles que atingem determinada idade, acima de quarenta, cinquenta anos, que é um problema às famílias e às entidades.

É preciso repensar, redefinir as políticas e o apoio do Governo. É fundamental que esse problema seja enfrentado de maneira mais organizada, de uma maneira mais refletida, tanto pela sociedade quanto pelo Governo, que deve cumprir o papel perante a sociedade.

Gostaria de destacar, até porque não estava como foco a Angelina pontuar alguns dos programas, mas para os portadores de necessidade especial, do ponto de vista da dificuldade de visão, agora no mês de janeiro, um programa belíssimo será implantado pela Secretaria de Estado da Educação, com a compra dos softwares feita pela Secretaria, na Suíça.

A senhora poderia discorrer brevemente sobre esse programa? Acho isso fantástico; é um programa que desde o início do Governo busca-se atingir; a Biblioteca Pública do Estado do Paraná tem todo um programa nesse sentido e agora será estendido ao conjunto do Estado do Paraná.

A senhora poderia nos dizer exatamente como está o andamento desse programa?

A SRA. ANGELINA

Deputado, que bom que o senhor lembrou! É um programa importantíssimo. Alunos cegos ou com baixa visão, passam a ser beneficiados com a impressão de todo material que necessitam em braile e a impressão desse material, além de ser feita dentro dos centros de atendimentos pedagógicos às pessoas com deficiência, também é feito em parceria com a Secretaria da Justiça. Os presos, na Penitenciária de Maringá e agora nas Penitenciárias de Curitiba e Cascavel, estão produzindo material em braile, maquetes para as crianças cegas aprenderem a fazer o conhecimento da realidade.

Então, esse material, em parceria com a Secretaria da Justiça, está sendo feito, confeccionado, e a idéia é que isso possa ser uma ação permanente do Estado, integrando Secretaria da Educação e Justiça, produzindo material para os nossos alunos. Diria que vamos conseguir otimizar, em 2006, todo o atendimento para essas crianças cegas ou com visão subnormal.

E para encerrar essa explicação, uma belíssima ação considerada, são os livros falados. Vamos iniciar o processo de gravação dos livros falados, que estarão disponibilizados nas escolas pública e nas bibliotecas municipais e estaduais para que crianças e pessoas cegas possam ter acesso à literatura, não só através do braile, mas também do livro falado, ação que nós gostaríamos de agradecer a V. Exa. que, junto à Receita Federal, teve uma ação decisiva para que pudéssemos depois, através da distribuição de walkman, oferecer esse acesso com mais facilidade às crianças cegas das redes municipais e estaduais de educação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

O Deputado Rafael Greca está pedindo a palavra.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Professora Angelina, para felicitá-la pela qualidade do trabalho à frente do Departamento de Educação Especial da Secretaria da Educação. Ao seu serviço se aplica aquela frase do Padre Antônio Vieira, que diz: “*nós somos o que fazemos; no dias em que fazemos o bem, nós existimos e nos outros dias, nós apenas duramos.*”

O Departamento de Educação Especial da Secretaria da Educação faz bem, multiplica as oportunidades, tenta igualar as pessoas com necessidades especiais e por isso não está apenas cumprindo a sua função institucional, mas está realmente existindo, fazendo história na educação do Paraná. E acho que fazer o bem melhora as pessoas, porque a senhora está cada mais bonita!

A SRA. ANGELINA

Obrigada!

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, temos mais Deputados que também gostariam de falar à professora Angelina.

Gostaria que V. Exa. fosse condescendente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Uma rápida interferência também da Deputada Elza, do Deputado Tadeu e do Deputado José Maria.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Deputada Cida Borghetti (PPS)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Professora Angelina: queria primeiro agradecer a sua presença e cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho que a senhora vem desenvolvendo junto à Secretaria de Estado da Educação!

Dizer que em Londrina, enquanto Vereadora, sempre tivemos uma preocupação muito grande com a qualidade de atendimento, de atenção com a questão da inclusão do educando, portador de necessidade especiais, e muito especialmente com a situação dos educadores, que eram professores contratados, temporários, sem nenhuma segurança, nenhuma garantia e que se dedicavam a esse trabalho quase sempre sem nenhuma condição de capacitação, sem ter seus direitos garantidos - era um caos, na verdade, que vivíamos no Estado. E através da sua luta e também, evidentemente, da sensibilização do Governo do Estado com esse compromisso, nós vivemos uma situação hoje muito diferenciada.

Então, queria publicamente falar dessa mudança de qualidade, porque quando muda para os educadores,

muda evidentemente para os educandos. E também, agradecer a instalação desse Centro em Londrina. Queria que a senhora falasse um pouco mais sobre isso, porque é uma grande conquista, uma grande vitória e passa muito pela sensibilidade do Governo em relação às políticas públicas, mas muito especialmente pela insistência e pelo trabalho desenvolvido pela senhora e toda sua equipe, na Secretaria da Educação.

Parabéns! Conte conosco sempre. A Assembléia Legislativa tem sido muito receptiva e sensível a essas e outras questões relativas à educação, mas nós precisamos, evidentemente, destacar esse crédito e esse mérito da senhora e de toda a sua equipe.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Professora, só queria cumprimentá-la em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores! O Deputado Ângelo Vanhoni está lembrando que nós aprovamos uma lei que prevê a gratuidade do transporte intermunicipal para pessoas portadoras de necessidades especiais e que estão em tratamento continuado. Esse projeto foi assinado por quarenta e dois Deputados. O Deputado Ângelo Vanhoni fez a defesa desse projeto há dois anos e infelizmente nós não conseguimos, naquela ocasião, derrubar o veto. Hoje, nós reapresentamos, ele foi aprovado e está com o Governador, o Presidente da Casa deve remeter por esses dias para o Governador.

E eu aproveitaria, Deputado Ângelo Vanhoni, para fazer um pedido à professora para que nos ajudasse nesse processo, para que pudéssemos ter esse diálogo com o Governador para que não houvesse o veto. Acho que é extremamente importante abrirmos possibilidades para que as pessoas tenham a igualdade de direito e, de fato ter igualdade para exercerem esse direito.

Parabéns pelo seu trabalho, nós já nos encontramos outras vezes, e espero que desse trabalho tenhamos, como estamos tendo, muitos e bons frutos.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (***Pela Ordem***)

Professora Angelina, quero cumprimentá-la pela fala e, sobretudo, pelo anúncio que fez de que Londrina sediará o Centro de Atendimento aos Superdotados. Sempre fico indignado quando uma sociedade ignora as melhores inteligências que tem e não valoriza. Parabéns pelo Estado ter a coragem e o discernimento disso! Uma Nação é forte, não pelo que tem em termos de recursos materiais, mas muito mais pelos recursos de inteligência que têm os seus filhos.

E, como V. Sa. mesma disse, a sociedade brasileira ignorava as suas melhores mentes, as mais ilustres, que poderiam, no futuro, vir a ser um ponto de mudança, um

ponto de alteração da realidade nacional. E hoje tenho a certeza que o Estado do Paraná, com essa iniciativa, com o Centro em Londrina, estará contribuindo para que tenhamos a inteligência que estava ontem amortecida. E é normal encontrarmos alguém e falar: “Puxa, que garoto inteligente! Você viu o que ele deu? Não deu nada”. Não deu nada porque não se soube explorar o que ele tinha de melhor para dar. Ele ia para a classe e, num instante muito rápido, pegava quase tudo, e assim se entediava do resto que fazia, e aí perdia o interesse.

Com essa atitude, tenho a certeza que nós vamos resgatar essa inteligência. E com certeza o Paraná vai ver os frutos dessa ação do Governo Roberto Requião, através da Secretaria da Educação, logo, e serão frutos positivos. Frutos que não vão custar nada ao Estado a não ser um programa e uma política orientada e definida para o atendimento desse setor.

Parabéns à Secretaria, aos técnicos da Secretaria, porque se nós temos dificuldades, e elas são grandes na questão da educação, nós devemos essas dificuldades, aos nossos pensadores da educação, aos nossos executores maiores da educação que não têm competência, nem visão para alterar a realidade que aí está. Agora com essa, tenho a certeza que é uma atitude positiva para que possamos fazer a alteração desse quadro.

A SRA. ANGELINA

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (***Pedro Ivo Ilkiv***)

Professora Angelina, agradecendo a sua participação e para que a senhora possa fazer ainda as considerações finais.

A SRA. ANGELINA

Só esclarecendo que, na verdade, o Centro para Alunos com Altas habilidades e Superdotação que está sendo instalado em Londrina, é um centro de enriquecimento curricular, onde os alunos freqüentarão as aulas normais e no contraturno terão professores especializados, equipamentos, computadores, bibliotecas e outros acessos para que eles possam, de acordo com o seu nível de interesse e o tipo de inteligência mais acentuadamente demonstrada, receber um direcionamento. É verdade que muitos alunos superdotados se desinteressam da escola e muitos abandonam.

Então, é um resgate da escola pública aos alunos com superdotação. Nós estaremos trabalhando no enriquecimento curricular dessas crianças. Os frutos já estão sendo visíveis; temos como parceria as universidades, instituições e muitas empresas até, que têm nos auxiliado na comunidade a potencializar o atendimento desses alunos. Penso que teria muitas outras coisas para dizer mas, em face do tempo, agradeço novamente a oportunidade de falarmos um pouquinho sobre a Educação Especial.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de pedir a atenção dos nobres Pares desta Casa, até porque vou fazer um pronunciamento trazendo ao Paraná e à imprensa que aqui se faz presente, uma informação que realmente me entristece vir ao plenário desta Casa reproduzir o que o eminente governador dos paranaenses fez na minha cidade onde fui Prefeito, de Santo Antônio do Sudoeste.

Esteve na minha cidade o governador há uma semana atrás para oficializar alguns convênios, convênios estes que, na verdade, só comprometem a administração municipal porque são recursos de empréstimos onde a população vai ter que pagar casas populares; enfim, nada daquilo que se propaga neste Estado, Deputado Rossoni. As casa, oriundas de recursos com certeza vindos de Brasília, do Governo do PT, que tanto o Governador agride.

Mas, o que me entristece, Srs. Deputados, é o comportamento destemperado, desequilibrado de um Governador que lamentavelmente deveria aumentar a dose de Gardenal que toma! Porque não há como conceber um homem letrado, um jurista conceituado, que passou pelas urnas várias vezes, ter um comportamento dessa natureza!

Quero fazer um apelo aos Deputados da Bancada do Governo: aconselhem o Governador a procurar um psiquiatra, um psicanalista, um psicólogo, para tentar descobrir o que acontece com ele, neste momento. Quem sabe já é a véspera eleitoral que está atabalhoando a sua cabeça, atordoando-a porque, com certeza as pesquisas eleitorais já estão demonstrando, com todo este alarde que fazem, através da mídia, de outdoor em todo o Paraná, lamentavelmente o Governador não cresce!

Mas, Deputado Rossoni, o que lamento não é o Governador, ao chegar na minha cidade, atacar o Deputado, até porque eu fui vítima daqueles “puxa sacos” do Governador, que chegou à minha cidade e havia um movimento de um tratoração, organizado pelos agricultores do município de Pranchita, que não tinha a menor participação nossa. Como eu tenho um caminhão de som, como todos os senhores têm, esse caminhão estava na minha cidade anunciando um evento de moto cross, que iria acontecer no município de Realeza, no domingo.

Meu motorista parou o caminhão para almoçar numa churrascaria próxima ao evento, sem saber de nada. O Governador enxerga o meu caminhão e, da forma como ele age, como uma metralhadora giratória, começou a agredir o Deputado, ofender a minha honra, o meu moral. Isso não me preocupa porque é do jogo político; não tenho nenhuma preocupação, ele pode me agredir

porque tenho resposta para isso. mas, o que me deixa chateado, Srs. Deputados, é um Governador letrado, ir à minha cidade, sem a menor compostura, porque um homem que passou pelas urnas como passou o Governador Roberto Requião, deveria aprender a respeitar o voto, porque o voto é a essência da democracia e, acima de tudo, a manifestação popular. Destemperadamente começou a agredir os agricultores que lá estavam.

Vou fazer a leitura de parte, porque são 45 minutos de agressão, Sr. Presidente. Tenho aqui um CD, que é a reprodução fiel do pronunciamento do Governador, mas em respeito ao Presidente da Casa não o reproduzirei aqui, somente farei a leitura do seu conteúdo.

(Lê):

“O meu pai me dizia o seguinte: Roberto, meu filho, a coisa mais triste é que burrice não dói, porque se burrice doesse o burro vivia gritando e a gente se afastava dele. No Paraná não se pode plantar maconha...”

(*Vaias*)

...Eu disse que burrice não doía. Se doesse, burro vivia zurrando, mas parece que ali no canto a burrice dói, porque tão zurrando feito burros...

(*Vaias*)

...Pessoal, eu tô tentando conversar com vocês... se a burrice está doendo, respeitem Santo Antônio e respeitem o Governador que não é de brinquedo!

(*Vaias*)

Estou defendendo a agricultura do Paraná, e não admito molecagem comigo!

(*Vaias*)

Não sou um Governador de brinquedo. Embora a ignorância de vocês não entenda, estou defendendo a agricultura de vocês e de repente eu vejo que são agricultores simples que estão zurrando feito burros, numa reunião em que eu trago benefícios. A soja transgênica não está proibida, só que é preciso ser muito burro e ignorante pra plantar.

Quando mandei o projeto de lei isentando agricultores do Panela Cheia, onde estava essa gente da FAEP, onde estava essa cachorrada que defende as multinacionais e usa o povo...

Eu vi uma faixa de uns imbecis ali fora: ‘Fomos enganados pelo Panela Cheia’. Portanto, aquele pessoal da faixa lá atrás, me perdoe a franqueza: meta a faixa no rabo.”(sic)

Portanto, Srs. Deputados, provado está o destemperado, a falta de equilíbrio emocional de um homem que governa o Paraná, que não sabe enfrentar pequenas minorias que se organizam em movimento para protestar com relação ao seu Governo, com relação à soja transgênica. E lamentavelmente, Deputado Rossoni, o Governador falta com a verdade em todos os momentos, porque enganou a nossa gente e agora vem dizer que não proibiu. Como não? Proibiu sim!

No Paraná, no nosso porto a soja transgênica não pode ser embarcada. Felizes e alegres estão os homens de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, os governadores dos

estados porque a nossa soja vai pelos portos deles e a nossa economia está se esvaindo.

Srs. deputados, não tenho nenhuma preocupação com relação à agressão que ele fez ao nosso nome, na minha cidade, onde tenho história. Comecei como Vereador mais votado do Município, lutei para readquirir a independência política em 1985. Inclusive, Deputado Anibelli, com o Governador Requião, porque ele foi eleito comigo em 85. Nós readquirimos o direito de a população votar e escolher os seus governantes. Curitiba fazia parte daquele jogo, quando o então Governador José Richa que, feliz, foi a Brasília apresentar ao então Presidente José Sarney, os treze pontos do Paraná, os municípios de fronteira mais a capital, com o Governador Requião, que o nosso querido e saudoso José Richa o escolheu, com a participação de todos os prefeitos do Paraná e que, infelizmente, o traíram na seqüência.

Este é o Governador que nós temos. Um Governador que falta com a verdade, que não tem equilíbrio, que ofende aqueles que são a mola propulsora da riqueza do Paraná, aqueles que realmente, no dia-a-dia, com o suor, com o seu trabalho, enfrentam as intempéries, os desafios de políticas econômicas malfadadas, mas estão produzindo a riqueza neste país, que são os nossos agricultores.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Traiano, até pela nossa amizade, não havia necessidade de eu ser solidário a V. Exa., que sabe do carinho, do respeito e amizade que temos, desde o primeiro dia em que chegamos nesta Casa.

O que temos a lamentar é que, eu também fui homenageado pelo Governador nesses dias atrás, quando pedi informações à Secretaria da Comunicação e ele, querendo impor a sua vontade, querendo que eu acesse a Internet para buscar os gastos, quando os gastos com comunicação não batem com os gastos divulgados e com os que estão no Tribunal de Contas.

Então, também fui homenageado na “Escolinha”. Fiquei triste, não pela crítica, mas porque me parece que o Governador não gosta de ouvir o contraditório. É importante que fique claro: sei porque V. Exa. me contou que o seu caminhão estava na cidade e, por uma casualidade, numa churrascaria, o motorista almoçando, e é natural! A interpretação é clara! Quem estava junto levou o Governador a este equívoco, só que o Governador tem que estar preparado com aqueles bajuladores de plantão; os bajuladores de plantão que estavam no evento, naturalmente induziram o Governador a tomar essa atitude. Agora, eu, como Governador, jamais tomaria essa atitude, porque certamente, por trás disso, está mais o interesse dos bajuladores de plantão, que estavam com o Governador e que devem ter ficado mostrando com o dedo - são as informações que temos - está lá o caminhão do Traiano. Mesmo se o caminhão estivesse participando,

não tinha nada de errado. Seria sua obrigação dar apoio aos agricultores.

Agora, o linguajar do Governador é que empobrece a nossa política. Nós, políticos, já estamos numa situação triste, calamitosa, e quem tem que dar o exemplo à população é, primeiro, o Governador, depois os Deputados, para que a sociedade passe a acreditar na classe política, mas não é dessa forma que vamos construir.

Sou solidário a V. Exa. e espero que esse episódio que aconteceu em Santo Antônio do Sudoeste, sirva de aprendizado para o Governador, porque certamente, alguns bajuladores de plantão o levaram a tomar essa atitude. Imagino o que aconteceu. Se o caminhão estava lá, aqueles que querem destruir a sua imagem, usaram o Governador, e um Governador tem que ter o preparo para não ser usado pelo mais importante auxiliar que ele tenha, porque ele tem que discernir o certo do errado; e uma manifestação não é nada mais do que o normal, na nossa democracia.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Obrigado, Deputado Rossoni, pelo aparte. Sei que V. Exa. tem um apreço muito grande por este Parlamento, mas quero dizer, mais uma vez e reafirmar que não vai ser esta forma de agressão verbal do Governador que vai impedir que a minha trajetória política prospere, até porque, aqueles que acompanham...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Seu tempo está esgotado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, usarei o Horário da Liderança das Oposições.

Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição

Aqueles que acompanhavam o Governador, conheço a história deles. Não quero nem me ater, porque desde o primeiro momento estive junto, nunca trabalharam na vida.

Cheguei na minha cidade, na minha fronteira, em 1974, com vinte anos de idade. Desde aquele instante, comecei a minha atividade empresarial. Eu gero trezentos empregos na minha indústria. Convido o Governador a estar lá para conhecer a minha empresa, que não é uma empresa que nasceu ontem, nasceu em 1986, quando eu era Prefeito na minha cidade, em parceria com outras pessoas. Hoje, administro sozinho. Gero trezentos empregos diretos na minha cidade, fora os indiretos. Tenho uma empresa que fatura vinte milhões de reais/ano.

Portanto, não será esse verbo doido, louco, alucinado, doente, nefasto, de um Governador despreparado, infelizmente tenho que dizer isso, que vai tentar mexer com a minha imagem.

Pelo contrário, o sentimento de revolta da cidade da região é o reflexo imediato. Fui e recebi solidariedade de todos da minha região. Digo, Deputado Rossoni, Deputado Plauto, Srs. Deputados, realmente, o reflexo é imediato, porque já conheço pesquisas na região aonde afunda o Governador de uma forma desequilibrada. Infeliz ou felizmente para o Paraná, isso está acontecendo.

Com o aparte o Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Ouçõ com atenção, nobre Deputado Traiano, sou solidário ao seu posicionamento e uma questão semelhante também aconteceu comigo, na cidade de Ponta Grossa.

Desde o começo do mandato do Governador, ele me escalou naquela cidade como o seu opositor. E cada vez que ele vai lá, ele conta uma história, faz todo tipo de críticas; ou lá, ou até mesmo na escolinha. Cada manifestação que tem na cidade, reivindicando alguma coisas do seu governante, ele sempre me elege como contraponto. Isso, por um lado é ruim, porque ele está agredindo um cidadão pontagrossense cada vez que lá está. Mas, por outro lado é bom, porque acabei me tornando o contraponto do Governador. É como aquele ditado: “é boa uma briga com cachorro grande e não com cachorrinho pequeno”. E quando o Governador nos critica, ele acaba nos promovendo eleitoralmente.

Fico triste de ouvir essa verborrêia que ele contou lá na sua cidade. Desta forma como ele colocou, de acordo com a gravação que o senhor tem, acaba denegrindo o governante do Paraná, que é autoridade do nosso Estado, perante o Sudoeste do Estado.

Quero, aproveitando, já que os produtores estavam reunidos, dizer que o Governador proibiu, no nosso Estado, a venda do herbicida Handup, que é um herbicida usado pelos agricultores que fazem plantio direto no Estado do Paraná. Sabe o que os produtores estão fazendo? Estão indo a São Paulo, ou a Santa Catarina, adquirir o herbicida e, com isso, deixando de recolher impostos aqui, e recolhendo no Estado vizinho.

Então, são certas brigas que por uma questão ideológica contra a soja transgênica, o Governador do Estado está trazendo um prejuízo para os produtores rurais, para os exportadores, porque nada pode ser carregado no Porto de Paranaguá e, também no setor comercial que deixa de vender esse herbicida, sendo que os produtores têm que ir até o Estado de São Paulo.

Obrigado, eu sou solidário à sua posição.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço, Deputado Plauto, sei que V. Exa. também é vítima das agressões do Governador, quando vai à sua cidade, às sua região, e sei que a Faep fez várias notas. Tenho aqui apenas um jornal aonde fala: “Recebido com tratoração, o Governador xinga agricultores”.

Enfim, a Faep se manifestou em defesa da nossa agricultura. Mas, acho que o Governador devia explicar

aos paranaenses, já que ele agride todos os Deputados. Todo mundo é sócio da Monsanto, é sócio da Basf, é sócio de não sei o quê. Todo mundo tem envolvimento quando defende a soja transgênica. Mas, por que o Governador não explica aos paranaenses os motivos daquela reunião lá no Palácio Iguaçu, Srs. Deputados? Todos vocês foram convidados pelo Chefe da Casa Civil a uma reunião para ouvir os senhores proprietários da Nortox do Paraná, falando dos problemas que o plantio da soja transgênica traz ao Estado. Ele tem que explicar isso, ora! A Nortox é paranaense, defendo a empresa, sim, mas ela é uma das empresas que vende herbicidas para combater a praga da soja. É por isso que deveria, o Chefe da Casa Civil, o Governador também, explicarem aos paranaenses. Por que essa reunião, se todos nós Deputados temos participação. Qualquer defesa à soja transgênica é suficiente para o Governador dizer que temos envolvimento, que estamos roubando, que não sei mais o quê. Pelo amor de Deus!

Só presta, Deputado Anibelli, com todo o respeito aos Srs. Parlamentares do Governo, porque jamais vou agredi-los, mas o Governador Requião só presta àqueles que estão do seu lado. Qualquer Deputado que conteste as suas afirmações, não presta aos paranaenses. Então, não podemos conceber.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Traiano, V. Exa. tem a nossa solidariedade. Discordo, em parte, do nobre e admirável Líder Valdir Rossoni.

O Governador Roberto Requião tem extremos; quando quer seduzir, ele realmente é um grande sedutor. Quando ele quer afastar, ele afasta mesmo. Um grande afastador. O Governador tem qualidades, senão não teria sido Governador por duas vezes, Prefeito de Curitiba, Senador, Deputado Estadual. E uma das suas qualidades é que tem personalidade forte. Ele não se deixa engravidar por ninguém. Ninguém engravidou o Governador nesse episódio. Ele fez, porque sentiu vontade de fazer; sentimento dele; é claro que ele vai ter que responder por isso. Se não, nós vamos ter que responsabilizar assessores. Ele ouve os assessores? Ele tem personalidade forte. Ele fez aquilo que sentiu vontade. É o sentimento dele, como ele fez hoje na “escolinha”, dispensando quase publicamente ou afastando por trinta dias o Comandante do Policiamento da Capital do Paraná. O Coronel saiu chorando praticamente, dizendo que era amigo do Governador, que ele o conhecia, sabe da honrabilidade dele, da sua honestidade e não poderia fazer aquilo.

Então, Deputado Traiano, V. Exa. tem toda nossa solidariedade, até porque, se a moda pega, vamos ter que montar uma fábrica de CD.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Deputado Luiz Carlos Martins, fico agradecido pela sua participação, sei da sinceridade das suas palavras, mas, para concluir, faço uma lembrança aqui. Man-

dar um recado ao Governador Roberto Requião. Ora! Todos os Deputados que hoje se contrapõem àquilo que ele propaga no Estado, são malandros, são desonestos, são pessoas que, na verdade, não gozam do conceito da sociedade.

Mas, é importante lembrar que no passado (não estão aqui presentes, os dois parlamentares), até usei isso nas minhas emissoras de Rádio na região. O Deputado Litro foi um dos que o Governador destroçou no Paraná, na televisão; dono de bordel, dono de motel, ganhou não sei quanto da Copel para votar. E hoje ele toma cafezinho, despacha, vai à região com o Deputado Litro embaixo do braço, com todo o respeito ao Deputado, que é um vencedor. Mas, está desfilando com o Deputado Litro em todo o Paraná. Assim fez com Rafael Greca. Quem não leu os discursos do Requião no Senado? Pelo amor de Deus. Postura, Srs. Deputados! Tenham vergonha na cara!

Lamentavelmente tenho que cobrar isso. Quem não lembra dos discursos do Governador? Ah! Isso passou, isso é coisa da política. Coisa da política, sim, mas homem que tem postura e vergonha na cara, com certeza, sabe muito bem o que o eleitor pensa em relação ao seu comportamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito: Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais uma vez o pedágio vai subir. E nós já temos a desculpa feita pelo Procurador Geral do Estado e pelo Governador. O Procurador é o Requião “cover”, Dr. Botto de Lacerda. E como o mar não está para boto, ele já disse que vai entrar com recurso na Justiça, novamente. Ele é o “doutor recurso”.

Estamos cansados de ouvir esta ladainha, esta estória se repetindo seguidamente no Paraná. O recurso já está pronto. Como disse o Deputado Rossoni, ele só precisa cuidar para não perder o prazo, porque o recurso ele vai perder. São interessantes estas coisas.

Ouvimos o Deputado Traiano falar sobre o desatino do Governador lá na sua região. Trouxe aqui uma fita de quando ele foi a Apucarana e disse que o padre que traiu a Igreja, que traiu Deus, iria arder no caldeirão do azeite fervendo do Belzebu. Isso, quando o Requião me apoiava e era meu aliado. Agora, fala que vou me encontrar com Satanás na porta do inferno, porque eu o abandonei, eu o traí, sou traidor. Mas, ele está com o Padre! Aquele que traiu Cristo, que traiu a Igreja e que ele disse que iria arder no fogo ardente do Belzebu.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: hoje o assunto é um contrabando. Um pequeno contrabando de seis contêineres que foram presos pela Polícia Federal. Não sei se o contêiner é preso ou é apreendido. Parece-me que é apreensão de contêiner. Eles, contêineres, liberados no Porto de Paranaguá, por um homem chamado Ali Mohamed Zaiter, portador de uma carteira de identidade estrangeira nº Y236521-8, emitida por um país árabe, que vivia na sala e num convívio muito íntimo com o superintendente do Porto de Paranaguá, que por ironia e obra do destino é irmão do Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Esse material apreendido - porque quando se trata de pessoas de bem não é contrabando, é material apreendido -, importado indevidamente - e os importados indevidamente também é uma maneira de não se falar do crime do contrabando - não foi apreendido lá em Paranaguá e nas proximidades do porto. Lá, ele foi, sim, liberado. E liberado, esse material estava em deslocamento, sendo transportado por algumas carretas. As carretas que transportam contêineres, que são peças grandes, que não passam despercebidas pela visão humana. E saíram lá de dentro do Porto de Paranaguá esses seis contêineres, com seis jamantas.

Ora! Este milagre que o Sr. Mohamed Zaiter, dono daquela identidade toda complicada fez...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência concede um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este milagre foi seguido por alguns agentes da Polícia Federal e foi feita a apreensão. E o processo está nas mãos de um Delegado da Polícia Federal. E até agora o silêncio caiu sobre a Terra. Parece que foi aquela tarde em que Jesus Cristo foi crucificado. Houve relâmpagos e a escuridão baixou entre os homens e não se falou mais sobre isso.

Estamos pedindo uma informação, através de um requerimento, ao Secretário dos Transportes, (Deputado Rossoni já subscreveu juntamente comigo) para que ele nos informe como foi esses contêineres saírem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Neste dia 24 de novembro é comemorado o Dia de Rio. Quero deixar nesta Casa, mais uma vez, a minha posição contrária à construção de usinas hidrelétricas ao longo dos nossos rios.

Tivemos aqui um debate envolvendo a inteligência da sociedade brasileira na questão ambiental, falando, justamente, sobre os malefícios da instalação de uma barragem de usina hidrelétrica, como vai acontecer no nosso Estado, já que no dia 16 de dezembro, no Rio de Janeiro, está marcado o leilão para o início das vendas das usinas hidrelétricas que serão construídas no Estado do Paraná.

Aqueles que pensam, principalmente para a população de baixa renda, que a construção de uma barragem de usinas hidrelétricas significa recursos financeiros, distribuição de renda, quero reproduzir o que um dos coordenadores nacionais do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o Sr. Hélio Meca, disse aqui no plenário desta Casa: *“as barragens são uma forma de aprisionar os nossos rios e privatizar a nossa água”*.

A nossa maior riqueza ambiental está prestes a ser degradada. Por exemplo: a indenização que cabe a uma pessoa que nasceu e se criou numa área alagada, é de 36 reais. Um milhão de atingidos por barragens no Brasil!

E o alerta que fazemos é que até o ano de 2015 está programado a construção de 494 grandes barragens. E o que é pior de tudo isso, que no governo popular do PT nenhuma dessas obras é de domínio público. Ou é de recurso privado nacional ou internacional, principalmente as multinacionais.

Só para se ter uma idéia, num país do capitalismo selvagem como é os Estados Unidos, quem toma conta das usinas hidrelétricas, e de todo o setor energético, é o exército americano. Aqui, se quisermos reclamar, teremos que ir à Bélgica. França. Como a própria Copel, porque quando você liga para sugerir ou pedir uma ligação de rede, ou mesmo comunicar a interrupção do consumo de energia elétrica, você tem que ligar do interior para Curitiba e agora a sede da Copel vai para Santa Catarina.

O Ministério das Minas e Energia está a favor do capital internacional. Todas as leis são para desimpedir qualquer processo a fim de deixar área limpa para os investidores internacionais aqui aportarem e nos espoliar. Mais um processo da colônia sendo explorada pelo império. Vamos continuar batendo nessa tecla, sim.

Os verdadeiros donos dos rios são as multinacionais como a Alcoa, já que as indústrias de celulose, de alumínio, de ferro e aço consomem 30% da energia gerada, sob a desculpa de que essa energia vai ser em benefício da população. A Alcoa compra o megawatts/hora por vinte ou vinte e dois dólares e para nós, mortais, essa mesma energia é cobrada a cento e cinquenta dólares o megawatts/hora.

Registramos, mais uma vez, o nosso descontentamento. Não aceitamos essa construção. O movimento em defesa do rio Tibagi e de outros rios está disposto a radicalizar, já que nenhum tipo de documento, nenhum tipo de denúncia, mesmo com todas as barbaridades e as aberrações, já que os impactos sociais e ambientais estão sendo desrespeitados. A radicalização vai ser grande. Pessoa estão dispostas a pagar inclusive com a própria vida, como aconteceu com o Francelmo, lá no Mato

Grosso do Sul. Isso pode acontecer aqui! Mais uma vez é o meu alerta. Prejuízos enormes para o Governo Estadual e para o Governo Federal.

O Deputado Tadeu Veneri estava, inclusive, presente naquela reunião, pela manhã. Mais uma vez, deixamos aqui, para que a história registre a nossa posição, porque não queremos ser responsabilizados por mais um crime de lesa pátria, contra o ambiente brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, na “escolinha do Professor Raimundo”, não quero crer que esteja ali o Professor Raimundo entendendo o real papel do Governador, naquele verdadeiro espetáculo que se faz, semanalmente, atacando pessoas, atacando políticas, tentando estremecer relacionamentos.

O “Professor Raimundo”, que utiliza uma TV estatal, parecida com os estados socialistas totalitários, onde só a opinião dele é que vale, só a opinião do Governo é que vale, não contemplando o contraditório. Hoje, fez ataques a este Deputado. Antes de comentar especificamente o que ele disse, queria agradecer-lo pela divulgação que ele tem feito deste simples e singelo Deputado.

Deputado Isfer, todos sabem dos cálculos de legenda que o nosso Partido fez: nove Deputados e que sou um dos Deputados menos votados aqui. Muito me honra e agradeço muito a Deus e ao eleitorado pela oportunidade de exercer um mandato com pessoas, não só com votações exuberantes, como o Deputado Ângelo Vanhoni, o Deputado Hermas Brandão, nosso Presidente, raiando a casa dos cem mil votos, coisa admirável. Cem mil paranaenses que confiam em um Deputado.

Ainda sendo um dos Deputados menos votados, desde cedo esse Governador tem me contemplado com o privilégio da polêmica, aliás, praticamente o que ele faz é a polêmica, nem sempre construtiva, porque quem gosta da polêmica gosta do contraditório. Ele, que se arvora em polêmico, competente, crítico do neoliberalismo, utilizando-se das ideologias já ultrapassadas, muitas delas não próprias ao enfrentamento da realidade. Ele que critica o Lula, o Palocci, aliás, vira, neste momento, quando assim o faz, desde o começo do seu mandato, não apenas nessa crise, consolida a posição de alguém pouco grato e com senso de oportunidade aguçado.

Este é o “Professor Raimundo”. Que usa desse espaço privilegiado para atacar meios de comunicação, para desautorizar advogados, para achincalhar secretários, que aceitam, talvez porque têm uma avaliação para que assim devam fazê-lo. Mas, também para atacar Deputados. Ele mesmo não gosta do contraditório.

Quero dizer, portanto, que reafirmo as declarações que fiz à Revista Exame, cuja cópia aí está, que disse que quando ele tenta se comparar e se sintonizar com Hugo Chávez, ele, no meu entendimento, na questão administrativa faz um desserviço ao Paraná. E comparei: Hugo Chávez briga com Bush de dia e vende petróleo à noite. Mas, o Requião briga com o mundo e não tem petróleo. O meu temor é que essa conta seja paga pelo Paraná.

Mas, em função dessas declarações o Requião fez alguns ataques. Aliás, desculpem, não deve ter sido o Requião, foi o “Raimundo”. Portanto, reafirmo as declarações por entender que o Governador faz um governo de conflitos permanentes, inconseqüentes e temerários, podendo gerar prejuízos ao Paraná, pois o rompimento de contratos de forma unilateral certamente acarretará, no futuro, indenizações a serem pagas pelas gerações futuras.

Tendo ainda, que a postura do Governador em relação à iniciativa privada, tem sim, afastado novos investimentos. E nosso Estado, basta notar que não consta na agenda do Governador o atendimento a empresários que queiram aqui se instalar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. tem um minuto para concluir ou poderá usar o Horário da Liderança.

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

O SR. ANDRÉ VARGAS

Vale perguntar e é uma pergunta pertinente, como foi pertinente o debate ontem. Qual é a política industrial do Paraná? Que bases? Certamente não será o louvável desconto do ICMS.

Citou, o Governador, a questão da CPI do pedágio, tentando vincular este Deputado aos interesses das concessionárias. Será que o Governador, com esses conflitos aparentes, também não está atendendo aos interesses das concessionárias? De fato, o que fez a CPI composta por este Deputado e mais seis, sete Deputados, portanto, de fato ela constatou que os contratos de concessão de rodovias têm base legal. E que para cumprir a promessa de campanha do Governador ou do “Raimundo”, o pedágio baixa ou acaba. A única saída, disse a CPI, seria a renegociação harmônica entre Governo do Estado, Governo Federal e as concessionárias. Esse foi o pecado.

Antes de buscar o caminho judicial é bom dizer: o Governador tentou sem êxito a intervenção, a encampação, a caducidade e até algo não previsto nos contratos, a desapropriação das concessionárias. Mas, o Poder Judiciário tem confirmado nas inúmeras decisões, a conclusão da CPI, ou seja, os contratos têm base legal. Se assim não fosse, algum intento ele teria conseguido. Mas, permanentemente ele usa esse palco com o confronto. Não tenho o que dizer, esse foi o método que o Governador

escolheu para resolver esse e todos os problemas do Paraná.

O receio que tenho é o seguinte: será que um Deputado pode manifestar algum receio neste Estado? Será que pode ter opinião? O único receio que tenho é que isso gere indenizações, tomara que não bilionárias.

Vale lembrar que o então candidato a Governador já havia exercido funções públicas e tinha a obrigação de saber que a sua promessa só poderia ser cumprida com base na legalidade.

Contas eventuais, outra citação do Governador dizendo que queria fazer uma aliança com o PT do bem, do Stica, tentando dividir um Partido; quero dizer que fui eleito no primeiro turno, presidente estadual do PT. Foram eleições diretas, com mais de 55% dos votos. Mas, o percentual dos petistas que querem candidatura para Governador, com programa alternativo chega, na minha avaliação superficial, a mais de 90%. Defendemos um programa alternativo que será apresentado em um determinado momento: democracia, diálogo, desenvolvimento sustentável, harmonia entre os poderes e instâncias governamentais.

O pecado que este Deputado cometeu, como Presidente do PT, foi divulgar uma cartilha detalhando os investimentos em que o Paraná recebeu, contrariando a tese de que o Governo Lula ou o Governo Federal, independente de quem seja, tenha virado as costas ao Paraná. É ele que pretende apenas se sintonizar - faça, e faça bem o seu caminho, não com o Governo Federal, independente de quem ocupe, mas com o Hugo Chávez, entendendo que aí, sim, seria o caminho do Paraná. É um caminho. Eu discordo, mas é um caminho.

Interessante notar que o mesmo Governador que faz críticas ácidas ao Lula e ao Ministro Palocci, é o mesmo que não aceita o contraditório; ataca veículos de comunicação sérios e com credibilidade, destrata profissionais da imprensa, demite profissionais honrados, como no caso do Bonaterra e ataca Deputados em pleno exercício de seu mandato.

Quero lembrar ao Governador que a coragem que ele aparentemente demonstra, tomara que por trás disso não gere benefícios tangenciados àqueles que ele rompeu o contrato. Tomara, porque seria prejuízo ao Paraná. Ele mesmo, que demonstra essa aparente coragem, deveria perceber que ela deve aliar-se ao equilíbrio, bom senso, diálogo e, principalmente, à humildade para o exercício do bom governo e reconhecer que promessas de campanha, impossíveis de serem realizadas, não devem servir de subterfúgio para ações impensadas e trespasseadas.

Quero ressaltar que aquilo que ocorre com este Deputado e outros, que têm posição e opinião, e respeitam a opinião do Governador - não concordo, mas respeito -, mas o mesmo respeito que ele tem obtido pelas suas opiniões, ele deveria ter para com esta instituição. Não é o Deputado André Vargas, não é o PT, ou a Oposição, o PSDB ou o PFL, é o contraditório. Tomara que ele se compare a democratas, a homens honrados, porém

humildes, e não se compare a “Raimundo”, a Mussolini, ao demitir funcionários e perseguir, porque compareceram a esta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Quero protestar pelos termos desairosos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não cabe Pela Ordem, Deputado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Volto a dizer que respeitamos, e não há aqui ninguém que seja dono ou dona da verdade. Mas, não é possível que hajam pessoas com um mandato parlamentar, subordinados a uma verdade única, a um pensamento único, a um pensador só, que não considere a hipótese, por mais remota que seja, que o “Raimundo da Escolinha” ou o Governador, possa eventualmente estar errado. Será que seria considerar menor esta Casa, o fato de não termos opinião diversa? Certamente não teríamos Legislativo.

Quero, não com ódio, mas exigindo o respeito que o Governador ou o “Raimundo”, ou o Legislativo, ou o Executivo, ou o Judiciário, resgatem a verdade. Quero reafirmar que impetrarei, com o direito de resposta na tevê estatal, nesta mesma tevê, que ataca e se julga acima do bem e do mal e da lei, a todos os Partidos, que estejam atentos a esse meio de comunicação, que faz mídia nesse ou naquele jornal, gasta milhões em comunicação, seja na tevê estatal ou nas paraestatais, isso é de direito do Governador e não nos compete fiscalizar, mas utilizar um meio de comunicação estatal para atacar Parlamentares, para atacar servidores não é razoável, companheiros e companheiras!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado André, concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado André, quero me solidarizar com V. Exa. e refletir aqui o que o senhor tão bem colocou. A grande verdade é que, neste Estado, não pode haver o contraditório.

Disse muito bem o Deputado Traiano, há pouco, e V. Exa. aqui se reporta ao mesmo assunto. Eu também já fui alvo de agressão na “Escolinha do Professor Raimundo”. Não entendo como podemos usar uma televisão que é do povo do Paraná para agredir os paranaenses, porque a hora que ele agride a mim, ele está agredindo os paranaenses. Agora, ele não pode tolher a liberdade dos Deputados de manifestarem as suas opiniões.

Por essa razão, Deputado André Vargas, quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento, pronunciamento que certamente vai marcar uma data histórica nesta Assembléia, porque temos que levantar a voz, temos que, sim, contradizer o Governador, porque ele não é a voz soberana da verdade deste Estado, deste país e nem da Venezuela.

Obrigado!

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Portanto, Sr. Presidente, finalizo dizendo que o equilíbrio, a harmonia, o diálogo, são boas práticas. O respeito também é uma boa prática. Defendo, sim, a liberdade de opinião e de expressão. Digo sinceramente a todos os Deputados, do PMDB, do PT, mais ou menos próximos do Governo, que pensem: hoje é este Deputado, amanhã é aquele, depois é aquele. Vale tudo! É isso que estamos vivenciando neste Estado.

Portanto, vamos preservar os mandatos, vamos valorizar esta Casa e, principalmente, viva a democracia!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, no Horário do Bloco do PTB, PL e PMR, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Antes, porém, com a palavra, Pela Ordem, o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O artigo 157 do nosso Regimento Interno diz que: “o Deputado dirigirá suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descortesias”.

Acho que a Assembléia deve respeito ao Governador do Paraná, independentemente das posições políticas dos Deputados. O Governador do Paraná não é o “professor Raimundo”, o Governador do Paraná está longe de ser o Mussolini - porque o Mussolini foi tido como um dos traidores da democracia e um inimigo do Brasil. E o Governador do Paraná foi objeto de uma matéria da Revista Exame, que tem uma foto mentirosa na fila de caminhões no Porto, que não existe mais, que é do ano passado essa foto ou do tempo passado. E também os dados referentes ao Porto de Paranaguá, que teria encolhido as exportações, são mentirosos. O Porto de Paranaguá não encolheu as suas exportações!

Então, na minha visão, entendemos o desabafo do Deputado André Vargas. Ele tem direito de exercer a sua opinião e nós a respeitamos, mas não vejo como qualificar o Governador do Paraná como personagem de um programa de humorismo, que é o “professor Raimundo”, criado pelo Chico Anísio.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero contrapor a Questão de Ordem feita pelo Deputado Rafael Greca, no mesmo artigo exatamente levantado pelo Deputado, com relação a que deveríamos retirar palavras injuriosas ditas pelo Deputado André Vargas ao Governador do Estado. Quero dizer a este Parlamento que, respeito é bom e todos nós gostamos. Só vale esse jogo para o Governador Roberto Requião e não vale para os opositores.

Se isso valesse Deputado Rafael Greca, V. Exa. não estava aqui e não ouviu o meu pronunciamento e o que disse o Governador Roberto Requião aos agricultores do Paraná na minha região, e se precisar eu repito, digo apenas a palavra, a frase final, com todo o respeito que temos aos paranaenses, disse o Governador, na minha cidade, quando os agricultores protestavam contra a soja transgênica e quando protestavam porque o Governador não cumpria com o compromisso de campanha, que era de envolver no seu Governo o Programa Panela Cheia, e ele disse o seguinte: *Eu vi uma faixa de uns imbecis ali fora. "Fomos enganados pelo "panela cheia". Portanto, aquele pessoal da faixa, perdoe-me a franqueza, meta a faixa no (...)"*.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a compreensão, foi acatada uma Questão de Ordem, tanto do Deputado Rafael Greca, que fez o pronunciamento em favor do Bloco do Governo, como também do Deputado Ademar Traiano. Toda vez que houverem palavras injuriosas, será pedido para que sejam retiradas das notas taquigráficas. As palavras que foram proferidas pelo Deputado André Vargas não são palavras injuriosas, do ponto de vista desta Mesa.

Próxima Liderança inscrita, Deputado Edson Praczyk.

Liderança do Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR: Deputado Pastor Edson Praczyk (PMR)

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Aproveitando que a expressão está em bastante uso na tarde de hoje ... respeito ... quero registrar a reapresentação de um requerimento da parte deste Deputado, porque no meu entender há necessidade de se ter mais respeito, não a mim, Deputado, mas à Assembléia Legislativa, e eu faço coro ao Deputado André Vargas nesse sentido. O que aconteceu, para que os senhores compreendam a minha indignação?

Eis que, no dia 09 de julho de 2002, portanto há dois anos e quatro meses, fizemos uma proposição na área da saúde de um projeto de lei que veio se tornar lei sobre a proibição da cobrança do cheque caução quando da ocasião do internamento de pessoas em estado grave, em estado de dor, de agonia, de sofrimento, tanto nos hospitais públicos, como nos hospitais privados. Percebi que, embora esta lei exista no Paraná - diga-se de passagem, é o único Estado em todo o território nacional que tem uma lei como essa -, existem alguns municípios em São Paulo que seguiram o exemplo e conseguiram criar uma lei semelhante, mas lei estadual só a nossa. Muitos hospitais continuaram e continuam cobrando por fora o cheque caução, Padre Paulo, para garantir o internamento de uma pessoa, ora acidentada, ora machucada.

Na semana passada o Deputado Miltinho Pupio me relatou que uma amiga sua necessitou de um internamento. Internamento esse, e se eu estiver exagerando, Deputado Miltinho Pupio, o senhor me corrija, por favor, só veio a acontecer porque alguém fez o depósito do cheque caução. Bom, então fiz uma segunda proposta de lei que veio tornar-se lei, da confecção de cartazes e a afixação desses cartazes em todos os hospitais no território paranaense, deixando claro que é proibido cobrar o cheque caução nessas situações. Pois esses cartazes nunca foram confeccionados, muito menos afixados nos respectivos hospitais. Então, nós pedimos, através de requerimentos e pelos trâmites legais da Casa, uma explicação ao Secretário, e até hoje não veio.

E pasmem, Srs. Deputados, vejam bem: três anos e quatro meses depois da sanção do projeto de lei, eis que diz o projeto que se tornou lei obrigando a fixação dos cartazes. Fiz a cobrança no dia 23 de agosto, através de um requerimento, para que se efetuasse a confecção desses cartazes e a afixação dos mesmos. Pedi informações sobre qual a razão por que não se desata esse nó de jeito nenhum, da parte do Secretário da Saúde. E a resposta do Secretário, no dia 24 de outubro, portanto, sessenta dias após a aprovação do requerimento, depois de ter expirado o prazo, vejam só, eis que ele mandou a resposta dizendo assim, vou resumir a resposta: "Vimos, através do presente, expor que estão sendo tomadas medidas necessárias." Há um ano e meio atrás eu estive pessoalmente com o Secretário e ele tinha me dito as mesmas palavras! Eu não sei se a cronologia do Secretário está equivocada, ou talvez o calendário dele não seja o nosso calendário que é o calendário gregoriano, se fosse o calendário judaico, também. Penso eu que até agora não se fez absolutamente nada e que não vai se fazer!

É onde eu insisto em dizer da flagrante falta de respeito a esta Casa, a este Parlamentar, à Assembléia Legislativa.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir, neste requerimento faço um reenvio do pedido de informações à Secretaria de Estado da saúde: "Tal solicitação prende-se ao fato de a resposta enviada pelo Secretário de Estado da Saúde ser absolutamente evasiva"; solicito que seja ainda enviada, no prazo de cinco dias a resposta ao requerimento aprovado, pois importará, Sr. Presidente, em crime de responsabilidade ao referido Secretário de Estado, conforme prevê a Constituição, pelo não atendimento da prestação de informações a esta Casa de Leis.

Então, é a nossa solicitação, Sr. Presidente, porque de outra sorte vai virar casa da sogra, não é Deputado Rossoni? Porque nós fazemos o requerimento, pouco se dá para o mesmo, digo isso porque a resposta do Secretário, a mesma só me foi enviada 67 dias após o requerimento! Porque no dia 31 de outubro, só aí a Casa Civil lembrou desse requerimento, da resposta fantástica do Secretário da Saúde e enviou-a a esta Casa. Então, para que esta situação não se perpetue e vire uma bagunça, estamos enviando o requerimento aos senhores porque o

mínimo que podemos fazer é dar um “puxão de orelhas” nesse Secretário!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário do PDT, Deputado Barbosa Neto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma Questão de Ordem. Eu estava aguardando V. Exa. presidir a Sessão porque já fiz essa Questão de Ordem e quero resguardar os meus direitos.

Sr. Presidente, o Deputado Anibelli, no uso regimental requereu o Grande Expediente até o final do ano, o qual está sendo respeitado pela Casa e eu divirjo do respeito que a Casa tem à reserva do Grande Expediente ao Deputado Antonio Anibelli mas, quero deixar registrado nos Anais desta Casa, que aprovei um requerimento, em plenário, requerendo o Grande Expediente do ano que vem. Como está sendo respeitado o Grande Expediente ao Deputado Anibelli, espero que V. Exa. tenha a mesma posição no ano que vem, quando teremos reservado o direito do Grande Expediente durante o ano de 2006.

Sr. Presidente, para concluir a minha Questão de Ordem, para deixar registrado, para que não sofra prejuízo no exercício do meu mandato, quero dizer a V. Exa. o seguinte: alertamos a Casa, se o Regimento é falho nós teríamos que ter tomado uma medida, conversando, dialogando. Mas, como isso não aconteceu, não tivemos essa oportunidade e já há alguns meses vem sendo reservado o Grande Expediente ao Deputado Anibelli, que é um direito do Deputado, quero dizer a V. Exa. que não aceitarei outro posicionamento a não ser o respeito ao requerimento aprovado por este Parlamentar. Porque até prove contrário, somos todos iguais perante a lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se o requerimento de V. Exa. foi aprovado, está aprovado. Agora, para inverter a situação só se fizer a reversão do requerimento aprovado por V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, meu requerimento foi aprovado. Nesta questão não cabe novo requerimento ao mesmo assunto, senão, sempre a Maioria vai ter voz e a Oposição não.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acho que V. Exa. fez uma Questão de Ordem que não foi respondida. Não foi aprovado o requerimento de V. Exa. Foi o encaminhado à Mesa Executiva.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não. O meu requerimento foi encaminhado, aprovado pelo Plenário. Alertei a Presidência, levantando

uma Questão de Ordem, que teríamos que encontrar um ponto intermediário dessa questão. Infelizmente, há dois meses, não quero precisar o tempo, o Deputado que precisa do Grande Expediente tem que se reportar ao Deputado Anibelli. Quer dizer, foi esperteza do Deputado Anibelli.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou mandar fazer um levantamento. Tenho a solicitação que foi feita, que seja encaminhada ao Presidente.

Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares, teremos uma Sessão oficial às 17horas, onde será homenageado por este Poder Legislativo o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Tadeu. Gostaria, pelo número de visitantes que teremos para homenagear o Presidente, que fôssemos mais rapidamente às Questões de Ordem.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente: só para socorrer V. Exa. Jamais requeri a inscrição no Grande Expediente por alguns meses. Fui aconselhado por V. Exa. quando lhe perguntava o porquê de os Deputados se inscreverem o mês todo. E V. Exa. me respondeu: “O senhor está livre para se inscrever.” E assim o fiz.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não vou impedir ninguém de se inscrever.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

V. Exa. convocou as lideranças e sugeriu para que fizéssemos uma reunião e mudássemos o Regimento Interno ou acertássemos uma posição para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero aproveitar para fazer um convite a todos os Parlamentares, por sugestão do Deputado Ademar Bier e do Deputado Marcos Isfer, para uma reunião de todos os Parlamentares, amanhã no salão nobre, às 13h30m, para discutirmos sobre as emendas orçamentárias.

Gostaria que todos os Parlamentares que têm interesse em apresentar emendas individuais, estivessem nesse reunião.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Apenas para tentarmos resolver esse impasse que já vem se arrastando há algum tempo. Solicitaria ao Sr. Presidente que convocasse novamente as lideranças, porque é impossível que no ano que vem, neste ano ou seja em qualquer tempo, tenhamos que continuar com uma situação como a que estamos vivendo hoje, no Grande Expediente. É constrangedor para todos.

Então, Sr. Presidente, peço que convoque as lideranças para que possamos de fato, mudar o Regimento Interno. E fazê-lo de uma forma que todos os Deputados possam usar o Grande Expediente na semana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tivemos um assassinato na cidade de Londrina que chocou toda a população. Um jovem estudante de arquitetura, que se despedia dos seus colegas durante uma festa de confraternização, foi até um bar e acabou sendo assassinado. O Gabriel Rezende Marques Guimarães, vítima de latrocínio, morreu na esquina da minha casa.

A morte dele causou uma comoção muito grande na população de Londrina, inclusive, representantes da Associação Comercial e Industrial. O Clube de Engenharia e Arquitetura e também o Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, estiveram reunidos na sede da 10ª Sub-divisão policial, reunião à qual eu me fiz presente. Isto dito pelo padrao do Gabriel Resende Marques Guimarães, Dr. Marcos Afonso Poço: “o estado de violência é generalizado em Londrina, que é hoje, uma cidade abandonada na questão da segurança pública.” Vejo que agora há sinalização, depois da prisão do acusado de tirar a vida desse jovem, Gabriel, que o Governo sinaliza com a instalação do 6º Distrito Policial em Londrina; mas, queremos que esta promessa realmente seja cumprida para que não se esvaziem, mais uma vez, as palavras do Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, porque das últimas vezes que prometeu, não cumpriu.

Disse que iriam ser liberados policiais em grande número. Pelo contrário, Londrina perdeu no número de Delegados. Temos hoje o mesmo número de policiais que tínhamos há trinta anos; tanto civil como militar, e o que é mais grave, nós não queremos desautorizar o Governo do Estado. Nem é da nossa alçada, mas que ele, pelo menos cumpra, porque não é dito pelo Barbosa, (muito dizem que exageramos nas tintas, que as críticas são contundentes e que sempre batemos na mesma tecla) mas este Governo, que não levou os novos policiais militares e nem civis para Londrina, que não mandou a representação da Secretaria da Segurança à nossa cidade como dizia, de forma quinzenal, e mesmo na relação de reforma do antigo prédio do cadeia, como foi prometido, saiu na imprensa e até agora não vimos nada disso. Então, esse Governo não pode prometer e não cumprir. Não é apenas para aplacar a ira da sociedade londrinense e sim, para aqueles que defendem a vida. Queremos que essas promessas sejam cumpridas!

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado Barbosa Neto, escuto o seu pronunciamento, preocupado com a questão da segurança pública

na cidade de Londrina e região. Os números que o senhor mostra, da falta de contingente, de mais policiais, tanto na Polícia Militar quanto na Civil, não é diferente da nossa região, onde faltam policiais naquela Corporação para que possam combater a criminalidade que cresce diariamente na nossa cidade e na região dos Campos Gerais.

Dias atrás houve uma mega operação na cidade de Ponta Grossa, para onde vieram 150 policiais de outras regiões e trinta viaturas. Durante sete ou oito dias em que lá estiveram, os problemas foram amenizados. Quando foram embora, o problema da violência novamente voltou. Então está claro, a solução está em mais policiais e mais estrutura para a Polícia Civil e para a Polícia Militar.

Eu me somo ao seu pronunciamento e parabéns pelas suas palavras.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço o aparte do Deputado Plauto Miró Guimarães e gostaria de dizer que também fui vítima da ira do Governador Roberto Requião em Londrina, mas não subirei a esta tribuna para me defender. Teremos o período eleitoral e a população do Paraná vai saber escolher entre esse Governo e os outros candidatos.

Mas eu gostaria de me solidarizar ao Deputado Ademar Traiano, na defesa que faço da sua conduta nesta Casa, como Deputado de tantos anos aqui o Deputado Neivo Beraldin e tantos outros Deputados que sofreram a mesma sanha do Governador Roberto Requião. Solicito ao governador ou àquele ghost-writer, os assessores que escrevem os discursos do Governador, para que ele pudesse ter essa mesma verbosidade, essa mesma contundência, na defesa dos interesses do povo do Paraná.

Porque, por exemplo, na questão da febre aftosa, esperou-se um pronunciamento veemente por parte do Governador, em defesa da nossa economia, mas isso não foi feito. Agora, o Paraná está ou estaria recebendo pressões do Governo Federal para não declarar o Estado livre da febre aftosa. Aonde está o Governador para se pronunciar a respeito, como fez em outras oportunidades? Existe aí uma posição que é contestada por essa posição do Governador. O Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, disse que foi a própria Agência de Notícia do Estado do Paraná que denunciou os focos de contaminação da febre aftosa. Seria a hora de o Governador contestar os dados do Governo Federal, ou sair em defesa do nosso Estado, porque os prejuízos somados, não só para os agropecuaristas, mas para toda a cadeia produtiva que alavanca a nossa economia, já ultrapassaram 100 milhões de reais.

Enquanto isso, vemos esse fogo cruzado entre o Governo do Estado atacando os Deputados, às vezes, da Base Aliada, às vezes, adversários, ou atacando o Governo Federal e, isso é traduzido no desprestígio que o Paraná tem em relação ao Governo Federal. Senão, vejamos: a BR-101 caiu em janeiro deste ano, já vai completar um ano, uma pessoa morreu, e agora recentemente

uma pessoa morreu em função da precariedade da sinalização da rodovia, que é a principal ligação do maior eixo consumidor e produtor do país, que é São Paulo, com o Mercosul, com o Sul do Brasil e nós não vimos, até agora, a construção dessa ponte de forma decente, nem mesmo uma sinalização digna.

Enquanto isso caiu uma ponte lá no Rio de Janeiro, na BR-101, no trecho norte da rodovia federal, e em menos de uma semana uma ponte metálica foi montada pelo Exército brasileiro.

E nós, aqui no Estado do Paraná, estamos sugerindo, pedindo ao DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, que essa ponte seja rapidamente construída. O que é mais grave, em quatro meses, segundo a promessa do Governo Federal, lá no Rio de Janeiro, substituindo a que caiu na BR-101, vai estar construída. Até quando nós vamos amargar aqui a demora da construção de uma ponte importantíssima, eu reputo, o principal eixo de ligação de São Paulo, do Sudoeste com o Sul, nas portas de abertura com o Mercosul.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Recebi uma manifestação dos cidadãos de Santo Antônio do Sudoeste, várias entidades subscrevem esse documento.

Em rápidas palavras: O velho Santo Antônio do Barracão, Distrito de Apio Gama, município de Clevelândia, território federal do Iguaçu, palco de muitas histórias, a exemplo da revolta de 57 e tantas outras lutas, deixa hoje o cidadão de bem indignado, tendo que ouvir barbaridades, truculências, palavrões, palavras incabíveis até a qualquer fora da lei por parte de um Governador de Estado que se diz democrático, e em pleno século XXI não respeita os mínimos princípios da democracia e o livre poder de manifestação, ao ver um agricultor presente, que impõe a sua opinião sobre determinado programa de Governo contida em uma faixa e efetivamente é impubescível para mim o que aqui está escrito, novamente repetindo as palavras do Sr. Governador. Jamais - continua a carta, nem na época da ditadura militar ouvia-se, por parte de uma autoridade, tal vocabulário "chula"! Onde está o respeito com as nossas crianças que estavam presentes no local?

Como ficamos com os nossos professores que primam pela educação dos nossos alunos? Nós, pais, que ensinamos nossos filhos a respeitar a opinião dos nossos semelhantes, nós, os agricultores, sendo chamados de animais, de burros, imbecis, vagabundos, que exemplo devemos seguir? Falar tudo isso na frente do Prefeito, ao qual temos grande respeito, pois o mesmo é sabedor que a maior fatia do retorno dos impostos para o município provém do fruto do trabalho dos nossos agricultores?

E segue a carta, uma manifestação pública de várias entidades, que efetivamente, em algum momento

até comete os mesmos exageros cometidos pelo Governador. Vou poupar o ouvido dos Srs. Deputados porque a indignação foi tanta naquela comunidade, que em alguns momentos eles também tratam o Governador da mesma maneira que ele tratou o povo.

Mas, quero me solidarizar também, nobre Deputado Ademar Traiano, com V. Exa. Quando o Governador passou pela minha cidade, Cambé, também fui atacado. Mas, que sirva de consolo, pouco antes da visita do Governador eu havia feito uma pesquisa em Cambé. Depois da passagem do Governador, uma semana depois, mandei fazer uma nova pesquisa. 10% mais de votos o Governador me deu com a sua passagem em Cambé. E o seu índice decresceu de uma maneira assustadora, pelo seu destempero.

Tenho certeza, Deputado Ademar Traiano, V. Exa., que foi agredido pelo Governador em Santo Antônio, cresceu e muito, pela manifestação de produtores rurais de várias entidades.

Concedo o aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Dada essa situação que depois da passagem dele em Cambé você subiu dez pontos, gostaria de pedir à Bancada do Governo que pedisse ao Governador Roberto Requião que fosse a Apucarana que eu também estou precisando crescer um pouquinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Com a palavra, Deputado Antonio Anibelli, pelo PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Antonio Anibelli

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Hoje é um dia especial, escolhido para baterem no nosso Governador.

Vou iniciar respondendo ao Deputado André Vargas. Quando ele, talvez nervoso com a decaída do Presidente Lula nas pesquisas divulgadas hoje, mais de 50% não acreditam no Presidente. Talvez o Presidente Lula queria, para honrar o meu voto, ser chamado de "Raimundo", como V. Exa. chamou o Governador Requião. Em Brasília deveria ser criada uma escolinha para chamar os seus Ministros e seus ajudantes de "Raimundo" e jamais quadrilha.

Acho, meu amigo Deputado André Vargas, V. Exa., que ficava honrado de sair nos outdoors de Londrina por ocasião da campanha, e ainda na semana passada, há dez dias, desfilava de braço dado com o Governador Requião, quando foi lançar uma duplicação de estrada em sua cidade.

Então, respondo V. Exa. com essas palavras, sem ofendê-lo, mas que V. Exa. medite e pense antes de falar do Governador Roberto Requião.

Ao Deputado Traiano, que eu respeito como Deputado, meu amigo, e respeito sua cidade, Santo Antônio do Sudoeste, que foi criada pelo meu pai em 1952, quando o banditismo do Lupion, que invadia terras, que matava crianças, estuprava mulheres, com sociedade de Deputados.

Naquela época, já havia Deputados corruptos, não é só lá em Brasília. Isso foi em 52, há 53 anos atrás. Aquele município pujante, de uma gente boa, gaúchos e catarinenses, que vieram das suas terras para honrar e frutificar o Sudoeste, que é uma potência do nosso Estado e da nossa Nação. Mas, se o Governador ofendeu V. Exa. e V. Exa. já o desculpou, e ofendeu os colonos e deve ter sido parcela daqueles que foram vaiar o Governador com faixas, acho que na democracia existem vaias. E existem respostas. Aqui mesmo nos digladiamos, muitas vezes com ofensas. Mas, V. Exa. que criticou o Governador, Deputado Traiano, fez da tribuna, e representando o Sudoeste do Paraná, que eu também tenho a honra de representar e ser filho da cidade de Clevelândia, cidade-mãe de Santo Antônio do Sudoeste, V. Exa. repetiu palavras que deveriam não constar dos Anais da nossa Casa, quando V. Exa. fez referências ao Deputado Greca, que não tinha vergonha na cara, que era “puxa-saco” do Governo; Deputado Litro, dono de motel, que foi ofendido pelo Governador, há tempos atrás.

Acho que qualquer profissão é válida. Acho que não podemos desmerecer um companheiro seu de partido, Deputado Traiano. Eu não quis lhe apartear para não atrapalhar seu discurso. Gostaria que deixássemos para discutir amanhã. Não o estou criticando. Estou alertando, porque V. Exa. também disse palavras ofensivas ao nosso Governador.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Cobrei postura, apenas, Deputado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Mas, V. Exa. também não teve. V. Exa., na tribuna de hoje, com a imprensa aqui, nossa gloriosa banda da Polícia Militar, nosso coral, proferiu palavras que até eu, às vezes, que sou italiano, sou nervoso e às vezes meio grosseiro, meço as palavras. Mas, às vezes digo besteiras, também. Então, é próprio de nós, no roubo da juventude ou da velhice, como é o nosso caso.

Agora há pouco, o Deputado que saiu da tribuna, não teve coragem de repetir as palavras que V. Exa. falou aqui debaixo: “eu não repetirei as palavras ditas lá”. Então, temos que ponderar as coisas.

O Deputado de Ponta Grossa, Plauto Miró, esses dias, foi com o Vice-Governador Pessuti em Londrina, o Deputado Jocelito é nossa testemunha, entregar ambulâncias no palanque do PMDB e depois vem aqui criticar o Governo. Jamais subi num palanque do Jaime Lerner. Jamais fui numa cidade como União da Vitória, para par-

ticipar de lançamento de obras da nossa cidade de Mangueirinha, que V. Exas. lançaram uma estrada e V. Exa. uma vez, cobrou aqui do Prefeito Miguel Aguiar, fizeram uma festa para cinco mil pessoas e depois mandaram parar a estrada. Graças a Deus eu não estava lá! E esta estrada está saindo, sim, com 30% abaixo, depois de tantos anos do governo Lerner!

Se hoje fazemos estradas com 30% abaixo daquela época, é porque deveria ter maracutaia na guampa do boi ou no rabo (sic) de quem quisesse fazer - para repetir suas palavras, porque não tenho vergonha de repetir palavras, quando o lugar de ladrão é na cadeia, ou pessoas que não tenham vergonha, venham aqui querer ser os donos da verdade! Eu não tenho vergonha de dizer “no rabo”, não senhor! E se o Presidente quiser, que retire as palavras. Eu não tenho vergonha de dizer!

O Governador deve ter endereçado não à população do sudoeste e não aos agricultores, à meia dúzia de bagunceiros que lá deveriam estar!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedemos a palavra à Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, atendendo o apelo de V. Exa., logo após haverá uma Sessão Solene e os nossos convidados já estão na Casa. Vou deixar para amanhã o meu pronunciamento.

Quero dizer aos nobres Deputados que severamente tentaram agredir o Governo, que amanhã vou fazer algumas considerações ao Deputado André Vargas, meu amigo, Presidente do PT, sobre o que penso disso; e também aos Deputados da Oposição, meus amigos; mas tenho, na verdade, que tecer alguns comentários sobre essa questão, porque no ano que vem tem eleição; a preocupação deles, nós entendemos. Esse conceito que eles têm, não é o conceito que o povo do Paraná tem do Governador, que eles conhecem, não é deste mandato, já teve outros. Mas, amanhã, vou falar sobre isso.

Obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Usaram o meu nome indevidamente. Nunca fui a Londrina com o Secretário da Agricultura entregar ambulância, nem em lugar algum com o Governador Roberto Requião. Sou Oposição, respeito o Governador, mas ele para lá e eu para cá.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço licença a V. Exa. para fazer um comunicado à Casa, rápido. Iria usar o Horário da Liderança, mas foi usado pelo Deputado André Vargas. Ama-

nhã, é dia 23 de novembro, a Assembléia Legislativa aprovou como data nacional, data do Estado do Paraná, para ser comemorado como um dia que possa aglutinar os esforços e popularizar o combate ao câncer infantil no Estado. Esse mesmo dia, essa mesma data, dia 23, está sendo levada no Congresso Nacional para que seja um Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil em todo o território nacional.

Esse tipo de campanha se demonstrou absolutamente exitosa já com a experiência do câncer de mama feito por entidades filantrópicas, entidades ligadas às mulheres e ao câncer, em todo o Brasil, e que popularizou uma campanha de esclarecimento e de prevenção ao câncer de mama que atinge duramente as mulheres em todo o território nacional.

O câncer infantil pode ser evitado com prevenção a níveis de 70%; é experiência médica. E aqui no Paraná, temos várias entidades que fazem grande esforço para combater o câncer infantil, entre elas a APACN, que é uma entidade que congrega várias pessoas que se dedicam a fazer um trabalho de prevenção, sobretudo do câncer infantil, aqui na cidade de Curitiba, atendendo duzentas crianças.

Então, amanhã é o dia 23, que é um dia comemorativo, vai ser feito o lançamento desse dia, e será feito aqui no Museu Oscar Niemeyer, a partir das 19h30min.

Contamos com a presença dos Srs. Deputados que porventura puderem estar presentes, e se puderem levar as suas esposas, amanhã, a partir das 19h30min, no Museu Oscar Niemeyer. E na quinta-feira haverá um jantar, os convites estão sendo vendidos a sessenta reais para cada gabinete; se puderem contribuam com a compra de um convite, porque a renda aferida será destinada à manutenção dessas crianças aqui no Estado do Paraná, da APACN.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só quero retificar, por solicitação do Deputado Durval Amaral, a Comissão de Constituição e Justiça foi convocada extraordinariamente para uma reunião amanhã, às 13h30min, e nós estávamos convocando os Srs. Parlamentares para a reunião com a Comissão de Orçamento para o mesmo horário, mas é fundamental a reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Então, estamos antecipando o horário da reunião da Comissão de Orçamento para 11 horas, no mesmo local, ou seja, no Salão Nobre da Casa.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 45 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente:

Sobre a mesa, Mensagem nº 063/2005, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei solicitando que denomine de José Neves Formighieri o trecho da Rodovia BR-467, entre as localidades de Cascavel e Toledo-PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Proposta de Emenda à Constituição do Paraná de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, devidamente apoiada, constante de expediente. **Recebida. Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 068/2005, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a criação de cláusulas de barreira para proibir a entrada de produtos agrícolas de outros países enquanto houver estoque dos produtos paranaenses. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 069/2005, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a construção de Capela Mortuária no Jardim Ana Rosa, em Cambé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (três) de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 07 (sete) de autoria do Sr. Deputado Elton Carlos Welter, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca com apoioamento da Sra. Deputada Luciana Rafagnin e do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3576-A, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar do Encontro sobre Turismo - durante as comemorações alusivas ao Dia do Rio, em Tibagi-PR, no dia 24 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3580-A, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar do IV Encontro do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná. O evento dar-se-á de 07 a 09 de dezembro, na cidade de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3586-A, de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se em viagem a Ciudad del Este - Paraguai nos dias 24 e 25 do corrente mês, a fim de participar da Reunião Preparatória do V Fórum do Corredor Bioceânico Central e II Encontro dos Blocos Brasileiros e Paraguaio, da União de Parlamentares do Mercosul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3630, de autoria do Sr. Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar do plenário e participar da 2ª Conferência Nacional das Cidades, na condição de Delegado, conforme convocação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, a ser realizado em Brasília nos dias 30 do corrente mês e nos dias 01, 02 e 03 de dezembro de 2005. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 419/2005, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 983/2005, dispondo sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 419/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

TÍTULO I
NATUREZA, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO
Capítulo I
Natureza e Competência

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos prefeitos municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado nos prazos gerais previstos na Constituição Estadual, na Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos prazos específicos previstos nesta lei;

II - julgar as contas dos chefes dos órgãos do Poder Legislativo estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público e deste Tribunal;

III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

IV - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

V - realizar, por iniciativa própria, da Assembléia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, fiscal e ambiental, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso III;

VI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, inclusive os repasses para entidades privadas de caráter assistencial, que exerçam atividades de relevante interesse público, sem fins lucrativos, assim declaradas em lei, ou que se vinculem ao Estado ou ao Município no regime de colaboração, incluídas as que formalizarem acordos de Parceria Pública Privada, Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos e Organizações Cíveis de Interesse Público, por contratos de gestão, termos de parceria ou instrumentos congêneres;

VII – homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos municípios, dando ciência à Assembleia Legislativa;

VIII – prestar, por intermédio do Presidente do Tribunal, as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa e suas respectivas comissões e demais Poderes do Estado, inclusive pelo Procurador Geral de Justiça, na forma de suas leis orgânicas e regimentos, sobre matérias sujeitas ao seu exame e o resultado das auditorias e inspeções que realizar;

IX – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas no artigo 85 e seguintes dessa lei, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei e adotar as medidas cautelares cabíveis;

X – assinar prazo de até (30) trinta dias, prorrogável por idêntico período, para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade;

XI – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa;

XII – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades inclusive as de Secretário de Estado ou autoridade de nível hierárquico equivalente;

XIII – decidir sobre a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receita, no julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete;

XIV – decidir a respeito, se a Assembleia Legislativa, as Câmaras Municipais ou os Poderes estaduais ou municipais, inclusive o Ministério Público, no prazo de 90 (noventa) dias, não efetivarem as medidas previstas no parágrafo 2º, do artigo 75, da Constituição Estadual;

XV – decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato e sobre representações feitas pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público;

XVI – julgar recursos interpostos contra as suas decisões;

XVII – decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida sus-

citada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida nesta lei;

XVIII – emitir parecer conclusivo, no prazo de (30) trinta dias, por solicitação de comissão técnica ou de inquérito da Assembleia Legislativa, devidamente constituída, em obediência ao disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 77, da Constituição Estadual;

XIX – emitir parecer prévio sobre a proposta orçamentária, por solicitação da Assembleia Legislativa, nos termos do parágrafo 8º, do artigo 135, da Constituição Estadual;

XX – prestar contas, anualmente à Assembleia Legislativa, da sua execução orçamentária, na forma do parágrafo 6º do artigo 78 da Constituição Estadual;

XXI – determinar a baixa de responsabilidade nos casos previstos nesta lei e no Regimento Interno;

XXII – solicitar ao Poder Executivo a intervenção nos municípios, nos termos do artigo 20, parágrafo 1º, da Constituição Estadual;

XXIII – oficial ao chefe de Poder e representar ao Ministério Público, no curso de qualquer atividade fiscalizatória, para fins de afastamento temporário do responsável, se existirem indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causando novos danos ao erário ou inviabilizando o seu ressarcimento;

XXIV – comunicar à Assembleia Legislativa as impugnações de atos e despesas, propostas pelas Inspetorias de Controle Externo do Tribunal, após o julgamento pelo órgão colegiado, expondo os motivos e fundamentos legais, para subsidiar procedimentos de investigação e/ou comissões de inquérito;

XXV – deverá comunicar e enviar cópia, no estágio em que se encontrarem, à Câmara Municipal, ao Prefeito e ex-Prefeito, dos processos de análises de contas e das inspeções e auditorias, realizadas nos respectivos municípios, bem como das impugnações de atos e despesas em até 6 meses após o encerramento do exercício financeiro a que se referem para subsidiar procedimentos de investigação e/ou comissões de inquérito;

XXVI – apreciar, em grau de recurso, as decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário;

XXVII – o Tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, e desse todos os Parlamentares terão conhecimento;

XXVIII – emitir parecer sobre a execução orçamentária dos demais Poderes por solicitação de Comissão Técnica ou da Assembleia Legislativa

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

I – elaborar e aprovar o Regimento Interno e normas de procedimento administrativo;

II - eleger, nos termos desta lei, o seu Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral, e dar-lhes posse;

III - instituir e organizar as suas diretorias e serviços auxiliares e os das unidades que lhes forem vinculadas;

IV - elaborar sua proposta orçamentária, bem como as referentes a créditos adicionais, nos termos e limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a, até 60 dias antes do encerramento da sessão legislativa, diretamente ao Poder Legislativo que decidirá sobre sua aprovação;

V - propor à Assembléia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos;

VI - apreciar e deliberar sobre direitos, vantagens e afastamentos dos Conselheiros, Auditores, Procurador-Geral e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e demais integrantes do quadro de pessoal;

VII - propor à Assembléia Legislativa a fixação de subsídios dos Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

VIII - prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, os cargos necessários ao quadro de pessoal do Tribunal e os de Auditor e de membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, exceto os de confiança assim definidos em lei;

IX - criar e adotar metas, planos, programas, fundos e sistemas compatíveis com a sua autonomia e finalidade;

X - adquirir, alienar bens e contratar obras e serviços, obedecidos os dispositivos da Lei nº 8666/93 bem como da Lei nº 10520/02;

XI - celebrar termo de cooperação técnica para utilização de cadastro de pessoas físicas e jurídicas com vistas à obtenção de domicílio fiscal atualizado para fins de citação e intimação dos atos de competência do Tribunal;

XII - exercer outras funções e atribuições inerentes à sua autonomia e finalidades.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, ao Tribunal de Contas do Estado, as prerrogativas e competências previstas no artigo 101, da Constituição do Estado do Paraná.

Capítulo II

Da Jurisdição do Tribunal de Contas

Art. 3º A jurisdição do Tribunal abrange:

I - qualquer pessoa física, órgão ou entidade a que se refere o inciso III, do artigo 1º desta lei, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária;

II - aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

III - os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas ou sob intervenção ou que de qualquer modo venham a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado ou Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;

IV - os responsáveis pelas contas das empresas estatais ou de cujo capital social o Estado ou o Município participe, de forma direta ou indireta, nos termos do ato constitutivo;

V - os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebam contribuições e prestem serviços de interesse público ou social, bem como, as que se vinculem ao Estado ou ao Município no regime de colaboração, incluídas as que formalizaram acordos de Parceria Público Privada, Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos e Organizações Cíveis de Interesse Público;

VI - todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei ou pela natureza dos recursos, bens e valores públicos envolvidos;

VII - os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, que sejam contabilizados pelo Tesouro Estadual ou Municipal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, inclusive recursos internacionais;

VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV, do artigo 5º, da Constituição Federal;

IX - os representantes do Poder Público na Assembléia Geral das empresas estatais, das autarquias e sociedades anônimas de cujo capital o Estado, os Municípios ou o Poder Público participem, solidariamente, com os membros dos Conselhos Fiscais e de Administração, pela prática de atos de gestão ruínoza ou liberalidade à custa das respectivas instituições.

Parágrafo único. Os agentes públicos, mencionados neste artigo, ficam obrigados a franquear o acesso e fornecer informações e elementos indispensáveis ao desempenho da competência do Tribunal.

Capítulo III

Do Controle Interno

Art. 4º Para as finalidades e na forma prevista na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como, para apoio ao controle externo, todos os jurisdicionados deverão, obrigatoriamente, instituir sistemas de controle interno com as seguintes finalidades:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução de programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos municípios;

II - verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos municípios;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 5º No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

I - organizar e executar programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;

III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas que autorizem este procedimento.

Art. 6º Os responsáveis pelo controle interno, ou na falta destes, os dirigentes dos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão imediato conhecimento ao Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 1º Na comunicação ao Tribunal, o dirigente do órgão de controle interno competente indicará as providências adotadas para:

I - corrigir a ilegalidade ou a irregularidade apurada;

II - ressarcir o eventual dano causado ao erário; e

III - evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º Verificada em inspeção ou auditoria, ou no julgamento das contas, irregularidade ou ilegalidade que não tenham sido comunicadas tempestivamente ao Tribunal, e provada a omissão, o dirigente do órgão de controle interno, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções previstas em lei.

Art. 7º Os gestores emitirão sobre as contas e o parecer do controle interno, pronunciamento expresso e indelegável, nos quais atestarão haver tomado conhecimento das conclusões neles contidas.

Art. 8º A falta de instituição do sistema de controle interno poderá sujeitar as contas ou o relatório objeto do julgamento à desaprovação ou recomendação de desaprovação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei ao respectivo responsável, por omissão injustificada no atendimento ao seu dever legal.

TÍTULO II

DO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 9º No exercício das funções de fiscalização, o Tribunal de Contas, através de inspeções e auditorias, acompanhará a execução contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de metas das unidades administrativas dos Poderes Públicos, estadual e municipal e, ainda, dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

§ 1º O acompanhamento de que trata este artigo visará à verificação dos atos quanto à legitimidade e economicidade, bem como quanto aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e impessoalidade, devendo:

I - verificar e orientar o controle interno;

II - examinar o controle contábil e os registros a ele correspondentes;

III - acompanhar as fases da despesa, inclusive verificando a regularidade dos empenhos, liquidações, contratos e procedimentos licitatórios;

IV - acompanhar a arrecadação da receita, bem como as operações de crédito, a emissão de títulos, além de verificar os depósitos em caução, fiança, ou dos bens dados em garantia;

V - verificar a regularidade da execução da programação financeira;

VI - examinar os créditos adicionais, as despesas de exercícios encerrados e os “Restos a Pagar”;

VII - avaliar os programas governamentais;

VIII - verificar o controle de custos das ações e projetos públicos;

IX - acompanhar a gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

X - todas as demais matérias previstas em lei específica, bem como, o que mais for determinado em Regimento Interno ou Resolução do Tribunal de Contas.

§ 2º Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado às inspeções ou auditorias do Tribunal de Contas, a qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade.

§ 3º Em caso de sonegação, será fixado prazo para ser apresentado o processo ou o documento requisitado, ou prestada a informação solicitada, findo o qual serão adotadas as providências necessárias.

Art. 10. O Tribunal de Contas poderá utilizar-se dos elementos apurados pelas unidades internas de controle da administração direta e indireta dos Poderes Públicos estaduais ou municipais para instruir os seus procedimentos de acompanhamento e fiscalização, conforme estabelecido em Regimento Interno ou Resolução.

Capítulo II

Da Formalização dos Processos

Seção I

Das Matérias

Art. 11. No exercício do controle externo e interno, serão formalizadas em processos administrativos, além de outras matérias referidas nesta lei e no Regimento Interno as relativas a:

- I - prestação de contas;
- II - tomada de contas;
- III - alerta e notificação;
- IV - admissão de pessoal;
- V - aposentadoria, reforma, reserva, revisão e pensão;
- VI - denúncia e representação;
- VII - impugnações;
- VIII - consulta;
- IX - prejulgado e súmula;
- X - uniformização de jurisprudência;
- XI - incidente de inconstitucionalidade;
- XII - homologação de ICMS;
- XIII - recurso fiscal;
- XIV - sindicância e processo administrativo disciplinar;
- XV - pedido de rescisão;
- XVI - relatório de auditoria;
- XVII - relatório de inspeção;
- XVIII - relatório de adiantamento;
- XIX - atos internos de pessoal;
- XX - proposta de resolução;
- XXI - proposta de regimento;

Parágrafo único. Os recursos, as medidas cautelares e demais incidentes processuais, assim como os processos autônomos acima relacionados, serão regulados pelo Regimento Interno.

Seção II

Da Tomada e Prestação de Contas

Art. 12. Os processos de tomada e prestação de contas abrangem os ordenadores de despesa, gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração, nos termos do artigo 3º, desta lei, sendo previstos no Regimento Interno os tipos e procedimentos a serem adotados, conforme as regras gerais e princípios ora estabelecidos.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas procederá à apuração, mediante inspeções e exames, quanto à realização das despesas a que se refere o processo de tomada de contas de que trata este artigo, nos termos estabelecidos no Regimento Interno e demais atos normativos deste Tribunal.

Art. 13. Diante da omissão do dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado e Municípios na forma prevista

no inciso VI, do artigo 1º, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou anti-econômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Parágrafo único - Não providenciando o disposto no *caput*, o Tribunal determinará a instauração de tomada de contas de gestão em caráter especial, ordinário ou extraordinário, fixando o prazo para cumprimento dessa decisão, conforme previsto no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.

Art. 14. Responderá pelos prejuízos que causar ao erário o ordenador de despesa, o responsável pela guarda de bens e valores públicos ou aquele que autorizar ou der causa direta ou indiretamente ao gasto irregular.

Seção III

Decisões em Processos de Tomada ou Prestação de Contas

Art. 15. A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.

§ 1º Preliminar é a decisão pela qual o Relator ou órgão colegiado, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve ordenar a citação, intimação ou a manifestação dos responsáveis ou, ainda, determinar outras diligências necessárias à instrução do processo, observadas as limitações e vedações previstas nesta lei, bem como, as regras de formalização dos atos previstas no Código de Processo Civil, no que couber.

§ 2º Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal de Contas emite parecer prévio, julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.

§ 3º Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal de Contas ordena o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis, nos termos desta lei.

Art. 16. As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) infração à norma legal ou regulamentar;

c) dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou ainda, lesivo ao meio ambiente;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

e) desvio de finalidade.

§ 1º Nas hipóteses das alíneas *c*, *d* e *e*, do inciso III, deste artigo, o Tribunal de Contas fixará responsabilidade solidária:

a) do agente público que praticou o ato irregular;

b) do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado.

§ 2º Na hipótese da alínea *e*, do inciso III, deste artigo, a decisão do Tribunal de Contas fixará a responsabilidade solidária do ente público beneficiado com o desvio de finalidade, para fins de ressarcimento e do agente público responsável, e sem prejuízo das demais sanções pessoais deste último.

§ 3º O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.

§ 4º - verificada as hipóteses do parágrafo 1º, o Tribunal providenciará a imediata remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público Estadual, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

Art. 17. Ao julgar as contas, o Tribunal de Contas decidirá se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, definindo conforme o caso, a responsabilidade patrimonial dos gestores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Parágrafo único - Quando julgar as contas regulares com ressalva, o Tribunal dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

Art. 18. Quando julgar as contas irregulares, havendo dano, o Tribunal de Contas condenará o responsável ao recolhimento da dívida, atualizada monetariamente e com os acréscimos legais devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe multa nos termos da lei, sendo o instrumento da decisão considerado título executivo para fundamentar a respectiva ação de execução.

Art. 19. O julgamento de irregularidade das contas poderá acarretar Declaração de Inidoneidade nos termos do artigo 96 desta lei.

Art. 20. O Tribunal de Contas ordenará o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidas, declarando os efeitos decorrentes e o conseqüente arquivamento do processo.

§ 1º As contas serão consideradas ilíquidas quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.

§ 2º Dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da publicação da decisão terminativa nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas, poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva tomada ou prestação de contas.

§ 3º Transcorrido o prazo referido no parágrafo anterior sem que tenha havido nova decisão, as contas serão consideradas encerradas, com baixa na responsabilidade do administrador.

Seção III

Das Contas Anuais

Subseção I

Das Contas do Governador e dos demais Administradores Estaduais

Art. 21. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio, sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo máximo de sessenta dias a contar de seu recebimento.

§ 1º As contas abrangerão a totalidade do exercício financeiro, compreendendo as atividades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, sendo que o parecer prévio se restringirá apenas ao Poder Executivo, e as demais contas de gestão objeto de julgamento em separado, em procedimento próprio.

§ 2º As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o parágrafo 6º, do artigo 134, da Constituição Estadual.

§ 3º O Relator das contas do Governador será designado, por sorteio, na primeira Sessão Ordinária do Tribunal Pleno de cada ano, para acompanhar, durante todo o exercício financeiro, a execução orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e a gestão fiscal, na forma estabelecida nesta lei e demais atos normativos do Tribunal de Contas.

§ 4º O acompanhamento compreende, também, a reunião de elementos de informação e prova para a elaboração, no exercício subsequente, na forma da legislação aplicável, do relatório final e parecer prévio sobre as contas que o Governador do Estado prestar anualmente à Assembleia Legislativa, como restar estabelecido em Regimento Interno ou norma regulamentar.

Art. 22. As contas dos demais administradores estaduais deverão ser apresentadas e julgadas conforme previsto no Regimento Interno e demais atos normativos deste Tribunal.

Subseção II

Das Contas dos Prefeitos e dos Administradores Municipais

Art. 23. O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 1 (um) ano a contar do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas do Poder Executivo Municipal, e julgará, até o último dia do ano do seu recebimento, a prestação de contas apresentada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal e demais Administradores Municipais.

§ 1º O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de março de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal.

§ 2º Se as contas não forem enviadas na forma e prazo indicados no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas comunicará ao Legislativo Municipal, para os fins de direito, sem prejuízo da instauração do processo de tomada de contas.

§ 3º O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas deixará de prevalecer, por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, não perdendo a validade de seu teor perante este Tribunal, bem como, não implicará em convalidação ou saneamento das irregularidades apontadas no respectivo opinativo, que serão objeto de julgamento individualizado e apartado da prestação de contas anual, enquanto ato de gestão e de ordenação de despesa.

Subseção III

Das Disposições Comuns

Art. 24. As contas dos administradores e responsáveis referidos na Seção IV, do Capítulo II, do Título II, serão anualmente submetidas ao Tribunal, organizadas de acordo com normas regimentais, resoluções e instruções técnicas.

§1º Devem ser incluídos na prestação de contas todos os recursos, orçamentários e extra-orçamentários, geridos ou não pela unidade ou entidade.

§ 2º O Sistema Estadual de Informação - SEI, obrigatório no âmbito da administração pública estadual, recepcionará e sistematizará, através de meio eletrônico, dados necessários à realização do controle externo de competência do Tribunal de Contas.

§ 3º O Sistema de Informações Municipais - SIM, obrigatório na esfera das administrações públicas municipais, recepcionará e sistematizará, através de meio eletrônico, a coleta e remessa de dados necessários à composição da prestação de contas anual dos agentes públicos municipais.

§ 4º O Sistema Integrado de Transferências Voluntárias Estaduais - Sinte, obrigatório para os órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta repassadores de recursos públicos, a título de transferências voluntárias, bem como para as entidades públicas e priva-

das beneficiárias dos recursos, recepcionará e padronizará, através de meio eletrônico os dados necessários à realização do controle externo de competência do Tribunal de Contas.

§ 5º O Tribunal poderá alterar os sistemas informatizados previstos nesta lei ou criar novos sistemas, para o melhor desempenho de suas atribuições.

Art. 25. Os demais gestores e responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos, na esfera estadual e municipal, prestarão contas, anualmente, até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao das referidas contas, como previsto nesta lei e no Regimento Interno, além de Resoluções específicas do Tribunal de Contas.

Art. 26. As prestações de contas, bem como, os respectivos pareceres prévios, evidenciarão os principais aspectos da Gestão Fiscal como parte integrante da avaliação anual.

Art. 27. Os pareceres prévios, julgamentos de gestão anual e avaliação da gestão fiscal, bem como, instruções técnicas e opinativos integrantes, serão objeto de ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico, ficando disponíveis para consulta de qualquer interessado, após trânsito em julgado.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas disciplinará em Regimento Interno as versões simplificadas desses instrumentos de transparência da gestão pública.

Art. 28. Os pareceres prévios e julgamentos de contas anuais, sem prejuízo de outras disposições, definirão os níveis para as suas conclusões e responsabilidades divididas em:

I - recomendação;

II - determinação legal;

III - ressalva.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre os conceitos e casos de aplicação das conclusões referidas neste artigo.

Seção V

Da Fiscalização de Atos e Contratos

Art. 29. Para assegurar a eficácia do controle e para instruir o julgamento das contas, o Tribunal efetuará a fiscalização dos atos de que resulte receita ou despesa praticada pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, conforme previsto nesta lei, no Regimento Interno ou nos demais atos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas, competindo-lhe, para tanto, em especial:

I - acompanhar, pela publicação na imprensa oficial, ou por outro meio:

a) a lei relativa ao plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual e a abertura de créditos adicionais;

b) os editais de licitação, os contratos, inclusive administrativos, e os convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres;

II - fiscalizar, na forma estabelecida no Regimento Interno, as contas estaduais das empresas nacionais ou supranacionais de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

III - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres;

IV - fiscalizar a execução de termos de parcerias, contratos de gestão, concessões, permissões, parcerias público-privadas e instrumentos congêneres.

Seção VI

Das Denúncias e Representações

Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.

Art. 31. A denúncia poderá ser oferecida por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.

Art. 32. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas:

I - obrigatoriamente pelos responsáveis dos controles internos dos órgãos da Administração Pública estadual ou municipal, sob pena de serem solidariamente responsabilizados;

II - por comunicação de irregularidades subscritas por qualquer autoridade judiciária estadual ou federal, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, pelos Poderes Executivo e Legislativo;

III - através de comunicação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União ou órgãos da União Federal em relação às atividades sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado.

IV - por ato encaminhado pela Assembleia Legislativa do Estado, através de seu Presidente ou comissões permanentes, especiais ou de investigação, em relação à administração pública estadual ou municipal.

V - em função de conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito ou Comissão Especial, instauradas e concluídas pelos Poderes Legislativos Municipais, desde que contendo conclusões específicas e a comprovação das medidas efetivamente adotadas ou recomendadas nos respectivos relatórios.

VI - por meio de outras medidas previstas em Regimento Interno ou outros atos normativos do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 33. O Tribunal de Contas dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria, a fim de preservar direitos e garantias individuais.

Art. 34. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.

Parágrafo único. O denunciante deverá fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado.

Art. 35. A denúncia e a representação tramitarão em regime de urgência, devendo:

I - em 5 (cinco) dias ser protocolada, autuada, verificada eventual prevenção e distribuída ao Corregedor Relator;

II - em 10 (dez) dias, ser despachada liminarmente pelo Corregedor Relator, que, se a entender regularmente apresentada:

a) quando suficientemente instruída, mandará citar o responsável para apresentar defesa, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias;

b) quando insuficientemente instruída, encaminhará o processo à unidade de fiscalização deste Tribunal competente para informações em igual prazo;

c) ocorrendo o previsto no item anterior, após recebidas as informações, determinará, se for o caso, a citação do responsável, para oportunidade de defesa no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

III - decorrido o prazo de defesa, será encaminhada pelo Relator à unidade técnica para, em 15 (quinze) dias, emitir parecer, e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para igual fim, no prazo de 30 (trinta) dias;

IV - em 30 (trinta) dias, com relatório e voto escrito, ser encaminhada pelo Corregedor Relator para inclusão em pauta e julgamento na primeira sessão imediata, com preferência sobre os demais feitos.

Art. 36. A decisão do Tribunal que julgar procedente a denúncia determinará a intimação das autoridades responsáveis para as providências corretivas e punitivas inerentes ao procedimento.

Art. 37. Ao denunciante será assegurada a condição de parte interessada, seja para acompanhamento da instrução processual, seja para oferecimento dos recursos previstos nesta lei.

Seção VII

Da Consulta

Art. 38. A consulta deverá atender aos seguintes requisitos:

I - ser formulada por autoridade legítima;

II - conter apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida;

III - versar sobre dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal de Contas;

IV - ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consultante, opinando acerca da matéria objeto da consulta;

V - ser formulada em tese.

§ 1º Havendo relevante interesse público, devidamente motivado, a consulta que versar sobre dúvida quanto à interpretação e aplicação da legislação, em caso concreto, poderá ser conhecida, mas a resposta oferecida pelo Tribunal será sempre em tese.

§ 2º Quando, na hipótese do parágrafo anterior, empresa privada for, direta ou indiretamente, beneficiária, é vedada a resposta à consulta.

§ 3º O pedido de consulta e a resposta à mesma deverão ser publicados no Diário Oficial do Tribunal de Contas e no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 39. Estão legitimados para formular consulta:

I - no âmbito estadual: Governador do Estado, Presidente de Tribunal de Justiça, Presidente da Assembleia Legislativa, Secretários de Estado, Procurador Geral de Justiça, Procurador Geral do Estado, dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo Estado e conselhos constitucionais e legais, conforme previsto em Regimento Interno;

II - no âmbito municipal: Prefeito, Presidente de Câmara Municipal, dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios intermunicipais e conselhos constitucionais e legais, conforme previsto em Regimento Interno;

III - Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional.

Art. 40. É obrigatória a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas em todas as consultas submetidas ao conhecimento do Tribunal Pleno, não sendo oponível, neste caso, nenhuma vedação ou impedimento institucional, considerando a característica específica da jurisdição do Tribunal de Contas.

Art. 41. A decisão do Tribunal Pleno, em processo de consulta, tomada pelo quórum qualificado a que se refere o artigo 115, desta lei, tem força normativa, constitui prejulgamento de tese e vincula o exame de feitos sobre o mesmo tema, a partir de sua publicação.

Seção VIII

Do Recurso Fiscal de Decisões Fazendárias

Art. 42. O recurso fiscal da decisão fazendária previsto no artigo 79, parágrafo 3º, da Constituição Estadual,

deverá ser remetido ao Tribunal para apreciação e julgamento devidamente instruído com a manifestação do contraditório do contribuinte autuado, nos termos do Regimento Interno.

Capítulo III

Dos Procedimentos Comuns aos Processos

Seção I

Do Processo de Julgamento

Art. 43. Após a autuação será efetuada a distribuição, por processamento eletrônico, mediante sorteio aleatório e uniforme, por tipo de processo, observadas as causas de prevenção, dependência, sucessão, impedimentos ou outras, respeitada a devida compensação, conforme previsto no Regimento Interno.

§ 1º O sorteio deverá observar a alternatividade e o princípio da publicidade e será regulamentado no Regimento Interno.

§ 2º Os membros do Tribunal de Contas deverão solicitar sua exclusão do sorteio nos casos e impedimentos previstos nos artigos 139 e 140 e em outros previstos nesta lei.

§ 3º No caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior aplicam-se as sanções previstas nesta lei.

Art. 44. Distribuído o processo, o Relator presidirá a instrução do feito, determinando a citação dos interessados, quando instaurado o processo por iniciativa do Tribunal, e, em qualquer caso, as diligências necessárias ao seu saneamento, mediante encaminhamento às unidades competentes e à manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nos termos do Regimento Interno, podendo determinar, ainda, a intimação e a audiência dos responsáveis.

§ 1º Far-se-á a citação pessoalmente aos interessados, segundo as formas e modalidades previstas nesta lei e no Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado;

I - Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do interessado;

II - Estando o interessado ausente, a citação far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente, quando a ação se originar de atos por eles praticados.

§ 2º Concluída a instrução do processo, o Relator pedirá a inclusão em pauta para julgamento, conforme o Regimento Interno.

§ 3º A pauta de julgamento será publicada nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas, atendendo ao princípio da publicidade e ampla defesa, nos termos do Regimento Interno.

§ 4º A retirada de pauta somente será permitida por decisão colegiada, mediante proposta devidamente motivada, devendo o Regimento Interno disciplinar as causas

excepcionais, prevendo, também, o prazo de retorno para julgamento.

Art. 45. O Relator determinará as diligências antes da inclusão em pauta para julgamento.

§ 1º Após o relatório, havendo dúvidas, os Conselheiros, os Auditores, quando em substituição, e o Procurador Geral poderão fazer uso da palavra, pedindo esclarecimentos, defendendo o posicionamento do Relator ou formulando novas soluções ao caso em exame.

§ 2º Excetuado o julgamento do Recurso de Agravo e dos Embargos de Declaração, será permitida à parte fazer sustentação oral, por 15 (quinze) minutos, desde que inscrito seu nome, na Diretoria Geral, até o início da sessão.

§ 3º O uso da tribuna para os fins previstos no parágrafo anterior é facultado a qualquer das partes ou representante legalmente constituído.

§ 4º O Procurador Geral, no decorrer dos debates, poderá opinar, sem prejuízo da manifestação de outro Procurador, que tenha oficiado nos autos.

Art. 46. Proferido o relatório do processo ou voto do Relator, os Conselheiros, Auditores, quando em substituição, e o Procurador Geral, poderão requerer vistas dos autos, pelo prazo máximo 4 (quatro) sessões consecutivas, observado o disposto no artigo 55, desta lei.

§ 1º O pedido de adiamento, após a sua inclusão em pauta ou após o retorno de pedido de vistas, deverá ser motivado pelo Relator e será concedido, somente uma única vez, pelo prazo máximo de 4 (quatro) sessões regulamentares.

§ 2º Vencido o prazo do pedido de vistas ou do adiamento, o Presidente do colegiado deverá avocar os autos, com as devidas anotações na ata, vedado ao requerente da vista ou do pedido de adiamento, solicitar novas diligências, bem como votar no processo.

Art. 47. O Relator ou Conselheiro que der causa ao excesso, em relação ao prazo para inclusão em pauta, pedido de vista ou de adiamento, ficará impedido de relatar, votar ou solicitar qualquer diligência, devendo o Presidente retirar de pauta o processo e determinar sua redistribuição eletrônica mediante compensação.

Parágrafo único. Não caberá designação de Auditor, para o fim previsto no *caput* deste artigo, ficando, reduzido o quórum do respectivo julgamento.

Art. 48. As atribuições, conferidas nesta seção ao Presidente do colegiado, constituem ato vinculado a ser praticado de ofício, independente de prévia manifestação ou autorização do colegiado, caracterizando a sua omissão como ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. O não atendimento à requisição de devolução solicitada pelo Presidente, constituirá conduta tipificada no artigo 11, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que trata dos atos de improbidade admi-

nistrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, sujeitando o faltoso às penas previstas no artigo 12, inciso III, do citado diploma legal.

Art. 49. Será parte integrante e obrigatória das decisões do Tribunal, voto escrito, elaborado pelo Relator, nas seguintes hipóteses:

I - quando imputar sanções, débitos e outras responsabilidades;

II - quando divergir das instruções técnicas e jurídicas do processo;

III - nas Consultas, Recursos, Impugnações, denúncias e Representações;

IV - outras previstas no Regimento Interno ou Resolução.

§ 1º O voto conterá obrigatoriamente:

I - a ementa;

II - o relatório circunstanciado do Relator, do qual constarão as conclusões das instruções das unidades técnicas que se manifestaram no processo e do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

III - fundamentação jurídica da análise das questões de fato e de direito;

IV - dispositivo legal que embasou a decisão do voto;

V - a indicação dos responsáveis, do dano ao erário e dos valores, no caso de ressarcimento, se houver.

§ 2º As decisões dos órgãos colegiados constarão de acórdãos, redigidos e apresentados pelo Relator, até a sessão seguinte, devendo conter a assinatura do Presidente do órgão colegiado.

Art. 50. Sendo o voto do Relator vencido, será designado pelo Presidente, na própria sessão, novo Relator dentre os votantes vencedores, para lavratura de voto, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. A lavratura de voto vistas ou declaração de voto é facultativa por qualquer dos membros do colegiado.

Art. 51. Comprovada no julgamento do processo, de qualquer natureza, a ocorrência de ilegalidade ou irregularidade, haverá obrigatoriamente a delimitação de responsabilidades e sanções aplicáveis ao ente jurisdicionado e aos responsáveis, de forma individualizada ou solidária, seja pecuniária ou reparatória do dano, de obrigação de fazer ou não fazer, nos termos estabelecidos em lei.

Art. 52. Aplica-se subsidiariamente o Código de Processo Civil, no que couber, em todos os julgamentos no âmbito do Tribunal de Contas.

Seção II

Das Medidas Cautelares

Art. 53. O Tribunal poderá solicitar incidentalmente e motivadamente, aos órgãos e Poderes competen-

tes a aplicação de medidas cautelares definidas em lei, ou determinar aquelas previstas no Regimento Interno, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Código de Processo Civil.

§ 1º A solicitação ou a determinação, conforme o caso, deverá ser submetida ao órgão julgador competente para a análise do processo, devendo ser apresentada em mesa para apreciação independente de inclusão prévia na pauta de julgamentos.

§ 2º As medidas cautelares referidas no *caput* são as seguintes:

I - afastamento temporário de dirigente do órgão ou entidade;

II - indisponibilidade de bens;

III - exibição de documentos, dados informatizados e bens;

IV - outras medidas inominadas de caráter urgente.

§ 3º São legitimados para requerer medida cautelar:

I - o gestor, para a preservação do patrimônio;

II - as partes;

III - o Relator;

IV - o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal.

Seção III

Da Comunicação dos Atos e da Contagem dos Prazos

Art. 54. As citações e intimações serão feitas:

I - via postal, mediante carta registrada com aviso de recebimento;

II - por despacho publicado nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas;

III - por meio eletrônico, assegurada a sua certificação digital;

IV - por oficial de intimação, em casos excepcionais, conforme previsto no Regimento Interno.

§ 1º Nos processos instaurados por iniciativa do interessado, a comunicação dos atos, desde o início, será feita na forma do inciso II.

§ 2º Nos processos de iniciativa do Tribunal, a citação será feita na forma do inciso I; quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o interessado, será feita por edital, publicado no periódico do Tribunal, sendo essa publicação, em qualquer caso, nos termos do inciso II deste artigo, o modo de intimação para os demais atos do processo, inclusive da decisão definitiva, ressalvados casos excepcionais a serem regulados no Regimento Interno.

Art. 55. Salvo disposição em contrário, os prazos serão computados excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.

§ 1º Os prazos são contínuos, não se interrompendo nos feriados.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o início ou o término cair em finais de semana, feriado ou dia que:

a) for determinado o fechamento do Tribunal;

b) o encerramento do expediente ocorrer antes da hora normal.

§ 3º No caso de ocorrência das alíneas *a* e *b*, será de obrigação do Tribunal a publicação prévia do fechamento para conhecimento dos interessados, sendo que se decorrente de fato imprevisto é obrigatória a realização da publicação posterior.

Art. 56. Os prazos serão contados:

I - da data da juntada aos autos do aviso de recebimento;

II - da data da publicação oficial;

III - da data da certificação eletrônica.

Parágrafo único. No caso do inciso II, tratando-se de intimação a se realizar em município do interior do Estado, os prazos iniciam-se após o decurso de três dias úteis da data da publicação, nos termos do Regimento Interno.

Art. 57. Todos os atos ordenatórios e decisórios do Relator e dos órgãos colegiados que envolva comunicação aos jurisdicionados serão publicados nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas, e colocados à disposição em meio eletrônico de amplo acesso.

Art. 58. O prazo para manifestação dos interessados, inclusive na oportunidade do contraditório e ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.

Art. 59. Salvo disposição expressa nesta lei, o Regimento Interno disciplinará os prazos aplicáveis em todas as fases do processo.

Art. 60. Aplica-se, no que couber, o Código de Processo Civil, nas disposições sobre comunicação dos atos processuais.

Seção IV

Dos Prazos do Relator e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Art. 61. Após o recebimento dos feitos, o Relator disporá de:

I - 10 (dez) dias, para os despachos de mero expediente;

II - 10 (dez) dias, para despacho liminar em denúncia;

III - 10 (dez) dias, para apreciar os pedidos de liminar, inclusive em medidas cautelares, e outros de natureza urgente;

IV - 10 (dez) dias, para o juízo de admissibilidade de recursos e consultas;

V - 15 (quinze) dias, para o juízo de retratação no Recurso de Agravo.

Art. 62. Concluída a instrução, disporá o Relator dos seguintes prazos para a inclusão dos processos em pauta para julgamento, contados desde a data da remessa para o Gabinete:

- I - Recursos em geral: 60 (sessenta) dias;
- II - Recurso de Agravo: 30 (trinta) dias;
- III - Embargos de Declaração: 30 (trinta) dias;
- IV - Parecer Prévio das Contas dos Prefeitos Municipais: 60 (sessenta) dias;
- V - Prestação de Contas: 60 (sessenta) dias;
- VI - Denúncia: 30 (trinta) dias;
- VII - Pedido de Rescisão: 60 (sessenta) dias;
- VIII - Consulta: 60 (sessenta) dias;
- IX - Atos sujeitos a registro, previstos no artigo 1º, inciso IV, desta lei: 30 (trinta) dias;
- X - demais processos e recursos: 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Nas hipóteses de afastamento legal interrompe-se a contagem dos prazos referidos, pelo mesmo prazo do afastamento.

Art. 63. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas disporá de 10 dias para requerer as diligências que entender necessárias, e, para manifestação conclusiva, os mesmos prazos referidos no artigo anterior.

Art. 64. O Regimento Interno disporá sobre os demais prazos para a instrução e tramitação dos processos.

§ 1º O descumprimento dos prazos deverá ser justificado, cabendo ao Corregedor a aplicação das sanções cabíveis que serão estabelecidas no regimento interno do Tribunal de Contas, a ser elaborado no prazo de 90 dias a contar da publicação desta lei.

§ 2º A justificativa reiterada caracteriza falta grave.

§ 3º Sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores e demais responsabilidades estabelecidas em lei, poderá o Conselheiro, Auditor ou Procurador, ser convocado pela Assembléia Legislativa para, na forma estabelecida em regimento interno do Poder Legislativo, fornecer informações e justificativas sobre as omissões constatadas.

Seção V

Dos Recursos

Art. 65. São admissíveis os seguintes recursos:

- I - Recurso de Revista;
- II - Recurso de Revisão;
- III - Recurso de Agravo;
- IV - Embargos de Declaração.
- V - Embargos de Liquidação.

Art. 66. Estão legitimados a interpor recurso, quem foi parte no processo, o Ministério Público junto ao

Tribunal de Contas e o terceiro interessado ou prejudicado.

Art. 67. Interposto o recurso pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas serão intimados os demais interessados para manifestarem-se no prazo recursal.

Parágrafo único. O prazo para interposição do recurso pelo Ministério Público conta-se a partir da publicação do ato.

Art. 68. O recorrente poderá, a qualquer tempo, e sem a anuência dos demais interessados, desistir do recurso ou renunciar ao direito de recorrer.

Art. 69. A petição recursal, acompanhada das razões, será dirigida ao Relator, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade, relativo a tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse.

Parágrafo único. Nos municípios do interior, para efeito de tempestividade, será considerada a data de postagem no correio como a de sua interposição, nos termos do Regimento Interno.

Art. 70. Excetuado o caso de Embargos de Declaração, o Relator da decisão recorrida será excluído do sorteio para relato do recurso.

Art. 71. Salvo hipótese de má-fé, as partes interessadas não poderão ser prejudicadas pela interposição de um recurso por outro, desde que interposto no prazo legal.

Parágrafo único. Se o Tribunal, desde logo, reconhecer a inadequação do recurso interposto, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível, desde que, satisfeitos os requisitos de admissibilidade e tempestividade.

Art. 72. Dos despachos de mero expediente não caberá recurso.

Art. 73. Cabe Recurso de Revista, no prazo de 15 (quinze dias), para o Tribunal Pleno, com efeito devolutivo e suspensivo, contra acórdão proferido por qualquer das Câmaras.

Art. 74. Cabe Recurso de Revisão, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze dias), para o Tribunal Pleno, contra acórdãos por ele proferidos, nos seguintes casos:

- I - acórdão não unânime, que, ao julgar Recurso de Revista, houver reformado a decisão da Câmara;
- II - nas decisões em Pedido de Rescisão;
- III - negativa de vigência de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais;
- IV - divergência de entendimento no âmbito do Tribunal de Contas ou dissídio jurisprudencial demons-

trado analiticamente, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 1º No caso do inciso I, a fundamentação do recurso e seu conhecimento restringir-se-ão ao objeto da divergência.

§ 2º Não cabe recurso em processo de consulta.

Art. 75. Cabe Recurso de Agravo, no prazo de 10 (dez) dias, com efeito, apenas devolutivo, contra decisão monocrática do Conselheiro, do Auditor ou do Presidente do Tribunal.

§ 1º Relevante a fundamentação e constatado o risco iminente de lesão grave e de difícil reparação, o Relator poderá conceder efeito suspensivo, submetendo tal ato, à convalidação colegiada, nos termos do Regimento Interno.

§ 2º Por ocasião do exame de admissibilidade, o Relator poderá exercer o juízo de retratação.

§ 3º Caso não reforme a decisão, o Relator submeterá o Recurso de Agravo ao órgão colegiado competente para o conhecimento do processo em que foi interposto.

§ 4º Tratando-se de recurso dirigido contra ato do Presidente do Tribunal, a ele caberá exercer o juízo de admissibilidade e de retratação, e o Tribunal Pleno será o competente para seu conhecimento.

Art. 76. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:

I - contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou,

II - omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.

§ 1º Os Embargos de Declaração serão distribuídos ao Relator que houver proferido a decisão embargada e será incluído em pauta para julgamento no órgão colegiado competente.

§ 2º A interposição de Embargos de Declaração interrompe o prazo para interposição de recursos contra a decisão embargada, desde que tempestivos.

Seção VI

Do Pedido de Rescisão

Art. 77. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é atribuída legitimidade para propor, sem efeito suspensivo, o Pedido de Rescisão de decisão definitiva, desde que:

I - a decisão se haja fundado em prova cuja falsidade foi demonstrada em sede judicial;

II - tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos;

III - erro de cálculo ou material;

IV - tenha participado do julgamento do feito Conselheiro ou Auditor alcançado por causa de impedimento ou de suspeição;

V - violar literal disposição de lei.

Parágrafo único. O direito de propor a rescisão se extingue em dois anos, contados da data da irrecorribilidade da decisão.

Seção VII

Dos Incidentes Processuais

Subseção I

Do Incidente de Inconstitucionalidade

Art. 78. Se, por ocasião do julgamento de qualquer feito pela Câmara, esta verificar a inconstitucionalidade de alguma lei ou ato normativo do Poder Público, os autos serão remetidos à discussão em sessão do Tribunal Pleno para pronunciamento preliminar sobre a matéria, conforme procedimento a ser estabelecido em Regimento Interno.

§ 1º Em sessão plenária, o Relator do feito exporá o caso, procedendo-se, em seguida, à deliberação sobre a matéria.

§ 2º Proferido o julgamento pelo Tribunal Pleno e publicada a respectiva deliberação, serão os autos devolvidos à Câmara, para apreciar o caso de acordo com a decisão prejudicial.

§ 3º Idêntico incidente poderá ser suscitado por qualquer Conselheiro, Auditor quando em substituição, ou membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em feitos de competência originária do Tribunal Pleno.

§ 4º A decisão contida no Acórdão que deliberar sobre o incidente de reconhecimento de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, solucionará a questão prejudicial, constituindo prejulgado a ser aplicado a todos os casos a serem submetidos ao Tribunal de Contas.

Subseção II

Do Prejulgado e da Súmula

Art. 79. Por iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas, a requerimento do Relator ou do Procurador Geral junto ao Ministério Público, poderá o Tribunal Pleno pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da administração, reconhecendo a importância da matéria de direito e de sua aplicabilidade de forma geral e vinculante até que o prejulgado venha a ser reformado na forma prevista em Regimento Interno.

Parágrafo único - Não poderá atuar como Relator o Conselheiro que suscitar a matéria.

Art. 80. Será inscrito na Súmula o entendimento que o Tribunal tenha por predominante e firme, conforme procedimentos a serem estabelecidos em Regimento Interno.

Subseção III

Da Uniformização de Jurisprudência

Art. 81. O Relator, de ofício ou por provocação da parte interessada, antes de proferir seu voto na Câmara,

poderá solicitar o pronunciamento prévio do Tribunal Pleno acerca de interpretação de direito, quando, no curso do julgamento, a interpretação for diversa da que lhe haja dado outro órgão colegiado do Tribunal.

Parágrafo único. O mesmo incidente poderá ser suscitado em sessão do Tribunal Pleno, em relação aos seus próprios julgados.

Subseção IV

Das Disposições Comuns aos Incidentes Processuais

Art. 82. Para a deliberação dos incidentes de que tratam essa Seção, será exigido quorum qualificado, conforme previsto no artigo 115 desta lei.

Art. 83. Além dos Conselheiros e do Presidente do Tribunal, os Auditores, quando em substituição, e o membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas possuem legitimidade para suscitá-los.

Art. 84. Os processos dos incidentes de que trata esta Seção serão regulamentados em Regimento Interno, obedecido, em qualquer dos casos, o mesmo quórum qualificado para modificação ou revogação de entendimento sumulado ou prejulgado.

Capítulo IV

Das Sanções e Responsabilidades

Seção I

Das Sanções

Art. 85. O Tribunal de Contas, em todo e qualquer processo administrativo de sua competência em que constatar irregularidades poderá, observado o devido processo legal, aplicar as seguintes sanções e medidas:

- I - multa administrativa;
- II - multa por infração fiscal;
- III - multa proporcional ao dano e sem prejuízo do ressarcimento;
- IV - restituição de valores;
- V - impedimento para obtenção de certidão liberatória;
- VI - inabilitação para o exercício de cargo em comissão;
- VII - proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal;
- VIII - a sustação de ato impugnado, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Será comunicada à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso, a decisão que determinar a sustação de ato, e à Secretaria de Estado da Administração e Previdência a decisão que declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão e proibição de contratar com o Poder Público Estadual e à secretaria municipal correspondente no âmbito do município interessado.

Art. 86. Ficam sujeitos às sanções previstas nesta lei os jurisdicionados definidos no Capítulo II, do Título I, sem prejuízo de outras pessoas jurídicas ou físicas, sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, por disposição legal.

Parágrafo único. A multa será aplicada à pessoa física que der causa ao ato tido por irregular, e de forma individual a cada agente que tiver concorrido para o fato, devendo o Acórdão definir as responsabilidades individuais.

Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, fixadas em valor certo, em razão dos seguintes fatos:

I - No valor de R\$ 100,00 (cem reais):

a) prestar com atraso de até 100 (cem) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.

II - No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais):

a) deixar de encaminhar para registro expediente de admissão de pessoal, aposentadoria, reservas e pensões, nos prazos previstos em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas, recaiando esta na pessoa do agente público responsável ou diretor de instituto previdenciário, quando for o caso;

b) prestar com atraso de 101 (cento e um) dias a 180 (cento e oitenta) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

c) prover cargo em comissão para funções que não sejam de direção, chefia ou assessoramento, a ser aplicada por cargo provido.

III - No valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais):

a) deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei;

b) deixar de apresentar, no prazo fixado em ato normativo do Tribunal de Contas, as informações a serem disponibilizadas em meio eletrônico, em seus diversos módulos;

c) prestar com atraso de 181 (cento e oitenta e um) dias a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

d) deixar de observar, no processo licitatório, formalidade determinada em lei, incluindo-se a não exigência de certidões negativas e de regularidade fiscal, podendo ser aplicada ao presidente da comissão de licitação, ao emitente do parecer técnico ou jurídico e ao gestor;

e) retardar, além do prazo fixado, sem motivo justificado, a devolução de autos com pedido de carga processual ou encaminhados por força de diligência;

f) descumprir determinação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas;

g) sonegar processo, documento ou informação em inspeções *in loco* ou auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas.

IV - No valor de R\$ 1.000,00 (mil reais):

a) prestar com atraso superior a 1 (um) ano as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em ato normativo do Tribunal de Contas;

b) realizar concurso nos termos da Lei nº 8.666/93, bem como, admissão de pessoal, sem a observância das normas legais aplicáveis;

c) fazer nomeação ou contratação, em virtude de concurso público, sem a observância da ordem de classificação;

d) contratar ou adquirir bens, serviços e obras de engenharia, sem a observância do adequado processo licitatório, quando exigível este, ou sem os devidos processos administrativos justificando a dispensa ou inexigibilidade, excetuando-se as compras de pequeno valor, realizadas mediante pronto pagamento;

e) não repassar, no prazo e na forma avençada, recurso que esteja obrigado a repassar em virtude de lei ou de convênio celebrado;

f) obstruir o livre exercício de inspeções e auditorias determinadas pelo Tribunal;

g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário.

V - No valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais):

a) nomear ou contratar, ainda que sob a aparência de concurso público ou contratação temporária, exceto para cargos em comissão, sem a realização de prova ou teste seletivo;

b) não realizar o objeto de convênio, auxílio ou subvenção, no prazo e na forma fixados no instrumento próprio, salvo se demonstrado não ter concorrido o agente para a inexecução do pacto;

c) realizar obra de construção civil sem a observância das normas técnicas e legislação específica, de âmbito profissional, fiscal, previdenciária e trabalhista.

§ 1º As sanções e multas referidas no inciso II, alínea "a", inciso IV, alínea "c", e inciso V, alínea "a", serão aplicadas por cada ato de pessoal não encaminhado ou cargo em comissão provido irregularmente.

§ 2º Nas infrações administrativas enumeradas neste artigo, a cada fato corresponderá uma sanção, podendo incidir o agente em mais de uma, no mesmo processo.

§ 3º A reincidência somente será apurada em infração de mesma natureza, nos termos do artigo 64, I, do Código Penal, e será aplicada a multa em dobro quando o fato for superveniente à aplicação de multa anterior.

§ 4º A irregularidade das contas nos termos do inciso III do artigo 16 da qual não resulte em imputação de débito ou reparação de dano, implicará na aplicação da multa prevista no inciso III.

§ 5º Os valores das multas estabelecidos no presente artigo serão revistos anualmente por ato administrativo do Tribunal, com base na variação acumulada no período, na forma e pelo índice utilizado para atualização dos créditos tributários estaduais,

§ 6º Não cumpridas as determinações contidas na decisão que impôs débito ou multa, quando houver, deverá o Tribunal de Contas, mesmo no caso de recolhimento dos valores, renovar sua imposição como reincidência, até a efetiva regularização.

Art. 88. Caberá ao Tribunal de Contas o processamento, julgamento e aplicação da multa que trata o parágrafo 1º do artigo 5º, da Lei Federal nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Art. 89. Ficará sujeito à multa proporcional ao dano, sem prejuízo da reparação deste, o ordenador da despesa ou terceiro que com este concorrer, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, que resultar em lesão ao erário.

§ 1º Considera-se lesão ao erário:

I - a prática de ato que importe em despesa desnecessária ou indevida, ou acima da devida, apurando-se esta mediante aferição do valor médio de mercado, de bens e serviços, ou de média de consumo, bem como no caso de dilapidação de receita ou patrimônio social, e ainda a perda de valor decorrente do mau uso e conservação de bens públicos;

II - a prática dos atos relacionados no artigo 10, da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992;

III - o recolhimento direto de encargos previdenciários e trabalhistas na hipótese de obra contratada por empreitada global;

IV - a perda de receita decorrente do não lançamento de tributos; do lançamento a menor; da emissão fraudulenta de guia de recolhimento; de concessão indevida de anistia, remissão, isenção; da não realização de atos administrativos tendentes à constituição e execução de crédito tributário ou não;

V - a não sustação, no prazo fixado pelo Tribunal, observado o disposto no inciso IX do artigo 75 da Constituição Estadual, de ato irregular ou que implique em despesa ilegal;

VI - o pagamento de vencimentos, subsídios, proventos, pensões, diárias ou remuneração a qualquer título, em desconformidade com as normas legais.

§ 2º A multa será arbitrada em percentual variável de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do dano, não excluindo a aplicação de multa administrativa prevista no artigo 87, desta lei, como também não exclui o dever de restituição ou reparação do dano.

Art. 90. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do trânsito em julgado da decisão,

quando líquida, ou a partir da intimação da liquidação da decisão, quando ilíquida.

§ 1º Será admitido o parcelamento da multa ao agente público que demonstrar que o valor desta ultrapassa 30% (trinta por cento) de sua remuneração mensal, sendo que o referido percentual passará a corresponder ao valor das parcelas respectivas.

§ 2º Para beneficiar-se do parcelamento o interessado deverá comprovar o fato, no prazo do *caput*, mediante juntada da guia de recolhimento da primeira parcela e do seu contracheque no processo administrativo correspondente.

§ 3º O não recolhimento da parcela subsequente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recolhimento anterior, implica na rescisão do parcelamento e autoriza a adoção dos atos executivos correspondentes.

§ 4º O valor da multa terá atualização segundo os índices utilizados para os créditos tributários estaduais, e decorrido o prazo fixado no *caput* incidirá juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

§ 5º Decorridos 30 (trinta) dias, após o decurso do prazo do *caput* deste artigo, sem que tenha havido a quitação da multa ou seu parcelamento, ou interrompido este, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Secretaria de Estado ou Municipal da Fazenda para fins de inscrição em dívida ativa e subsequente cobrança executiva judicial pela respectiva Procuradoria Geral, cabendo ao Tribunal de Contas o controle do cumprimento dessas decisões e execuções.

Art. 91. A atualização das multas e encargos que forem imputados aos responsáveis, contar-se-á sempre da data da mora ou omissão até a data do efetivo recolhimento, salvo nos casos de atos e despesas ilícitas, que será calculada a partir do efetivo dano ou do evento danoso.

Parágrafo único. A atualização monetária, segundo os índices oficiais praticados nos créditos tributários estaduais, será devida sempre a partir da mora, do dano ou da data em que o ressarcimento passou a ser devido.

Art. 92. Após o trânsito em julgado da decisão que fixar a restituição de valores, os responsáveis terão prazo de 30 (trinta) dias para efetuar recolhimento, devidamente atualizado, em favor da entidade credora identificada.

§ 1º Decorridos 30 (trinta) dias, após o decurso do prazo do *caput* deste artigo, sem que tenha havido a restituição dos valores ou comprovação de parcelamento, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Procuradoria do ente federativo credor, para fins de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança executiva judicial.

§ 2º O parcelamento dos valores a serem restituídos ao erário somente será possível nos termos da legislação específica de cada ente federativo, quando for o caso, devendo ser formalizado expediente administrativo próprio.

Art. 93. A decisão que resulte em imputação de débito ou multa terá eficácia de título executivo extrajudicial, e será executável independentemente de inscrição em dívida ativa.

§ 1º A prévia inscrição em dívida ativa é faculdade do ente federativo credor, sendo obrigatória, contudo, se não satisfeita a obrigação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da citação para pagamento do débito.

§ 2º É facultado o protesto do título executivo, desde que em fase anterior à execução judicial.

§ 3º Semestralmente, deverá ser encaminhado ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas um relatório circunstanciado das medidas executivas adotadas pelo ente federativo, relacionando-se os títulos e valores quitados, títulos e valores protestados, títulos e valores inscritos em dívida ativa, títulos e valores em execução judicial, a existência de garantia do Juízo e de embargos à execução, e relatório sucinto da fase processual em que se encontram os autos respectivos.

§ 4º Ao imputar a restituição de valores ou fixar multa, o Tribunal de Contas poderá solicitar à Procuradoria Geral de Justiça ou outro órgão que a lei indicar, a adoção de medidas necessárias ao arresto ou indisponibilidade dos bens dos responsáveis, limitando-se a medida ao valor atualizado do débito, devendo ser ouvido o Tribunal quanto à liberação dos bens e sua restituição.

Art. 94. Os débitos relacionados à devolução de vencimentos, subsídios, proventos, pensões, diárias, ou remuneração a qualquer título, cujos índices de reajustes estejam aquém dos índices de atualização monetária oficial, desde que não tenha havido dolo ou má-fé, serão corrigidos de acordo com a variação das parcelas recebidas, contando-se os juros da data da constituição da mora ou omissão, quando se tratar de atraso no recolhimento.

Art. 95. O não cumprimento das decisões do Tribunal de Contas, por parte das entidades vinculadas à sua jurisdição, no prazo e forma fixados, resultará em impedimento para obtenção de certidão liberatória, emitida para fins de transferências voluntárias.

§ 1º As entidades de Direito Público ou Privado, que receberem do Estado auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título, serão obrigadas a comprovar, perante o Tribunal, a aplicação das importâncias recebidas, aos fins a que se destinarem sob pena de suspensão de novos recebimentos, além das cominações cabíveis aos seus responsáveis legais.

§ 2º Emitida a certidão liberatória e caracterizado o inadimplemento de decisão do Tribunal de Contas, poderá ser aplicada a sanção de suspensão de transferências voluntárias, excetuadas as hipóteses previstas no parágrafo 3º, do artigo 25, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 96. Caracterizada a fraude em procedimento licitatório, ou outra irregularidade tipificada na Lei Fede-

ral nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação correlata, ou ainda o cometimento de ato de improbidade, o Tribunal, por maioria absoluta do Corpo Deliberativo, poderá declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão dos gestores ou terceiros envolvidos, no âmbito da Administração Municipal e Estadual, e ainda aplicar a sanção de proibição de contratação com o Poder Público, observados os prazos fixados no artigo 12, da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Art. 97. O Tribunal de Contas, no julgamento dos atos e contratos administrativos em que for verificada a ocorrência de fraude ou naqueles que resultarem em dano ao Erário, expedirá Declaração de Inidoneidade dos responsáveis perante a administração direta e indireta do Estado e dos Municípios.

Parágrafo único. A Declaração de Inidoneidade inabilitará os responsáveis para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, bem como para contratar com a administração pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Art. 98. A decisão que resulte em imputação de multa, reparação de dano e/ou restituição ao erário quantificará os valores, bem como identificará e qualificará os responsáveis pelo ressarcimento de danos causados, quando for o caso, o dispositivo legal aplicável à espécie, a identificação do credor, atribuindo-se, ainda a responsabilidade solidária ou subsidiária, quando cabíveis.

Art. 99. A decisão do Tribunal de Contas, de que resulte imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo.

§ 1º No caso de decisão ilíquida, far-se-á a liquidação na forma estabelecida no Código de Processo Civil, cabendo ao Relator do Acórdão a condução e decisão da fase de liquidação do julgado.

§ 2º Cabem Embargos de Liquidação, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, de decisão que julgar a liquidação de decisão, que obedecerão aos prazos e procedimentos estabelecidos para os recursos em geral.

§ 3º Os Embargos de Liquidação serão distribuídos ao Relator que houver proferido a decisão embargada e será incluído em pauta para julgamento no órgão colegiado competente.

Art. 100. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a conseqüente baixa de responsabilidade.

Art. 101. O Tribunal de Contas manterá em sistema informatizado o banco de dados das sanções aplicadas.

Parágrafo único. As decisões que fixarem multa ou implicarem em restituição de valores ou reparação de

dano terão registro específico, a partir do qual se extrairá a Certidão de Débito relativamente às decisões transitadas em julgado em que não se constate o recolhimento respectivo.

Seção II

Do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas

Art. 102. Fica instituído o Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - FETC/PR, sendo o gestor o Tribunal de Contas do Estado, na pessoa de seu Presidente.

Art. 103. Constituem-se receitas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Tribunal de Contas, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar, em percentual, total ou parcial, a ser definido pelo Conselho de Administração;

III - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Tribunal de Contas para terceiros;

IV - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Tribunal de Contas;

V - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Tribunal de Contas;

VI - o produto de alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Tribunal de Contas;

VII - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e mídias eletrônicas;

VIII - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Tribunal de Contas;

IX - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

X - multas aplicadas no âmbito administrativo do Tribunal de Contas;

XI - taxa de ocupação das dependências de imóveis do Tribunal de Contas;

XII - recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia;

XIII - o produto, parcial ou total, da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

XIV - receita decorrente do custo de operacionalização dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Tribunal de Contas, em decorrência da inclusão de descontos consignáveis;

XV - outras receitas eventuais.

§ 1º As receitas do FETC/PR não integram o percentual da receita estadual destinado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os recursos do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão recolhidos em conta específica, junto à instituição financeira oficial definida pelo seu Conselho de Administração.

Art. 104. O Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem por finalidade suprir o Tribunal com os recursos financeiros necessários para fazer face às despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação, adaptação, reforma de materiais e equipamentos, em imóveis destinados ao Tribunal de Contas, inclusive que proporcionem condições de acessibilidade às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática;

IV - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional;

V - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em percentual da receita do Fundo a ser definido pelo Conselho de Administração;

VI - despesas relativas ao desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade;

VII - despesas relativas a treinamento, aperfeiçoamento, capacitação e qualificação profissional dos servidores do Tribunal, bem como do desenvolvimento de programas de qualificação e capacitação de gestores de entidades sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

§ 1º Um terço dos recursos previstos no caput deste artigo serão destinados às despesas relativas às atividades da escola do legislativo estadual e da TV Assembleia.

§ 2º Obrigatoriamente a programação de treinamento e capacitação de recursos humanos contemplará atividades destinadas a consolidação do controle social.

§ 3º Não serão admitidos, por conta do FETC/PR, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal.

§ 4º Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão incorporados ao patrimônio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 105. Aplicam-se à Administração Financeira do Fundo as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade Pública, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação pertinente a contratos e licitações.

Art. 106. O FETC/PR terá escrituração contábil própria, sendo seu representante legal e ordenador das

despesas, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 107. O FETC/PR prestará contas ao Tribunal de Contas e à Assembleia Legislativa do Estado da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente, constituindo parte integrante da prestação de contas o parecer prévio elaborado pelo respectivo Conselho de Administração.

Art. 108. O Conselho de Administração baixará as instruções normativas complementares à operacionalidade do FETC/PR, quanto à organização administrativa, contábil, financeira e orçamentária, submetendo-os à aprovação do Plenário do Tribunal.

Art. 109. O Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Paraná - FETC/PR, terá como gestor um Conselho de Administração, que será formado por funcionários efetivos, designados pelo Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 110. A atual Diretoria de Tomada de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná fica transformada em Diretoria de Execuções, inserindo-se dentre suas atribuições previstas em Regimento Interno, o registro e o controle das sanções de multa administrativa, multa proporcional ao dano, restituição de valores, declaração de inidoneidade, inabilitação para exercício de cargos em comissão, proibição para a contratação com o Poder Público estadual ou municipal e a sustação de ato impugnado.

Parágrafo único. É responsabilidade da Diretoria de Execuções a emissão de certidão de débito, o acompanhamento do parcelamento das multas previsto no parágrafo 1º do artigo 90, desta lei, bem como a atualização dos valores e o cálculo de juros moratórios.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL

Capítulo I

Da Sede e Composição

Art. 111. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem sede na Capital e jurisdição sobre o território do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O Tribunal poderá criar unidades administrativas descentralizadas e regionais, dentro do território do Estado, para o exercício da sua função institucional no controle dos Poderes Públicos estadual e municipal.

Art. 112. Integram o Tribunal de Contas:

I - o Tribunal Pleno;

II - as Câmaras;

III - a Presidência;

IV - a Vice-Presidência;

- V - a Corregedoria Geral;
- VI - os Conselheiros;
- VII - os Auditores;
- VIII - o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;
- IX - o Corpo Instrutivo, composto pelo Quadro de Pessoal do Tribunal.

Capítulo II

Do Tribunal Pleno

Art. 113. O Tribunal Pleno, órgão máximo de deliberação, será dirigido pelo Presidente e terá seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente, em caso de ausência ou impedimento, será substituído, sucessivamente, pelo Vice-Presidente do Tribunal, ou pelo Conselheiro mais antigo.

Art. 114. Para o funcionamento do Tribunal Pleno, é indispensável a presença do Presidente ou seu substituto, e de mais seis de seus membros, computando-se, para esse efeito, os Auditores regularmente convocados, ressalvadas as hipóteses de quórum qualificado, previstas nesta lei e no Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 115. Quando exigido o quórum qualificado para a deliberação, será necessária, para a instalação da sessão, a presença de, pelo menos 4 (quatro) Conselheiros efetivos, além do Presidente e para a aprovação da matéria, o voto favorável de, no mínimo, 3 (três) Conselheiros efetivos.

Art. 116. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno e nesta lei, compete ao Tribunal Pleno, originariamente:

- I - emitir Parecer Prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado;
- II - julgar as contas prestadas anualmente pelos chefes dos órgãos do Poder Legislativo Estadual, do Poder Judiciário Estadual e do Ministério Público;
- III - julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas;
- IV - responder às consultas que lhe forem formuladas;
- V - apreciar e julgar as denúncias e representações;
- VI - julgar os Recursos de Revista, de Revisão e os Pedidos de Rescisão;
- VII - julgar os Embargos de Declaração e os Agravos opostos à deliberação de sua competência originária;
- VIII - decidir sobre prejudgados e incidentes de inconstitucionalidades, uniformizar a jurisprudência do Tribunal e expedir súmulas sobre matéria de sua competência, conforme regulamentado em Regimento Interno;

IX - aprovar a solicitação ao Poder Executivo de intervenção nos municípios, nos termos do artigo 20, parágrafo 1º, da Constituição Estadual;

X - aplicar as penalidades propostas pela Comissão Disciplinar;

XI - dar posse ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Corregedor Geral, aos Conselheiros e ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, bem como, atestar-lhes o exercício nos respectivos cargos;

XII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno e demais Resoluções, observado o disposto no artigo 115 desta lei, assim como decidir sobre as dúvidas suscitadas na sua aplicação;

XIII - elaborar e aprovar o encaminhamento ao Poder Legislativo de proposta para fixação de vencimentos dos Conselheiros e Auditores;

XIV - elaborar e aprovar o encaminhamento ao Poder Legislativo de proposta de criação, transformação e extinção de cargos e funções do quadro de pessoal do Tribunal, bem como a fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso XII, entende-se por Resolução os atos de caráter normativo, que têm por objeto a regulamentação desta lei, com observância obrigatória pelo próprio Tribunal e seus jurisdicionados.

Capítulo III

Das Câmaras

Art. 117. O Tribunal de Contas dividir-se-á em duas Câmaras deliberativas, compostas cada uma por 3 (três) Conselheiros, com exclusão do Presidente do Tribunal de Contas.

§ 1º A Primeira Câmara será presidida pelo Vice-Presidente do Tribunal e, a Segunda Câmara, pelo Conselheiro mais antigo, adotando-se, para substituição em caso de falta ou impedimento, a ordem de antiguidade dos Conselheiros no Tribunal, dentro de cada Câmara.

§ 2º O Presidente de cada Câmara, além de relatar e votar os processos de sua pauta participará da votação de todas as matérias, nos termos do Regimento Interno.

§ 3º O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas integrará obrigatoriamente as Câmaras, através do seu Procurador-Geral ou por Procuradores especialmente designados.

§ 4º Cada Câmara terá um Secretário, a quem competirá preparar a pauta e encaminhá-la à Diretoria Geral, elaborando as atas, dentre outras atribuições a serem previstas no Regimento Interno.

Art. 118. Para o funcionamento da Câmara, é indispensável a presença do Presidente ou seu substituto, e de mais dois de seus membros, computando-se, para esse efeito, os Auditores.

Art. 119. A composição e o funcionamento das Câmaras serão regulamentados pelo Regimento Interno.

Capítulo IV

Do Presidente, do Vice-Presidente e Corregedor Geral

Art. 120. Os Conselheiros elegerão o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral do Tribunal, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.

§ 1º A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na última sessão plenária e ordinária da primeira quinzena do mês de dezembro do último ano do mandato, exigindo-se, sempre, a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos.

§ 2º No caso de vaga eventual, a eleição realizar-se-á em sessão plenária e ordinária, até 30 (trinta) dias após a vacância e obedecido o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º Caberá ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, além das demais atribuições previstas pelo Regimento Interno.

§ 4º O eleito para vaga eventual completará o tempo de mandato anterior.

§ 5º Não se procederá a nova eleição se ocorrer vaga dentro de 60 (sessenta) dias anteriores ao término do mandato.

§ 6º A eleição do Presidente precederá a do Vice-Presidente, e a deste, a do Corregedor-Geral.

§ 7º Considerar-se-ão eleitos Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, os Conselheiros que, no respectivo escrutínio, obtiverem maioria absoluta dos votos.

§ 8º No caso de não haver maioria absoluta de sufrágios, proceder-se-á a novo escrutínio, prevalecendo, neste caso, o critério da maioria relativa.

§ 9º No caso de empate, proceder-se-á novo escrutínio, e, persistindo o empate, dar-se-á, como eleito, o mais antigo no cargo de Conselheiro ou de mais idade, se tiverem a mesma Antigüidade.

§ 10 Somente os Conselheiros efetivos, ainda que licenciados, ou em gozo de férias, poderão tomar parte nas eleições.

§ 11 Na primeira sessão plenária ordinária do exercício seguinte às eleições, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado.

Art. 121. Na ausência ou impedimento do Vice-Presidente, o Presidente será substituído pelo conselheiro mais antigo em exercício no cargo, excetuando-se o Corregedor Geral.

Art. 122. Competem ao Presidente, além de outras atribuições previstas nesta lei, no Regimento Interno ou em Resoluções, as seguintes:

I - dirigir e representar o Tribunal;

II - dar posse aos Auditores, membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e dirigentes de

seus órgãos e serviços auxiliares, na forma estabelecida no Regimento Interno;

III - encaminhar ao Poder Legislativo proposta para fixação de vencimentos dos Conselheiros e Auditores;

IV - encaminhar ao Poder Legislativo proposta de criação, transformação e extinção de cargos e funções do quadro de pessoal do Tribunal, bem como a fixação da respectiva remuneração.

V - expedir atos de nomeação, admissão, exoneração, remoção, dispensa, aposentadoria e outros atos relativos aos servidores do quadro de pessoal do Tribunal;

VI - diretamente ou por delegação, praticar os atos de administração orçamentária, financeira e patrimonial necessários ao funcionamento do Tribunal;

VII - encaminhar, trimestral e anualmente, à Assembléia Legislativa, relatório das atividades do Tribunal de Contas;

VIII - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo estadual as listas tríplices para escolha de Conselheiro, nos termos do artigo 127, inciso I desta lei.

Art. 123. Na ausência ou impedimento, o Vice-Presidente será substituído pelo conselheiro mais antigo em exercício no cargo.

Capítulo V

Da Corregedoria Geral

Art. 124. A Corregedoria Geral terá como titular o Corregedor-Geral na pessoa do conselheiro eleito para o cargo, com atribuições previstas nesta lei e no Regimento Interno.

Art. 125. Ao Corregedor-Geral do Tribunal, sem prejuízo de outras atribuições que venham a ser definidas pelo Regimento Interno, compete:

I - determinar correição, por iniciativa própria ou por solicitação do Presidente, na forma prevista em Regimento Interno, em todos os órgãos e unidades administrativas do Tribunal, emitindo a competente conclusão;

II - instaurar e presidir processo administrativo disciplinar tanto contra o corpo técnico como contra membro do Tribunal de Contas precedido ou não de sindicância;

III - respeitadas as normas do Regimento Interno, elaborar instruções normativas para a organização de seus serviços internos e externos;

IV - receber, proceder a instrução e proferir decisões, inclusive de caráter cautelar ou preventivo em processos de representação, previsto na Lei 8666/93;

V - organizar os serviços de Ouvidoria do Tribunal de Contas, conforme estabelecido em Regimento Interno.

VI - Receber, por parte dos Conselheiros, Auditores e do Procurador-Geral, relatórios das atividades bimestrais, elaborando relatório contendo dados estatísticos do bimestre anterior, entre os quais, no mínimo: o

número de votos ou pareceres que cada um de seus membros, nominalmente indicado, proferiu com relator ou procurador; o número de feitos que lhe foram distribuídos no mesmo período; o número de processos que recebeu em consequência de pedido de vista; a relação dos feitos que lhe foram conclusos para voto, despacho e lavratura de acórdão, ou, para pareceres, ainda não devolvidos, embora decorridos os prazos legais, com as datas das respectivas conclusões.

VII - Elaborar, conforme ficar definido em Regimento Interno, relatórios de transparência e informação social sobre as atividades da Corregedoria, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo informações sobre os processos e feitos afetos à sua competência.

Parágrafo único. O Corregedor Geral será substituído, em seus impedimentos, pelo Conselheiro mais antigo em exercício no Tribunal.

Capítulo VI

Dos Conselheiros

Art. 126. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em número de sete, serão nomeados pelo Governador do Estado, observados os requisitos constitucionais e escolhidos:

I - três pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo um de livre escolha e dois, alternadamente, entre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antigüidade e merecimento, na forma estabelecida no artigo 127 desta lei.

II - quatro pela Assembléia Legislativa.

§ 1º Estando completo o quadro de conselheiros, segundo as normas constitucionais, as próximas vagas serão preenchidas segundo a origem do ocupante do cargo vago.

§ 2º Fica estabelecido que somente profissionais com bacharelado em Direito poderão concorrer às vagas a serem preenchidas por indicação da Assembléia Legislativa quando no uso de sua competência residual normativa.

Art. 127. Ocorrendo vaga de cargo de Conselheiro a ser provida por Auditor ou por membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o Presidente convocará sessão extraordinária para deliberar sobre a respectiva lista tríplice, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de ocorrência da vaga.

§ 1º O quórum para deliberar sobre a lista a que se refere o *caput* será de, pelo menos, 5 (cinco) Conselheiros efetivos incluindo o que presidir o ato.

§ 2º A lista tríplice obedecerá, alternadamente, ao critério de Antigüidade e merecimento.

§ 3º Quando o preenchimento da vaga deva obedecer ao critério da Antigüidade, caberá ao Presidente elaborar a lista tríplice, no caso de vaga a ser provida por

Auditor, e, ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas se o provimento for destinado a membro do Ministério Público, a ser submetida ao Tribunal de Pleno.

§ 4º No caso de vaga a ser preenchida segundo o critério de merecimento, o Presidente apresentará ao Plenário, conforme o caso, os nomes dos Auditores ou a lista sêxtupla dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que possuam os requisitos constitucionais, elaborada pelo Procurador Geral.

§ 5º Cada Conselheiro escolherá até 3 (três) nomes, se houver, de auditores ou de membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

§ 6º O Presidente chamará na ordem de Antigüidade, os Conselheiros, que colocarão na urna os votos contidos em invólucro fechado.

§ 7º Os três nomes mais votados, se houver, constarão da lista tríplice a ser encaminhada ao Governador do Estado.

§ 8º Na avaliação do merecimento serão considerados prioritariamente os trabalhos e as atividades especiais desenvolvidas no âmbito do Tribunal de Contas e os dados profissionais e acadêmicos de cada indicado, como anotado em ficha funcional.

Art. 128. Os Conselheiros terão as mesmas garantias, direitos, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, sendo-lhes estendidas, também, as mesmas causas de impedimento e suspeição previstas na lei processual, além daquelas estabelecidas no Capítulo IX desta Lei.

Capítulo VII

Dos Auditores

Art. 129. Os Auditores, em número de sete, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que satisfaçam os requisitos para o cargo de Conselheiro, após aprovação em concurso público, em que será exigido nível superior com pertinência temática às funções do Tribunal de Contas.

Art. 130. Os Auditores, mediante convocação prévia, substituirão os Conselheiros em seus impedimentos e ausências por motivo de licenças, férias, vacância do cargo ou outro afastamento legal.

§ 1º A sistemática de substituição será definida em Regimento Interno do Tribunal, observados critérios de rodízio, vedada a vinculação permanente entre auditor e conselheiro.

§ 2º Nos afastamentos legais de Conselheiros, inclusive o de férias cujo período não poderá ser inferior a 30 dias, os processos conclusos serão automaticamente redistribuídos ao Auditor substituto de Conselheiro, ao qual ficarão vinculados os processos que lhes forem distribuídos para relatar, mesmo depois de cessada a substituição.

§ 3º Os Auditores serão também convocados para substituir os Conselheiros, para efeito de quórum, inclusive durante as sessões, em razão de ausências declaradas ou impedimentos.

Art. 131. Os Auditores terão, quando em substituição a Conselheiro, as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, os de Juiz de Direito de última entrância.

Art. 132. O Auditor, quando não convocado para substituir Conselheiro, presidirá a instrução dos processos que lhe forem distribuídos, nos termos do Regimento Interno, relatando-os em Plenário com proposta de decisão a ser votada pelos integrantes do Plenário.

Art. 133. Aos Auditores aplicam-se as mesmas incompatibilidades, deveres, vedações e causas de impedimento e suspeição a que se submetem os Conselheiros.

Capítulo VIII

Das Disposições Comuns aos Conselheiros e Auditores

Art. 134. Os Conselheiros e Auditores poderão funcionar como juízo singular, naquelas matérias definidas em Regimento Interno, ressalvados os casos em que, por disposição legal ou constitucional, imponha-se a manifestação do Tribunal como órgão colegiado.

Art. 135. O Conselheiro e o Auditor, depois de empossados, somente perderão o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

Art. 136. Aos Conselheiros e Auditores aplicam-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, inclusive, no que diz respeito a direitos, vedações, impedimentos e obrigações.

Capítulo IX

Da Ética

Art. 137. Os membros do Tribunal de Contas observarão, no exercício de suas funções, os padrões éticos de conduta a elas inerentes, visando preservar e ampliar a confiança do público na integridade, objetividade, imparcialidade e no decoro da Administração Pública, devendo adotar os seguintes princípios:

I - lisura e probidade, inclusive no que concerne à relação entre suas atividades públicas e particulares;

II - decoro inerente ao exercício da função pública.

Parágrafo Único. Os membros do Tribunal de Contas organizarão suas atividades privadas de maneira a prevenir a ocorrência real, potencial ou aparente, de conflito com o interesse público, que prevalecerá sempre sobre o interesse privado.

Art. 138. Além dos impedimentos previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e no Código de Processo Civil, é vedado aos Membros do Tribunal de Contas:

I - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou quotista sem poder de voto ou participação majoritária;

II - exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, e sem remuneração;

III - manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos deliberativos, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério;

IV - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

V - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

VI - exercer a advocacia no Tribunal, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração;

VII - valer-se, em proveito próprio ou de terceiros, de informação privilegiada, ainda que após seu desligamento do cargo;

VIII - utilizar para fins privados servidores, bens ou serviços exclusivos da administração pública;

IX - discriminar subordinado e jurisdicionado por motivo político, ideológico ou partidário, de gênero, origem étnica, idade ou portador de necessidades especiais;

X - descuidar-se do interesse público, conforme expresso na Constituição Federal e nas leis do País;

XI - manifestar convicções políticas e partidárias em relação a indivíduos, grupos ou organizações;

XII - aceitar participar de conselhos ou comissões de órgãos ou entidades jurisdicionadas pelo Tribunal de Contas;

XIII - manifestar-se previamente sobre matéria sujeita à sua decisão ou de cujo processo decisório venha a participar;

XIV - aceitar participar de Conselhos, Comissões de entidades privadas que tenham por finalidade fins lucrativos ou exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, sem remuneração;

XV - participar, a qualquer título, de organizações do terceiro setor;

XVI - dedicar-se à atividade político-partidária, incluindo qualquer ato, manifestação individual ou coletiva, e aparição pública de conotação partidária ou eleitoral.

XVII - indicar para cargo em comissão cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral,

até segundo grau, exceto para nomeações em que o indicado seja detentor de cargo efetivo junto ao Tribunal de Contas;

XVIII - fica impedido o servidor efetivo do Tribunal de Contas e ou comissionado, seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até segundo grau, enquanto no exercício do cargo, de exercer qualquer atividade paralela de assessoramento e emissão de pareceres e, ainda, de ser titular, sócio ou exercer funções em escritórios técnicos que atuem na defesa dos interesses de municípios ou quaisquer outros entes públicos ou privados junto a este Tribunal, direta ou indiretamente, sujeitando-se às penas previstas no Estatuto do Servidor Público em caso de descumprimento do estabelecido.

Art. 139. São deveres dos Conselheiros:

I - cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e atos de ofício;

II - não exceder injustificadamente os prazos para prolação de votos, acórdãos, inclusão em pauta, encaminhamentos ou despachos interlocutórios e de mero expediente;

III - determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais;

IV - tratar com urbanidade os jurisdicionados, os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, os advogados, servidores e terceiros, e atender aos que os procurarem, a qualquer momento, quando se trate de providência que reclame e possibilite solução de urgência;

V - comparecer pontualmente à hora de iniciar-se o expediente ou sessão, e não se ausentar injustificadamente antes de seu término;

VI - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados;

VII - manter conduta irrepreensível na vida pública e particular, velando pela autoridade da judicatura;

VIII - portar-se com lisura e probidade, inclusive no que concerne à relação entre suas atividades públicas e particulares;

IX - organizar suas atividades privadas de maneira a prevenir a ocorrência real, potencial ou aparente, de conflito com o interesse público, que prevalecerá sempre sobre o interesse privado;

X - zelar incondicionalmente pela coisa pública;

XI - declarar-se suspeito ou impedido na forma da lei processual, sob as penalidades de lei, pela omissão verificada;

XII - não perceber vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvadas aquelas sujeitas às normas de reciprocidade, oferecidas às autoridades estrangeiras;

XIII - informar, na forma da Lei Federal nº 8.730/93, sua situação patrimonial, além da Declaração de Bens e Rendas.

XIV - não opinar publicamente sobre a honorabilidade e o desempenho funcional de outra autoridade pública;

XV - não criticar ou emitir juízo, publicamente, sobre voto ou decisão de seus pares;

XVI - ser leal, respeitoso, solidário, cooperativo e cortês;

XVII - defender a competência da Instituição de Controle Externo;

XVIII - denunciar quaisquer atos ou fatos que venha sofrer ou conhecer que protelem a decisão dos feitos, limitem sua independência ou criem restrições à sua atuação;

XIX - desempenhar suas atividades com honestidade, objetividade, diligência, imparcialidade, independência, dignidade e dedicação;

XX - denunciar qualquer infração a preceito desta lei da qual tiver conhecimento;

XXI - manter boa conduta;

XXII - manter, no Tribunal de Contas, a ordem das sessões plenárias e reuniões administrativas;

XXIII - não atuar como preposto ou procurador em processo do qual tenha participado em razão do cargo;

XXIV - zelar pela celeridade de tramitação dos processos e pelo cumprimento desta lei.

Art. 140. É vedado ao membro do Tribunal de Contas exercer suas funções nos processos de qualquer natureza que envolva:

I - sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado do qual o Estado mantenha o controle acionário, concessionária de serviço público, fundações e autarquias de que tenha sido dirigente, cotista ou empregado;

II - município em que seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, seja detentor de mandato eletivo ou que tenha obtido 01 % (hum por cento) ou mais de votos, seja qual for o mandato eletivo, de cada colégio eleitoral, considerando os resultados oficiais divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral;

III - órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual ou municipal, em que seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seja dirigente;

IV - gestor, responsável, denunciante, denunciado, interessado ou advogado que seja seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau.

§ 1º No caso do inciso I, o conselheiro impedido não poderá relatar nem votar no julgamento do processo, pelo prazo de 4 (quatro) anos, após seu desligamento.

§ 2º O impedimento deverá ser declarado de ofício pelo Conselheiro ou Auditor, quando em substituição, caracterizando a não declaração cometimento de falta grave.

§ 3º Quando não declarado de ofício, o impedimento poderá ser suscitado por qualquer Conselheiro, Auditor, quando em substituição, representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, responsável ou interessado no processo e ainda qualquer pessoa do povo, e da decisão que o reconhecer será dado conhecimento ao Ministério Público Estadual e à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 4º O impedimento de membro do Tribunal de Contas previsto neste artigo incidirá inclusive em períodos de eleições, caso em que, a partir do registro de candidatura, de seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o segundo grau, serão adotados os critérios referente ao último pleito eleitoral, para fins de apuração das quantidades de votos recebidos; na hipótese de candidatura a reeleição, considerar-se-ão os dados da última eleição.

§ 5º Na hipótese de candidato sem mandato eletivo, o registro da candidatura de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até segundo grau do membro do Tribunal de Contas, ficará o mesmo impedido de exercer suas funções desde o momento em que for concedido o registro da candidatura a cargo eletivo, cessando o período de suspensão com a realização das eleições.

§ 6º Se houver denúncia, que deve ser recebida ou denegada no prazo improrrogável de 5 dias, de que os Impedimentos previstos neste artigo foram violados, o Membro do Tribunal de Contas ficará afastado de suas funções até que seja concluído o procedimento administrativo que apurará a sua responsabilidade.

§ 7º Em sendo aprovada denúncia pela Assembléia, o Conselheiro do Tribunal de Contas será afastado liminarmente até que seja concluído o procedimento administrativo que apurará a responsabilidade.

Art. 141. Não podem ocupar, simultaneamente, cargos de Conselheiro, parentes consanguíneos ou afins, na linha reta ou na colateral, até o segundo grau.

Parágrafo único. A incompatibilidade decorrente da restrição imposta no *caput* deste artigo resolve-se:

I - antes da posse, contra o último nomeado ou contra o mais moço, se nomeados na mesma data;

II - depois da posse, contra o que lhe deu causa;

III - se a ambos imputável, contra o que tiver menos tempo de exercício no Tribunal.

Capítulo X

Da Comissão de Ética e Disciplinar

Art. 142. A Comissão Disciplinar, destinada ao recebimento e instauração de processo administrativo contra os Membros do Tribunal de Contas, será composta pelo Vice-Presidente, pelo Conselheiro mais antigo, pelo Procurador Geral e pelo Corregedor-Geral, que a presidirá.

Art. 143 - Compete à Comissão de Ética:

I - receber denúncias, de qualquer cidadão ou entidade, devidamente fundamentadas, contra membro(s) do Tribunal de Contas, devendo ser mantido sigilo quanto à identidade do denunciante;

II - instruir processos disciplinares contra os membros do Tribunal de Contas;

III - dar parecer sobre a adequação das imposições que tenham por objeto matéria de sua competência;

IV - propor ao Tribunal Pleno a aplicação das penalidades, na forma desta lei;

V - propor projetos de lei e resoluções atinentes à matéria de sua competência, visando manter a unidade desta lei;

VI - zelar pela aplicação desta lei e da legislação pertinente e pela imagem do Tribunal de Contas.

VII - zelar pelo cumprimento dos ditames previstos no artigo 141, e dar conhecimento aos órgãos enumerados das informações previstas no parágrafo 3º do referido artigo.

Art. 144. Aos integrantes da Comissão de Ética compete:

I - manter discrição e sigilo sobre a matéria inerente à sua função;

II - participar de todas as reuniões da Comissão, exceto por motivo previamente justificado ao seu Presidente.

Parágrafo Único. O membro da Comissão que transgredir qualquer dos preceitos deste Código será automaticamente desligado da Comissão e substituído, até a apuração definitiva dos fatos, sendo vedada a sua indicação ou recondução quando penalizado em virtude da transgressão das normas de ética estabelecidas por esta lei.

Seção I

Do Processo Ético

Art. 145 - O processo ético será instaurado de ofício ou por representação fundamentada, acompanhado da documentação com a qual pretende provar o alegado e, se for o caso, arrolando testemunhas, limitadas a três.

Art. 146 - Precederá à instauração, a audiência do interessado, que, intimado, apresentará defesa prévia, querendo, no prazo, improrrogável, de quinze dias, por si ou por advogado legalmente habilitado.

§ 1º Acolhida preliminarmente a defesa, o processo será arquivado, não podendo, pelos mesmos motivos, ser reaberto.

§ 2º Desacolhida a defesa prévia, será instaurado o processo, intimando-se o interessado para apresentar defesa, especificando as provas que pretenda produzir.

§ 3º Produzidas as provas, no prazo de quinze dias será o processo relatado pelo seu Presidente e julgado em sessão reservada do Tribunal Pleno.

§ 4º Da decisão caberá recurso inominado com efeito suspensivo, a ser interposto, no prazo de quinze dias, contados da intimação pessoal, e dirigido à Comissão de Ética.

§ 5º Na hipótese de processo ético iniciado de ofício pela Comissão de Ética, deverá a mesma recorrer da decisão Plenária, quando condenatória, devendo ser intimado o interessado para no prazo de 15 dias apresentar defesa, com juntada de documentos.

Art. 147. A violação das normas estipuladas no Código de Ética Disciplinar e nesta lei acarretará, conforme o ato e a gravidade da violação as sanções previstas no Estatuto dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo deverão ser anotadas na ficha funcional, sem qualquer outra formalidade.

§ 2º É vedada a expedição de certidão da penalidade aplicada, salvo quando requerida pelo próprio interessado ou, devidamente justificada, por autoridade pública para instrução de processo.

§ 3º Havendo reincidência no cometimento de infração que acarrete quaisquer das sanções previstas neste artigo, o processo deverá ser automaticamente encaminhado, em caráter sigiloso, à Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público Estadual.

Capítulo XI

Do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Art. 148. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ao qual se aplicam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, é integrado por onze procuradores, sendo chefiado pelo Procurador-Geral escolhido pelo Governador do Estado em lista tríplice formada entre seus membros, para mandato de dois anos, permitida uma recondução pelo mesmo processo.

§ 1º O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, dentre bacharéis de direito, que possuam, no mínimo, 3 (três) anos de atividade jurídica regularmente comprovada, observada nas nomeações a ordem de classificação.

§ 2º Após a posse, será de 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo, o período do estágio probatório.

§ 3º Considera-se atividade jurídica, para o fim estabelecido no parágrafo primeiro deste artigo, dentre outras estabelecidas pela Comissão de Concurso, o exercício das seguintes funções e a participação nos cursos de que trata a alínea m deste parágrafo:

- a) membro da Magistratura;
- b) membro de Ministério Público;
- c) advogado;
- d) procurador da União, do Estado ou do município;

e) procurador de pessoas jurídicas de direito público ou privado (autarquias, fundações, sociedades de economia mista);

f) delegado de polícia;

h) serventuário da Justiça;

i) professor universitário da área jurídica;

j) assessor ou consultor jurídico de órgão público ou privado;

l) estagiário do Ministério Público, do Poder Judiciário, de advocacia ou de procuradorias.

m) a participação em cursos de aperfeiçoamento jurídico, pós graduação, mestrado e doutorado.

Art. 149. Competem ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução:

I - promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário;

II - comparecer às sessões do Tribunal e dizer do direito, verbalmente ou por escrito, em todos os processos sujeitos à deliberação do Tribunal, sendo obrigatória a sua manifestação sobre preliminares e sobre o mérito, nos processos consulta, incidentes, prestação e tomada de contas, nos concernentes à fiscalização de atos e contratos e de apreciação dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, bem como nas denúncias e representações;

III - manifestar-se em recursos e pedidos de rescisão de julgado, bem como, nos incidentes de uniformização de jurisprudência, incidente de inconstitucionalidade e na formação de prejudgados e entendimentos sumulados;

IV - velar supletivamente pela execução das decisões do Tribunal, promovendo as diligências e atos necessários junto às autoridades competentes, para que a Fazenda Pública receba importâncias atinentes às multas, alcance, restituição de quantias e outras imposições legais, objeto de decisão do Tribunal;

V - elaborar seu Regimento Interno, observadas as especificidades de suas competências;

VI - interpor os recursos permitidos em lei;

VII - interpor o pedido de rescisão.

Art. 150. Compete ao Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas:

I - chefiar o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

II - delegar atribuições a membro do quadro de Procuradores, e aos servidores integrantes do serviço administrativo do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

III - solicitar nova audiência ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos processos submetidos a julgamento;

IV - propor ao Presidente medidas administrativas de interesse do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

V - expedir instruções e atos disciplinando as atividades administrativas dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e dos servidores lotados na respectiva unidade, conforme artigo 151, desta lei;

VI - solicitar diárias, e encaminhar os pedidos de licença, férias, ou autorização para afastamento de membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e de servidores lotados na respectiva unidade;

VII - encaminhar ao Presidente a lista sêxtupla, de que trata o parágrafo 4º do artigo 127, e ao Governador do Estado a lista tríplice de que trata o parágrafo 3º do artigo 128 desta lei

Parágrafo único. Em caso de vacância, impedimentos ou ausência por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, o Procurador-Geral será substituído pelo Procurador que designar para a função, e, na ausência deste, pelo procurador mais antigo em exercício, sendo assegurado, nestas substituições, os vencimentos do cargo exercido.

Art. 151. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná contará com apoio administrativo e de pessoal do quadro do Tribunal.

Art. 152. Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas aplicam-se o art. 130 da Constituição da República e, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo-lhes vedado atribuições de representação judicial.

§ 1º Aplicam-se aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas as vedações contidas nos capítulos IX e X desta lei.

§ 2º Ao Procurador-Geral é assegurado idêntico tratamento jurídico e protocolar dispensado aos Conselheiros, assegurando-lhe o mesmo vencimento de Conselheiro.

Capítulo XII

Do Corpo Instrutivo

Seção I

Das Atribuições

Art. 153. Ao Corpo Instrutivo é atribuído o exercício das atividades operacionais necessárias ao desempenho da função institucional do Tribunal de Contas, na forma do estabelecido no Regimento Interno.

§ 1º O Regimento Interno definirá os segmentos administrativos que comporão a estrutura organizacional de que trata este artigo.

§ 2º As unidades técnicas integrantes do Corpo Instrutivo, sob a coordenação da Diretoria Geral, subordinam-se diretamente ao Gabinete da Presidência, sendo

vedada a sua vinculação aos Gabinetes de Conselheiros e respectivos titulares.

§ 3º Como ficar estabelecido em Regimento Interno, poderá a fiscalização estadual ser descentralizada por Inspetorias, superintendidas por Conselheiros, ficando estabelecido na organização interna obrigatoriamente:

I - meios de divulgação, na publicação oficial do Tribunal de Contas e por meio eletrônico, dos relatórios quadrimestrais ou outro que venha substituir os atuais, elaborados pelas respectivas Inspetorias de Controle Externo;

II - encaminhamento, para fins de controle externo, dos relatórios periódicos de fiscalização, à Assembléia Legislativa;

III - atendimento às solicitações a serem encaminhadas pela Assembléia Legislativa, como estabelecido nesta lei;

IV - relatórios das impugnações de despesas, representações e outras medidas adotadas pela respectiva Inspetoria;

V - divulgações das auditorias e trabalhos específicos elaborados por cada Inspetoria de Controle Externo.

Seção II

Do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

Art. 154. Os cargos do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, nos termos do Anexo I, desta lei, são de provimento efetivo, cuja investidura depende de aprovação prévia em concurso público, observados os requisitos de escolaridade e demais exigências legais.

Parágrafo único - No mínimo dois terços das unidades técnicas integrantes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná na atividade fim de controle externo, como ficar estabelecido em Regimento Interno, serão dirigidas por Diretores, Inspetores e/ou Coordenadores nomeados dentre os ocupantes de cargos efetivos e de nível superior das carreiras técnicas do Tribunal.

Art. 155. A progressão funcional se dará mediante avaliação de desempenho, observados os critérios a serem estabelecidos em Plano de Cargos e Salários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aplicando-se subsidiariamente as normas pertinentes estabelecidas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

Art. 156. Ao servidor do Tribunal de Contas é vedada a prestação de serviços particulares de consultoria ou assessoria a órgãos ou entidades sujeitos à sua jurisdição, bem como promover, ainda que indiretamente, a defesa dos administradores e responsáveis referidos no artigo 3º, desta lei.

Art. 157. Os servidores do Tribunal de Contas poderão ser cedidos a Poderes, Órgãos e Unidades da Administração Direta e Indireta da União, Estado ou do

Município, por ato da Presidência e respeitada a legislação vigente, na forma prevista no Regimento Interno.

Parágrafo único. Os servidores do Tribunal cedidos na forma disciplinada no *caput* deste artigo, quando do seu retorno, ficam impedidos de atuar em processos oriundos dos Poderes, Órgãos e Unidades da Administração Estadual ou Municipal para os quais prestaram serviço, referentes ao período da gestão em que ocorreu a cessão.

Art. 158. Ao servidor, no exercício de suas atividades fiscalizatórias, são asseguradas as seguintes prerrogativas:

I - livre ingresso em órgãos e entidades, incluindo o acesso a todos os documentos e informações necessários à realização do seu trabalho;

II - competência para requerer, nos termos do Regimento Interno, aos responsáveis pelos órgãos e entidades objetos de inspeções, auditorias e diligências, as informações e documentos necessários para a instrução de processos e relatórios de cujo exame esteja expressamente encarregado por sua chefia imediata.

Capítulo XIII

Controle Interno do Tribunal de Contas

Art. 159. O Tribunal de Contas manterá Sistema de Controle Interno com a finalidade de:

I - acompanhar e avaliar o cumprimento da programação das atividades das atividades e projetos;

II - apreciar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial quanto à legitimidade, à legalidade, à eficiência e à eficácia;

III - subsidiar a elaboração de relatórios gerais e informativos previstos nesta lei, inclusive para encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Art. 160. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, de imediato, à Presidência e à Corregedoria Geral sob pena de responsabilidade solidária, indicando as medidas administrativas necessárias para a correção da falha ou ilícitos encontrados.

TÍTULO IV

FISCALIZAÇÃO A SER EXERCIDA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Art. 161. Ao Tribunal de Contas, no exercício do controle externo, compete:

I - realizar por iniciativa da Assembléia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes do Estado e dos Municípios, e nas entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público;

II - prestar, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa ou por suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

III - emitir pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida à sua apreciação pela comissão técnica ou de inquérito;

IV - auditar, por solicitação da Assembléia Legislativa, de comissão, a que se refere o inciso IV, do artigo 76, da Constituição Estadual, projetos e programas autorizados na Lei Orçamentária Anual do Estado, avaliando os seus resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade.

V - comunicar, no prazo de (30) trinta dias, à Assembléia Legislativa as impugnações de atos e despesas, propostas pelas Inspetorias do Tribunal, expondo os motivos e fundamentos legais, após o julgamento pelo órgão colegiado, exceto em caso de requerimento expresso da Assembléia Legislativa, relativo a fato específico.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas dará prioridade, na forma estabelecida no Regimento Interno, à matéria de que trata este artigo.

Art. 162. Os trabalhos de auditoria e inspeção, de natureza operacional, independentemente de eventuais responsabilizações, após a aprovação do respectivo relatório pelo órgão colegiado, decorrido os prazos recursais, serão encaminhados à Assembléia Legislativa, para subsidiar as suas atividades de controle do Poder Público, nos termos previstos em Regimento Interno.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 163. Os Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas têm prazo de (30) trinta dias, a partir da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, prorrogável por igual período, mediante solicitação escrita, para posse e exercício no cargo.

Art. 164. Os mandatos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral deste Tribunal, a partir da eleição de dezembro de 2006, cuja posse ocorrerá em 2007, serão bienais.

Parágrafo único. A vedação de reeleição de que trata o artigo 122, não se aplica aos eleitos em dezembro de 2005, cuja posse ocorrerá em 2006.

Art. 165. As atas das sessões e demais decisões do Tribunal serão publicadas na íntegra, no órgão de divulgação oficial do Tribunal e, subsidiariamente, no site do Tribunal na internet.

Art. 166. Os atos oficiais do Tribunal de Contas serão publicados gratuitamente no periódico próprio instituído pela Lei Estadual nº 14.704, de 01 de junho de 2005.

Art. 167. O Regimento Interno do Tribunal somente poderá ser aprovado e alterado pelo voto de, no mínimo, 5 (cinco) Conselheiros, vedada neste caso a substituição.

Art. 168. O Tribunal de Contas poderá firmar Acordos de Cooperação com outros Tribunais, organismos nacionais e internacionais e demais entidades cujos fins sejam correlatos.

Art. 169. Ficam mantidas as disposições provimentais que não conflitem com a presente lei, nos termos previstos em Regimento Interno.

Art. 170. O Tribunal enviará nos prazos previstos em legislação específica, no Regimento Interno e em Resoluções, ao Tribunal Regional Eleitoral, a lista contendo o nome dos responsáveis, cujas contas houverem sido julgadas irregulares, em decisão transitada em julgada, para fins de declaração de inelegibilidade.

Art. 171. Os prazos previstos nesta lei aplicam-se aos processos protocolados no Tribunal a partir da data da vigência desta lei.

Art. 172. O Conselho Superior será extinto na data de instalação das Câmaras.

Parágrafo único. Na mesma data, fica transformado o cargo de Assessor Jurídico do Conselho Superior, símbolo DAS-3 em Secretário de Câmara, símbolo DAS-3 e extintos os cargos de Secretário de Sessão, DAS-5 e Assessor Técnico do Conselho Superior, símbolo 1-C, e criado um cargo de Secretário de Câmara, símbolo DAS-3.

Art. 173. Ficam extintos os cargos de Consultor Técnico e de Consultor Jurídico.

§ 1º Os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* integrarão quadro em extinção.

§ 2º Ficam criados 1 (um) cargo de Assessor de Engenharia Ambiental - AE, 4 (quatro) de Programador Analista - PA, que serão providos quando extintas as vagas a que se referem o parágrafo anterior, na medida das disponibilidades orçamentárias e na mesma proporção financeira.

§ 3º A progressão na carreira de Assessor de Engenharia Ambiental - AE dar-se-á do nível AE 01 ao nível G 11.

Art. 174. Ficam criados 20 (vinte) cargos de Técnico de Controle Contábil - TCC, 6 (seis) cargos de Assessor Jurídico - AJ e 2 cargos em comissão de assessor

jurídico - AJ, símbolo DAS-3, estes últimos lotados no Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixado o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da entrada em vigor da presente lei para provimento dos referidos cargos e para o início da realização de concurso público para o provimento dos cargos onde houver necessidade.

Art. 175. Ficam criadas as Coordenadorias de Planejamento e a Coordenadoria de Auditoria em Operações de Créditos Internacionais do Tribunal de Contas, nos termos desta lei e do Regimento Interno, atribuindo aos cargos de Coordenadores, símbolo DAS-3, fixando o prazo improrrogável de 60 dias da entrada em vigor da presente lei para o provimento dos referidos cargos e para o início da realização de concurso público para o provimento dos cargos onde houver necessidade.

Art. 176. A remuneração máxima dos servidores que compõem o quadro de pessoal do Tribunal de Contas, ativos e inativos, percebida a qualquer título, não poderá exceder o subsídio do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 177. As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 178. O Tribunal aprovará em 90 (noventa) dias, da data da vigência desta lei, o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. Caso não aprovado no prazo acima fixado, caberá a Presidência a regulamentação, *ad referendum* da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no prazo de trinta dias.

Art. 179. Ficam mantidas as disposições normativas que não conflitem com a presente lei.

Art. 180. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei nº 5.615, de 11 de agosto de 1967, a Lei nº 6.473 de 31 de outubro de 1973, a Lei nº 8.082, de 28 de maio de 1985, Lei nº 8.746, de 25 de março de 1988, a Lei nº 13.983, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 7.077, de 03 de janeiro de 1979, 11.508, de 06 de setembro de 1996 os artigos 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 9º, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Lei nº 9.436, de 09 de novembro de 1990.

Sala da Comissões, em 08 de novembro de 2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 562/2005, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos de titularidade do FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 562/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os créditos de titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A, ajuizados ou não, poderão ser dispensados ou parcelados, nos termos previstos nesta lei.

Art. 2º Os contratos em situação de inadimplência poderão ser repactuados, recalculando-se novo saldo devedor, mediante correção monetária com base na Taxa Referencial - TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, excluídas quaisquer penalidades e encargos acessórios, a partir da primeira inadimplência.

Art. 3º Os contratos poderão ser repactuados adotando-se o valor nominal atualizado.

Parágrafo único. Para os mutuários signatários de contratos com apenas um bem, em situação de inadimplência ou não, o valor do mesmo será reduzido ao valor do bem atualizado até a data da assinatura do contrato de repactuação, considerada a efetiva depreciação do bem.

Art. 4º Os benefícios previsto nesta lei aplicam-se somente aos mutuários cujo somatório dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 5º Os mutuários cujos somatórios dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) estarão dispensados do pagamento da integridade de sua dívida.

Art. 6º Para liquidação integral de dívidas em uma única parcela, os mutuários farão jus à dispensa de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor nominal atualizado ou recalculado.

Art. 7º Nas situações de dispensa e liquidação integral de dívidas, nos termos deste artigo, de operação que não sejam objeto de demanda judicial, o processamento competirá à Agência de Fomento do Paraná S/A, independente de qualquer deliberação.

Art. 8º Nos casos de parcelamento de dívida, vedada a concessão de carência, haverá a dispensa progressiva do saldo devedor nominal atualizado ou recalculado, consoante o número de parcelas, nos seguintes percentuais:

I - entre 2 (duas) e 6 (seis) parcelas com dispensa de 40% (quarenta por cento);

II - entre 7 (sete) e 16 (dezesesseis) parcelas, com dispensa de 35% (trinta e cinco por cento);

III - entre 17 (dezesete) e 26 (vinte e seis) parcelas, com dispensa de 30% (trinta por cento);

IV - entre 27 (vinte e sete) e 36 (trinta e seis) parcelas, com dispensa de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 9º A competência para deferir dispensa e liquidação integral de dívidas de operações que sejam objeto de demanda judicial, bem como parcelamento, e da Diretoria da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 10. A concessão dos benefícios de que trata esta lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada à comprovação do pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios deverão ser pagos, parceladamente, em tantas quantas concedidas para o pagamento do crédito parcelado.

Parágrafo único. Ficam limitados em 4% (quatro por cento) os respectivos honorários advocatícios.

Art. 11. Os créditos objeto de parcelamento sujeitar-se-ão à incidência de correção monetária com base na Taxa Referencial - TR acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano.

Art. 12. O pedido de parcelamento implica na confissão irrevogável e irretratável dos débitos, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito.

Parágrafo único. Para os mutuários considerados pequenos produtores rurais, com propriedade com até 6 (seis) módulos rurais, e estando a mesma em garantia do contrato, esta será levantada sem exigência de substituição. O mesmo ocorrendo para os mutuários signatários de contratos, com apenas 1 (um) bem.

Art. 13. O não pagamento de três parcelas sucessivas, nos prazos fixados, importará na imediata revogação do parcelamento, com o retorno ao estado anterior da dívida, e na exigência integral do crédito, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 14. Os parcelamentos em curso poderão ser rescindidos, a pedido do interessado, para que ocorra novo parcelamento nos termos da presente lei, não tendo o mutuário direito de restituição ou compensação das importâncias já recolhidas.

Parágrafo único. A rescisão de que trata este artigo implicará na perda dos benefícios anteriormente concedidos.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 563/2005, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos, ajuizados ou não, de titularidade do Estado do Paraná, por ocasião da privatização do Banestado.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 563/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os créditos de titularidade do Estado do Paraná adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A, ajuizados ou não, poderão ser dispensados ou parcelados, nos termos previstos nesta lei.

Art. 2º Os contratos em situação de inadimplência poderão ser repactuados, recalculando-se novo saldo devedor, mediante correção monetária com base na Taxa Referencial - TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, excluídas quaisquer penalidades e encargos acessórios, a partir da primeira inadimplência.

Art. 3º Os contratos poderão ser repactuados adotando-se o valor nominal atualizado.

Parágrafo único. Para os mutuários signatários de contratos com apenas um bem, em situação de inadimplência ou não, o valor do mesmo será reduzido ao valor do bem atualizado até a data da assinatura do contrato de repactuação, considerada a efetiva depreciação do bem.

Art. 4º Os benefícios previsto nesta lei aplicam-se somente aos mutuários cujo somatório dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 5º Os mutuários cujos somatórios dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) estarão dispensados do pagamento da integridade de sua dívida.

Art. 6º Para liquidação integral de dívidas em uma única parcela, os mutuários farão jus à dispensa de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor nominal atualizado ou recalculado.

Art. 7º Nas situações de dispensa e liquidação integral de dívidas, nos termos deste artigo, de operação que não sejam objeto de demanda judicial, o processamento competirá à Agência de Fomento do Paraná S/A, independente de qualquer deliberação.

Art. 8º Nos casos de parcelamento de dívida, vedada a concessão de carência, haverá a dispensa progressiva do saldo devedor nominal atualizado ou recalculado, consoante o número de parcelas, nos seguintes percentuais:

I - entre 2 (duas) e 6 (seis) parcelas com dispensa de 40% (quarenta por cento);

II - entre 7 (sete) e 16 (dezesesseis) parcelas, com dispensa de 35% (trinta e cinco por cento);

III - entre 17 (dezesete) e 26 (vinte e seis) parcelas, com dispensa de 30% (trinta por cento);

IV - entre 27 (vinte e sete) e 36 (trinta e seis) parcelas, com dispensa de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 9º A competência para deferir dispensa e liquidação integral de dívidas de operações que sejam objeto de demanda judicial, bem como parcelamento, e da Diretoria da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 10. A concessão dos benefícios de que trata esta lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada à comprovação do pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios deverão ser pagos, parceladamente, em tantas quantas concedidas para o pagamento do crédito parcelado.

Parágrafo único. Ficam limitados em 4% (quatro por cento) os respectivos honorários advocatícios.

Art. 11. Os créditos objeto de parcelamento sujeitar-se-ão à incidência de correção monetária com base na Taxa Referencial - TR acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano.

Art. 12. O pedido de parcelamento implica na confissão irrevogável e irretratável dos débitos, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito.

Parágrafo único. Para os mutuários considerados pequenos produtores rurais, com propriedade com até 6 (seis) módulos rurais, e estando a mesma em garantia do contrato, esta será levantada sem exigência de substituição. O mesmo ocorrendo para os mutuários signatários de contratos, com apenas 1 (um) bem.

Art. 13. O não pagamento de três parcelas sucessivas, nos prazos fixados, importará na imediata revogação do parcelamento, com o retorno ao estado anterior da dívida, e na exigência integral do crédito, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 14. Os parcelamentos em curso poderão ser rescindidos, a pedido do interessado, para que ocorra novo parcelamento nos termos da presente lei, não tendo o mutuário direito de restituição ou compensação das importâncias já recolhidas.

Parágrafo único. A rescisão de que trata este artigo implicará na perda dos benefícios anteriormente concedidos.

Art. 15. O disposto nesta lei não se aplica a pedidos de compensação de dívidas com precatórios requisitórios, previstos na Lei nº 14.606/2005.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação Cobra Coral, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 648/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate, do município de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na cidade de Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professor Pedro Leopoldo Bechkauser - ensino fundamental das séries iniciais e ensino especial, com sede e foro no município de Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Nós vamos analisar nesta Sessão, inicialmente, o Substitutivo Geral da CCJ. Em votação o Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado.**

Em votação o Projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 671/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Bom Samaritano de Francisco Beltrão, com sede e foro na comarca de Francisco Bel-

trão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, dispondo sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2005, de 29/03/2005, em Projeto de Lei, pág. 16).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 135/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, atende aos requisitos constitucionais do artigo 24, inciso IX e XII, além do artigo 208, inciso VII da Constituição Federal.

Portanto, matérias relacionadas à educação e programas de melhoria da saúde do educando são de competência desta Casa de Leis.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, ressaltando o artigo 9º da citada lei, que determina que *a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*. Assim, torna-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como a constante no artigo 4º do projeto de lei em análise.

Desta forma, o meu parecer é pela aprovação do projeto que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 135/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação.

Como fundamentação e justificativa apontou que as atuais características da educação pública têm afetado a saúde mental de professores e professoras em um número alarmante, conforme dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação Pública (CNTE) e APP-Sindicato.

Preliminarmente deve-se ressaltar que a função da promoção da Saúde e Assistência Social é de competên-

cia comum dos três entes federativos, conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 23, inciso II.

O projeto ora em análise busca contribuir instituindo ações a serem tomadas pelo Estado, de forma a informar e orientar os professores quanto aos riscos e formas de prevenção das doenças mentais a que estão expostos a categoria, principalmente através de campanhas informativas e atividades de capacitação desses profissionais. Tal projeto contribui para a melhoria das condições de saúde física e mental dos professores e professoras estaduais, além de minorar a ocorrência de tais malefícios e suas conseqüências, principalmente quanto à queda de produtividade e o afastamento das atividades docentes para tratamento de saúde, que prejudicam os alunos da Rede Pública de Educação.

Isto posto, somos favoráveis à regular tramitação da proposta.

Sala das Comissões, em 14.11.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 135/2005

P A R E C E R :

Trata-se o presente projeto de lei, de proposta do Deputado Ângelo Vanhoni, instituindo o Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação.

Adoto como parecer a parte expositiva da justificativa que acompanha o projeto de lei, concluindo pela sua total procedência, conveniência e oportunidade.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, estabelecendo critérios para criação do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM PARECER CONTRÁRIO DA CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2005, de 16/05/2005, em Projetos de Lei, pág. 15).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 274/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 274/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, estabelece critérios para a criação do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Estado do Paraná.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

A rede nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Células-Tronco Hematopoiéticas foi criada através da Portaria Ministerial nº 2.381 de 29 de setembro de 2004 do Ministério da Saúde.

A criação do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Paraná aumenta as chances de localizar doadores compatíveis com os pacientes que necessitam de transplantes de medula óssea, motivo pelo qual torna-se parte da política de saúde do Estado, vez que a não criação do Banco, torna o tratamento quase impossível, pela dificuldade de se localizar o doador.

Segundo Cláudia Lima Marques: “A Carta Magna de 1988 pode ser considerada, no que tange à saúde, uma constituição social, programática. O direito à saúde - direito subjetivo oponível ao Estado aparece em vários artigos da Constituição Federal (ex. art. 6º, 7º, XXII, 23, II, 24 XXII; 30, VII; 194; 196; 197, 198; 199; 200, I a VIII; 227, § 1º, I; 212, § 4º), porém destacam-se, especialmente, os arts. 196, 197 e 199 da CF de 1988.”

E sobre a dificuldade de implementação da Constituição, aduz ainda Cláudia Lima Marques:

Sabe-se que a grande dificuldade deste modelo constitucional programático está na sua aplicabilidade. As constituições liberais são mais facilmente, “implementadas”, pois delineiam um Estado que visa, sobretudo, garantir a “liberdade” dos cidadãos; um Estado que interfere minimamente na economia, baseado na crença da superioridade da regulação espontânea da sociedade. Já nas constituições sociais, em que o valor maior a tutelar é a “igualdade” do cidadão, são exigidas muitas ações governamentais para corrigir desequilíbrios.

A realidade tem demonstrado a falência dos dois sistemas. Efetivamente, o “welfare state”, assim denominados os sistemas políticos “protecionistas”, ou seja, aqueles que, reconhecendo a desigualdade de forças entre aqueles que detêm o capital e os que possuem a força de trabalho, preponderante num sistema capitalista, não tem conseguido sustentar o alto custo para sua manutenção.

Apesar da dificuldade pela implementação, o direito à saúde é direito social consagrado nos artigos 196 e 197 da Constituição Federal, que assim dispõem:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização, e controle, devendo sua execução, ser feita diretamente ou

através de terceiros, e também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Desta forma, o projeto apresenta fundamento constitucional para sua tramitação, devendo a questão dos custos de implementação da lei serem analisados pela Comissão de Finanças da Casa.

Por fim, há que se destacar que o artigo 6º do presente projeto de lei deve sofrer emenda corretiva para adequar a redação, conforme exigido pelo artigo 9º da Lei Complementar 107/2001, que estabelece normas para a elaboração, redação e consolidação das leis.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma de emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 274/2005

P A R E C E R :

O artigo 6º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Reni Pereira, Ratinho Júnior, Artagão Júnior e Delegado Bradock.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 274/2005

P A R E C E R :

Relatório

O nobre Deputado Estadual desta Casa de Leis, Mauro Moraes, apresenta proposição estabelecendo, no Estado do Paraná, critérios para criação do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário.

Fundamentação

É, a proposição, de suma relevância e benéfica à saúde pública não só deste Estado, mas a todos os cidadãos brasileiros.

Conclusão

A Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável à tramitação normal da proposição em tela.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.11.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 274/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 274/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, estabelece critérios para a criação do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Estado do Paraná.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não se encontra previsto no Orçamento do Estado, motivo pelo qual pode ser acatado, conforme disposto no artigo 135, inciso I, da Constituição Estadual.

Art. 135. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

O projeto cria despesa continuada para o Estado e não se encontra acompanhado da estimativa de impacto financeiro exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 15, 16 e 17, que assim dispõem:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expressão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Com efeito, não havendo estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para o custeio do presente projeto, a lei não pode ser aprovada por estar em desacordo com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000.

Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 28.09.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3631, de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10

(dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 274/2005.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Apoio às Pessoas com Psoríase. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2005, de 17.05.2005, em Projetos de Lei, pág. 24).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 293/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, no que tange à iniciativa legislativa acerca da proteção de defesa da saúde, encontra respaldo no artigo 24, VII, da Constituição Estadual. Porém, ao criar o programa em questão, encontra óbice face a Constituição Estadual, que assim dispõe:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das secretarias de Estado.

Isto posto, resta clara a inconstitucionalidade do projeto de lei no que tange à atribuição de funções à Secretaria de Estado da Saúde, presentes nos artigos 2º, 5º e 6º *caput* e parágrafo único. Ainda, a criação de um programa, objetivo deste projeto de lei, implica em movimentações financeiras, que devem estar apoiadas tanto na Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/2000 - quanto nas definições orçamentárias do órgão competente para sua execução. Em síntese, as movimentações financeiras devem estar mais bem explicitadas no bojo da lei.

Assim, realizamos a emenda ao projeto, nos liames do artigo 137 do Regimento Interno da Casa, modificando seu artigo 1º de acordo com a emenda que segue em anexo. A inconstitucionalidade é sanada visto que o projeto de lei teve como escopo de “autorização” do órgão competente, e não diretamente a “criação”. Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa. Com emenda.

Sala das Comissões, em 03.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 293/2005

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 293/2005, passa a vigorar a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizada ao Poder Executivo a criação no Estado do Paraná do programa de apoio às pessoas com psoríase.

Sala das Comissões, em 03.08.2005.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 293/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é da lavra da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o programa de apoio às pessoas com psoríase.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, com a inclusão de emenda.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, conforme consta do parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em tela busca garantir o diagnóstico e tratamento adequados à grande quantidade de pacientes atingidos pela doença. Essa providência diminuirá, a longo prazo, os gastos públicos com o tratamento da psoríase, que aumentam quando ela foge ao controle por falta de cuidados adequados.

É o nosso parecer favorável ao projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 293/2005

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, visando a criação de programa de apoio às pessoas com psoríase.

Segundo a justificativa para apresentação do projeto, a psoríase é uma doença bastante comum, manifestando-se em homens e mulheres de todas as idades, inclusive em crianças, sem cura e necessita tratamento contínuo adequado. O doente freqüentemente utiliza-se de tratamentos questionáveis e por conta própria, agravando sua condição.

Com o programa estaria sendo assegurado tratamento adequado, evitando-se os gastos públicos posteriores, além de fomentar a pesquisa e a divulgação de informações sobre a doença.

Sob o ponto de vista desta Comissão, a iniciativa merece prosperar, já que com a adoção do programa, uma parcela considerável da população poderá obter benefícios diretos à sua qualidade de vida.

Pelo exposto, somos de parecer favorável à regular tramitação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.10.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a utilização de publicidade por empresas privadas que efetuam a reforma e/ou a restauração de bens públicos móveis ou imóveis, obras públicas ou espaços situados em próprios do Estado e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTCE E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 045/2005, de 18.05.2005, em Projetos de Lei, pág. 11).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 303/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock tem por finalidade autorizar a publicidade por parte das empresas privadas, que promovem a reforma de bens públicos no âmbito do Estado do Paraná, com caráter de colaboração.

Breve Relato

O projeto dispõe acerca das empresas particulares que de alguma forma colaborarem com a reforma ou restauração de bens públicos, recebendo como retribuição o direito à faculdade de fazer publicidade de sua marca e produtos, serviços, etc.

Porém o projeto não deixa claro os limites dessa colaboração, se deriva de uma contratação da empresa com o poder público (artigo 2º da referida lei), tampouco faz referência à contratação, via procedimento licitatório (Lei 8666/93), pois, como regra, deve ser observado o princípio da licitação por parte da administração pública (artigo 37, XXI - CF), visto que a empresa “colaboradora” vai angariar bônus com a publicidade veiculada. Em suma, a possibilidade de publicidade por parte da empresa toma o caráter de retribuição, ainda que não financeira, devido o serviço de restauração ou reforma prestado.

Tal “benefício” pode gerar concorrência entre empresas particulares.

Constitucionalidade e Legalidade

Este projeto apresenta óbice de caráter constitucional, no que tange à possibilidade de publicidade da empresa prestadora de serviços para a administração pública, que deve, imprescindivelmente, ser feita via contrato administrativo celebrado após devido procedimento licitatório, como enuncia a Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios

de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Isto porque o projeto de lei prevê a possibilidade de colaboração por parte de empresas particulares, que, tendo como contrapartida a faculdade de realizar publicidade de sua marca, requer contratação respeitando liames do princípio da obrigatoriedade de licitação. A dita colaboração não seria de forma gratuita, mas sim com fins de propaganda da empresa.

Além disso, qualquer forma de contrato que vise convênio com empresa pública ou particular, será celebrado exclusivamente pelo Governador do Estado, como dispõe a Carta Constitucional Estadual:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição.

Portanto, atesta-se, a inconstitucionalidade de tal projeto, em face da Constituição Federal e Estadual.

Emenda

Supre-se o vício do projeto através de emenda, nos termos do artigo 137 do Regimento Interno da Casa, para que o projeto possa tramitar normalmente. A emenda ao projeto segue em anexo.

Técnica Legislativa

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, em sede de parecer, com a proposta emenda, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 03.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 303/2005

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 303/2005, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Toda e qualquer empresa privada poderá colaborar com o Governo do Estado na reforma e restauração de bens públicos móveis ou imóveis, obras públicas ou situados em prédios públicos, no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Para ter direito de fazer a publicidade da marca, serviço ou produtos, a empresa que se

dispuser a colaborar com a Administração Pública deve passar por procedimento licitatório, que abrirá oportunidade para outras empresas exporem sua marca em troca do serviço de reforma ou restauração prestado, garantindo igualdade de condições a todos os concorrentes.

Sala das Comissões, em 03.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 303/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 303/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispõe sobre a utilização de publicidade por empresas privadas que efetuem a reforma e/ou a restauração de bens públicos móveis ou imóveis, obras públicas ou espaços situados em próprios do Estado e dá outras providências.

O presente projeto tem como objetivo incentivar e buscar a colaboração de empresas para reforma e restauração de bens públicos do Estado, em contrapartida a empresa poderá se beneficiar com exposição de sua publicidade onde proceder a prestação de serviço.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 303/2005

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

O presente projeto, de autoria do Deputado Delegado Bradock, tem como escopo autorizar a publicidade por parte das empresas privadas que promovem a reforma de bens públicos no âmbito do Estado do Paraná, com caráter de colaboração.

Do Parecer

Tendo em vista a competência do Estado para regular a matéria, e ainda, os objetivos a que se destina, bem como, a emenda elaborada pela CCJ visando corrigir eventuais lacunas, entendendo-se que tal projeto contribuirá para beneficiar o Estado do Paraná e as empresas que com ele contratam, através de procedimentos licitatórios regulares, não encontramos óbices ao referido projeto de lei.

Isto posto, somos favoráveis à regular tramitação da proposta.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, criando no âmbito do Estado do Paraná, o conselho estadual de combate aos crimes cometidos pela rede mundial de computadores, conforme especifica e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDHCCDC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2005, de 14.06.2005, em Projetos de Lei, pág. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 378/2005

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 378/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer tem como objetivo criar o Conselho Estadual de Combate aos Crimes Cometidos pela Rede Mundial de Computadores o qual pretende combater e investigar a autoria de crimes praticados por meio da Internet. Dispõe que o Conselho deverá propor a criação de delegacias especializadas e treinamento especializado dos servidores responsáveis pelas investigações. Define a composição do Conselho e estabelece a regulamentação do projeto pelo Executivo. O projeto de lei se encontra embasado na realidade do mundo contemporâneo e na capacidade extraordinária de o crime evoluir em técnicas sofisticadas. De outro lado, é necessário dotar o Estado e a força policial com possibilidades e condições possíveis de fazer frente a tal avanço.

Da Legalidade

A legitimidade quanto à iniciativa para legislar acerca da matéria, encontra-se consubstanciada na Constituição do Estado do Paraná.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

A criação do Conselho sob análise certamente implica na concepção de novo órgão na estrutura da administração pública estadual. Dessa forma, há que se atentar à iniciativa privativa do Governador do Estado para legislar quanto à matéria.

Ademais, vale ressaltar que, uma vez implicando em aumento de despesa, o projeto deverá ter previsão orçamentária para prosperar em conformidade com o disposto no artigo 68 da CE:

Art. 68. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quanto compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;

Do Voto

O projeto de lei como se apresenta contém vício formal, tornando-o incompatível com o ordenamento jurídico e constitucional. Desta forma, apresenta-se emenda ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 378/2005, com a finalidade de adequá-lo aos postulados legais e à dinâmica desta Casa, na forma que segue:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar, no âmbito do Conselho Estadual de Combate aos crimes cometidos pela Rede Mundial de Computadores.

Com tal corretivo ao texto do projeto de lei, somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 03.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 378/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei é de autoria do Deputado Marcos Isfer, e tem como objetivo criar no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Combate aos Crimes cometidos pela Rede Mundial de Computadores, conforme especifica e adota outras providências.

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou, sobre a mesma, parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o artigo 33, parágrafo 9º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator que após análise do projeto em questão, realmente constata-se a necessidade da criação do Conselho Estadual de Combate aos crimes cometidos pela Rede Mundial de Computadores.

Temos alguns exemplos de crimes cometidos pela internet como: crimes contra o patrimônio, contra a honra, contra a liberdade individual, contra a propriedade imaterial, contra a paz pública, contra a fé pública.

E ainda, os crimes previstos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, os crimes de pedofilia e de divulgação de imagens pornográficas com crianças e/ou adolescentes através da internet. Observe-se ainda, que, segundo o último levantamento da Polícia Federal, constatou-se que dois terços dos responsáveis pela criação de páginas de pedofilia na internet, têm origem brasileira.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.09.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 378/2005

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 378/2005, objeto desta análise jurídico-legislativa, é de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, que cria, no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Combate aos Crimes cometidos pela Rede Mundial de Computadores.

O presente projeto tem por finalidade incentivar e fortalecer o combate aos crimes cibernéticos, ou seja, aqueles cometidos através ou por intermédio da Rede Mundial de Computadores.

Com o avanço da tecnologia e o desenvolvimento dos meios de comunicação, cresceu também o número de pessoas que usam a internet para o cometimento dos mais variados tipos de delitos.

A aprovação do presente projeto de lei trará mais controle e benefícios à população, bem como não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, restando aos estados cooperar e criar unidades especializadas no sentido de combater com eficácia os autores desses crimes.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.09.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/2005, que autoriza o Poder Executivo, a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, lotes de terras, situados nesta Capital, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/2005, de 23/08/2005, em Mensagens, pág. 04).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 494/2005

P A R E C E R :**Histórico**

O Projeto de Lei nº 494/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Estado do Paraná a doar à Cohapar, lotes de terra que especifica.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece condições para a doação e alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado em seu artigo 10, que assim dispõe:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Como se vê, a regra constitucional é de que os bens imóveis de propriedade do Estado não podem ser objeto de doação ou utilização gratuita, podendo ser feita somente em alguns casos e mediante os requisitos estabelecidos no artigo 10, a saber:

- a) autorização legislativa;
- b) que o beneficiário seja pessoa de direito público interno, órgão ou fundação da administração direta e indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, devendo ainda ser declarada de utilidade pública.

O projeto atende aos requisitos legais exigidos no artigo 10 da Constituição Estadual, todavia deve sofrer emenda modificativa para corrigir a redação do artigo 3º, que estabelece cláusula genérica de revogação, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar nº 98/95, que assim dispõe:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Da conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 494/2005

O artigo 3º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 494/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 494/2005, deriva da Mensagem nº 039/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual, o qual autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, imóveis urbanos que especifica, localizados no bairro Atuba, no município de Curitiba.

A transferência de propriedade dos imóveis do Estado à Cohapar tem por objetivo a promoção da regularização fundiária da localidade e construção de moradias populares, retornando automaticamente ao patrimônio estadual, caso seja utilizado para outro fim.

Chamada esta Comissão a ser manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 067/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, sugerindo a inclusão da farinha de mandioca, produzida no Estado do Paraná, na merenda escolar e na cesta básica. **Aprovada. (Publ. no DA nº 122/2005, de 07/11/2005, em Indicações, pág. 07).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3615, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3617, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3651, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DELEGADO BRADOCK (Pela Ordem)
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3652, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DELEGADO BRADOCK (Pela Ordem)
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3654, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DELEGADO BRADOCK (Pela Ordem)
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3656, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Oficie-se ao Secretário da Saúde, com urgência.**

Requerimento nº 3659, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DELEGADO BRADOCK (Pela Ordem)
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3553-A, 3623 e 3657-A, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3554-A, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3555-A, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3557-A e 3636, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3558-A, 3562-A, 3563-A, 3564-A, 3572-A e 3618, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3561-A, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 3613, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 3559-A e 3583-A, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3565-A e 3566-A, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3567-A, 3568-A, 3584-A, 3597 a 3600, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3569-A, 3570-A e 3639, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3571-A, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3644, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 3574-A, 3575-A, 3577-A, 3578-A, 3579-A e 3640 a 3643, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3581-A e 3582-A, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3592 a 3595, 3628 e 3629, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3617-A, 3618-A e 3653, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3609, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 3610, 3611, 3612, 3637 e 3638, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3619, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3625, 3626 e 3627, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3633, 3634 e 3635, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3645 a 3649, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Apenas para saber o horário da reunião, amanhã. Vai ser às 13h30min ou às 11h?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Comissão de Constituição e Justiça, às 13h30min e a Comissão de Orçamento, às 11h.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente Sessão, convidando os Srs. Parlamentares para a Sessão Solene que teremos dentro de quinze minutos, quando será outorgado o título de Cidadão Benemérito ao Ilmo. Desembargador Tadeu Costa.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 096/2004, 423 e 623/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 135, 293, 303, 378 e 494/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 624/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 059, 061, 063, 064 e 065/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2005.

“O Direito de Nascer”

Dom Moacyr Vitti
Arcebispo Metropolitano de Curitiba
Gazeta do Povo

Na hora em que o Brasil é chamado a consolidar as bases da cidadania e confirmar os valores de sua soberania, desejamos oferecer colaboração e diálogo com os Parlamentares, responsáveis pela elaboração das leis que orientam o nosso povo, em busca de uma sociedade justa e solidária.

Nós, Bispos integrantes do Conselho Permanente da CNBB e demais participantes, reunidos em Brasília, de 8 a 11 de novembro de 2005, sentimos o grave dever de expressar, com todos os homens e mulheres de boa vontade, o compromisso com a vida, dom de Deus, hoje tão agredida de tantas maneiras, e manifestar o pleno desacordo com projetos de lei que procuram despenalizar o aborto.

Está em pauta o substitutivo ao Projeto de Lei nº 1135/91, que pretende conceder a toda mulher o “direito” de interromper voluntariamente sua gravidez.

Trata-se de um ataque frontal ao direito básico de todo ser humano: o direito de nascer. Esta violação atinge os demais direitos humanos, provoca o desmoronamento da ordem social e jurídica e abre espaço para inúmeros desmandos morais.

É urgente, fundamentados em sólidos dados científicos, repetir que a vida humana começa com a fecundação, a partir da qual o ser humano possui patrimônio genético e sistema imunológico próprios e se desenvolve de modo coordenado, progressivo e contínuo. A vida humana deve ser respeitada e defendida desde o começo de sua existência até a morte natural.

Não é, portanto, admissível que uma proposta de lei ouse permitir a eliminação de um ser humano inocente e indefeso. Torna-se incoerente o discurso sobre direitos humanos, pois entra-se em contradição ao defender outros direitos, negando o direito primordial de nascer e viver.

Estas verdades referem-se a quantos reconhecemos a dignidade da pessoa humana. Atingem, ainda mais, os que cremos em Deus, que nos cria à Sua imagem e semelhança e resguarda a vida humana com o mandamento “não matarás” (Dt 5,17). Cada criança que nasce, renova a mensagem de amor, alegria e esperança da parte de Deus para a humanidade.

Reafirmamos que não pertence à mãe o direito de interromper livremente a gravidez, uma vez que o nascituro, mesmo portador de doença fetal incurável ou malformação congênita, tem desde o início sua própria dignidade, identidade diferente dos pais e unidade em seu desenvolvimento gradual e contínuo. A vida da mãe requer toda defesa, apreço e amparo. O mesmo tratamento precisa ser assegurado ao filho que ela acolhe em seu seio.

Somos chamados a cooperar, com profunda compreensão e apoio, especialmente, nos casos difíceis e até heróicos que muitas gestantes enfrentam em prol da vida nascente.

A todas as mães devem ser garantidos os serviços de auxílio à saúde, aos quais não podem ser equiparados atos que eliminam a vida do nascituro.

Recordamos que é sempre sagrado o direito à objeção de consciência dos profissionais de saúde que não admitem exercer a sua missão em oposição a seus princípios morais. O mesmo direito vale para as instituições de assistência à saúde. O Brasil conta com o humanismo, a clareza e a responsabilidade de nossos Parlamentares em favor da vida.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOBRANDINO DA SILVA, EM SESSÃO DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2005.

“A Classe Operária não vai ao Paraíso”

Márcio Renato dos Santos
Revista Idéias, Ano III, nº 31

Otimistas recomendam que se deve sonhar e, posteriormente, lutar para que o sonho se torne realidade. Por sua vez, pessimistas repetem chavões, e outros lugares-comuns, dando a entender que “não se paga imposto para sonhar”, mesmo porque, para os negativistas de plantão, tudo vai dar errado no final. Há outras, muitas, e variadas possibilidades para se discutir se vale a pena, ou não, sonhar. Há quem prefira outras palavras, como metas, projetos, planos a serem concebidos e, posteriormente, realizados. E quem é que não idealiza algo, seja lá o que for?

No final da década passada, o Governo do Paraná (durante a Era Lerner) - assim como um galanteador que se vale de um repertório de boas-intenções e promessas a fim de atrair sua presa - disputou com outros Estados a atenção de empresas multinacionais. O que a ex-5ª Comarca ofereceu? Entre outras vantagens, terrenos, facilidades, isenção de impostos, mordomias, e, ainda, mão-de-obra barata. O melhor dos mundos, não é mesmo? Ao menos deve ter sido assim que pensaram os poderosos da alemã Volkswagen/Audi e da francesa Renault que, em 1999, se instalaram na cidade de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

A Volkswagen/Audi se instalou em São José dos Pinhais no dia 18 de janeiro de 1999. A multinacional alemã gera 4200 empregos diretos e mais dez mil indiretos. De acordo com a assessoria de imprensa da Volkswagen/Audi, 95% dos empregos diretos beneficiaram e ainda favorecem moradores da Região Metropolitana de Curitiba. A empresa tem como produtos os confortáveis veículos Golf, Audi A3, Fox e CrossFox. Todo dia a linha de produção é responsável por finalizar 810 carros.

1999: a instalação da montadora alemã, e também da francesa Renault, modificou a vida de muitos paranaenses. Empresas Made in Paraná enxergaram a oportunidade de estabelecer parceria com multinacionais. Profissionais de variadas áreas, ambicionaram assumir postos de serviços, do chão de fábrica à chefia, incluindo diversas assessorias.

2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005: inegavelmente, as multinacionais geraram empregos. Mas, além dos automóveis, algo mais foi sendo gerado por lá. A exemplo do livro *Cadeiras proibidas*, de Ignácio de Loyola Brandão, onde, em meio ao cotidiano, surgem homens com furos nas mãos, ou seres tão desgastados, e fragilizados, que se transformam em barbantes, o parque automotivo de São José dos Pinhais passou a “produzir” trabalhadores lesionados, alguns inutilizados precocemente, para o trabalho e para a vida.

Miragem neoliberal

Rosângela Aparecida de Andrade, hoje com 37 anos, casada, mães de dois filhos, com residência em São José dos Pinhais, interpretou a instalação da montadora alemã como uma possibilidade de bom futuro. “Era a chance de minha vida melhorar”. Fez curso de qualificação profissional no Senai. No dia 12 de junho de 2000 foi admitida na Volkswagen/Audi. Exercia função de funileira. “Inspeccionava os carros. Passava a lixadeira. Se tivesse algum amassado, tinha que desamassar. Em poucos segundos”. No entanto, recebia como se fosse ponteadora. Salário: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais). Trabalhava, repetindo os mesmos movimentos, de segunda a sábado, durante oito horas por dia, com 40 (quarenta) minutos para refeição. Folga, só aos domingos. “Mas às vezes a gente era convocada para trabalhar até nos domingos”.

No final de outubro daquele mesmo ano, quatro meses após ser contratada. Rosângela passou a sentir dores. “Fui no ambulatório da empresa. Um dos médicos deu um remédio. Para mascarar a dor”. A produção foi se intensificando. Os movimentos repetitivos, também. As dores de Rosângela, ainda mais. “Meu braço gelava. Amortecia. Formigava.”. Da linha de produção para o ambulatório para a linha de produção. A via-crúcis da então funcionária da Volkswagen/Audi ainda estava para iniciar. Em janeiro de 2001, menos de sete meses depois da contratação, ela foi demitida. Percorreu 12 médicos até conseguir atendimento por meio do plano de saúde do marido. “Há médicos, e são muitos, que não gostam de atender ex-funcionário de multinacional.”

A saúde de Rosângela Aparecida de Andrade foi destruída pelo ritmo exigido pela multinacional alemã que produz 810 carros todo dia. Obstrução na artéria. Tendinite. Perfuração pulmonar. Risco de trombose. Retirada de uma costela. Síndrome do desfiladeiro torácico. Perda de 60% do movimento no braço direito. Tratamento fisioterápico. Ingestão de remédios. Além de seqüelas psicológicas. Muitas crises. Estes são alguns dos problemas que Rosângela “herdou” por ter trabalhado em uma empresa de onde saiu pela porta dos fundos.

“Não sou hipócrita de dizer que elas não trouxeram benfeitorias. Várias pessoas estão vivendo devido aos postos de trabalho criados pelas multinacionais. Produção é preciso. Sim. Mas e o lado humano?”, interroga-se Rosângela. Ela não é um caso isolado. “Tenho colegas e ex-colegas que, assim como eu, em menos de um ano

foram mandatos embora. Também, como eu, lesionados”. Rosângela classifica o ritmo de trabalho imposto pela Volkswagen/Audi ao trabalhadores como desumano. “Me considero menos que um robô. Durante a manutenção, pediram que a gente tivesse cuidado para não estragar a mangueira de um robô, que custa R\$ 13 mil o metro. Um funcionário da produção não custa nem R\$ 13 mil por ano. É mais fácil trocar um funcionário do que um robô, que é caro”. A experiência de Rosângela Aparecida de Andrade na Volkswagen/Audi pode ser resumida, por ela mesma, em uma única palavra: “tortura”.

Um mero número

A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) registra mais de 500 casos de afastamento nas montadoras, tanto na alemã como na francesa. O motivo são lesões por esforço repetitivos (LER) e distúrbio osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Portanto, o caso de Rosângela Aparecida de Andrade, ex-funcionária da Volkswagen/Audi, não é uma exceção. Raro é o lesionado, ou lesionada - a exemplo de Rosângela Aparecida de Andrade - que revela o nome, se deixa fotografar e diz, com todas as letras, o nome da empresa e a função em que atuou. Muitos temem sofrer represálias. “Ou coisa pior”, dizem, em coro, os muitos funcionários e ex-funcionários das montadoras que concordaram em conceder depoimento a Idéias.

J.P.M., 40 anos, apresenta um histórico” guardadas as proporções - similar ao de Rosângela Aparecida de Andrade. Ele também teve o imaginário fertilizado por sonhos ao receber a notícia de que um parque automotivo se instalava em São José dos Pinhais. Fez curso profissionalizante. Foi admitido em uma das montadoras. O ritmo intenso e os esforços repetitivos provocaram dores em J.P.M. Ele entrou em contato com o departamento médico. Recebeu anti-inflamatórios. E a rotina seguiu. A repetição dos movimentos por oito horas, ou mais, também. Então, marcou uma consulta com um ortopedista, particular, de quem recebeu a sentença: sua coluna estava totalmente deteriorada. Isso foi em 2004. J.P.M. está afastado e recebe aposentadoria, temporária, do INSS.

“O problema é que minha vida está totalmente limitada”. J.P.M., diz não realizar nem 50% do que fazia quando era saudável. “Não consigo carregar minha filha, bebê, no colo. Não posso caminhar nem por 30 minutos. Tenho tonturas. Queria minha vida de volta”. Para J.P.M., o ritmo de produção de uma montadora de automóveis é exagerado. “Às vezes, eu trabalhava 28 dias por mês. Não há musculatura que agüente isso”. Ele avalia que as condições de trabalho estão distantes do minimamente razoável. “As máquinas não têm regulagem para cada pessoa. É um só padrão. É desumano.”

Os lesionados apresentam históricos parecidos. No caso deles, seria possível afirmar que *As histórias são iguais*, valendo-se do título de um álbum de banda curitibana ReleSpública. Assim como J.P.M., um outro lesionado, A.R., que também pediu para não ser identificado, igualmente imaginou que, com o fato de instalação das

montadoras na Região Metropolitana de Curitiba, a vida seria melhor no futuro. Também fez curso, também entrou em uma montadora, também seguiu por um tempo em meio à pressão por resultados, repetindo movimentos todos os dias. Até surgirem as dores. “Quando procurei o ambulatório, agora em 2005, não agüentava mais. A dor era tanta que fui obrigado a pedir afastamento pelo INSS”. O mundo de A.R., assim como o de Rosângela Aparecida de Andrade, o de J.P.M., e o de outros tantos, também caiu. “Não sei o que vai ser da minha vida”.

J.P.M., A.R. e outros lesionados que preferem não revelar nem os nomes, nem as funções, nem mesmo o nome da montadora em que trabalharam, apresentam discursos parecidos ao justificar a opção pelo anonimato. Primeiro, porque estão afastados temporariamente e recebem via INSS. Depois, por entenderem que nunca foram tratados como seres humanos, e sim como números - ou siglas. E é por meio de siglas que pedem, insistentemente, para serem apresentados na reportagem.

Fábrica de lesionados

A Renault, assim como a Volkswagen/Audi, também se instalou no ano de 1999 em São José dos Pinhais, e também foi agraciada pelo então governo paranaense com o terreno - onde foi construído o Complexo Ayrton Senna - como brinde; e a inserção de impostos, como chamego. Em 2001, tinha 2.515 funcionários e produzia 71 mil veículos anualmente. Ano passado, com 2.330 empregados, finalizou 63 mil automóveis. De acordo com o DRT, 177 funcionários da Renault foram afastados por problemas como lesões por esforço repetitivo (LER) e distúrbios osteomusculares relacionado ao trabalho (DORT).

Os lesionados, tanto da Renault como da Volkswagen/Audi, têm encontrado auxílio em entidades, entre as quais, a Associação de Defesa da Saúde do Trabalhador (ADVT), criada originalmente em 1998 sob o título de associação dos Portadores de Ler (APLER). O fundador, e atual coordenador-geral, é um ex-bancário, também lesionado, afastado precocemente de suas funções. Trata-se de Alexandre José Felizardo. Ele conta que a entidade, com sede no centro de Curitiba, atende a uma infinidade de profissionais, mas a maioria são funcionários, ou ex-funcionários, das montadoras multinacionais.

“A linha de montagem é cruel. É uma máquina que massacra o seu humano”. Assim Felizardo define a rotina de quem trabalha nas montadoras. Para ele, uma estrada para tentar alterar essa cruel realidade passa, necessariamente, pela conscientização. “Para quem já está doente, a situação é muito difícil. Tem de lidar com reabilitação, indenização, aposentadoria”. E os que não estão doentes? “Têm que evitar de adoecer. Porque, depois, com a doença, a reabilitação é quase impossível”. Felizardo sabe que o problema é complexo - e que essa espécie de ciclo de destruição, no caso, da saúde do trabalhador, parece não ter fim. “Você conscientiza o trabalhador e ele pode até abandonar o emprego, buscar outra alternativa. Mas, daí, aparece outro, necessitando, que vai acabar

aceitando essas condições subumanas. E, lamentavelmente, vai se destruir”.

A médica psiquiatra Carmem Lúcia Schettini atende, em várias clínicas da capital, a pessoas que adoeceram no local de trabalho. E, entre esses trabalhadores, muitos são funcionários das montadoras. Os problemas variam, sobretudo, de assédio moral (o terrorismo exercido por superiores) até o estresse ocupacional. “O estresse em excesso muitas vezes, ‘anda junto’ com as lesões por esforço repetitivo. E a depressão piora ainda mais o quadro”. Carmem Lúcia Schettini informa ser alta a quantidade de funcionários das multinacionais, do chão de fábrica aos cargos de chefia, que apresentam problemas psicológicos. “Muitos já tentaram suicídio”. Para a médica psiquiatra, as empresas precisam repensar o *modus operandi*. “Não há qualidade de vida no universo do trabalho. É preciso respeitar o indivíduo. É necessário, inclusive, elogiar o funcionário. Isso até aumenta a produção”, ensina.

Mundo orwelliano

Sábios e não-sábios costumam repetir que nem tudo é o que parecer ser - e a máxima vale, sobretudo, para o mundo do trabalho, ainda mais para o parque automotivo de São José dos Pinhais. Isto remete à ficção. Lembra, entre tantas coisas, o universo criado pelo escritor inglês George Orwell no livro *1984*, onde, por exemplo, o departamento da verdade fomentava a mentira, assim como todos os demais órgãos geravam o oposto do que o nome anunciava.

Mais de 500 funcionários, da Volkswagen/Audi e da Renault, estão afastados por doenças do trabalho.

Já foi dito e muitos sabem. Estados brasileiros ofereceram mil e duas vantagens para as multinacionais. A Renault e a Volkswagen/Audi se instalaram no Paraná - como já foi mencionado, e todos têm conhecimento - porque o então governo paranaense forneceu terreno, isenção fiscal e outros regalos. No entanto, muita gente falou que tanto a multi francesa como a multi alemã vieram para cá, também, por outro, e fundamental, fator: o sindicalismo, no Paraná, é tido como o mais fraco de todo o território brasileiro. Assim, seria possível mandar, desmandar, explorar, tirar o couro, o sangue, enfim, fazer com que os fins justificassem os meios sem temer nenhuma represália.

Alexandre José Felizardo, da ADVT - Apler, é um dos que acredita na hipótese. “A Renault e a Volkswagen/Audi analisaram o mundo inteiro e viram que no Paraná o sindicalismo é muito fraco. Aqui, elas não iriam ter problemas. E, ainda por cima, houve o fracionamento. O sindicato patronal dos metalúrgicos atende metalurgia, papelão, um monte de coisas. O patronal é forte. Os trabalhadores são fracos.”

Os sindicalistas, naturalmente, têm outro ponto de vista. “O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) é considerado igual ou melhor do que qualquer outro em âmbito nacional”, dispara Nelson Silva de Souza, vice-presidente da entidade. Silva de

Souza observa que o SMC, que aglutina mais de 40 mil trabalhadores, tem conseguido defender o trabalhador e que o departamento médico da organização é operante.

Núncio Manala, diretor de saúde do Sindicato dos Metalúrgicos, recebe e acompanha trabalhadores lesionados de segundas às sextas-feiras, finais de semana e feriados, Manala afirma que lesões por esforços repetitivos afetam trabalhadores desde a década de 1990. No entanto, ele aponta que, nesses últimos tempos - tempos de montadoras no Paraná - o quadro parecer ter se agravado. “A cobrança por resultados é muito grande. Há pouco tempo para descanso. As jornadas de trabalho são longas e massacrantes”. Para Manala, se as empresas obedecessem às próprias regras de ergonomia já seria uma grande conquista para saúde dos trabalhadores.

Um dos metalúrgicos entrevistados por **Idéias** desenvolve um pensamento que traduz o paradoxo em que estão inseridos os trabalhadores que, assim como ele, ficaram lesionados: “Nunca imaginei que no lugar onde eu ia tirar o pão de cada dia eu também iria perder a minha capacidade de lutar pelo pão de cada dia”. Nem George Orwell seria tão orwelliano.

O paraíso ao inferno

O dilema dos paranaenses, vítimas de acidentes dentro do local de trabalho, está se tornando “caso de polícia”. Tanto, que o governo do Paraná teve de criar, em agosto deste ano, o Núcleo de Repressão a Crimes Contra a Saúde (Nucrisa). A titular da pasta, Paula Christiane Brisola, comunica que a Nucrisa acompanha mais de 250 inquéritos de acidentes de trabalho. “O que está surgindo com maior gravidade é a alta incidência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no setor automotivo. Temos até denúncias de médicos sendo mandados embora por darem diagnóstico em favor do funcionário”.

No dia 31 de outubro, representantes dos trabalhadores e das multinacionais sentaram na mesma mesa, tendo como anfitrião o governador Roberto Requião, no Palácio Iguaçu. A classe operária, por meio do sindicato, reivindica que o poder público seja ainda mais ativo. “O que pedimos é que o governo não dê nenhum incentivo para nenhuma empresa multinacional se essa empresa não tiver um comprometimento com a saúde do trabalhador. Afinal, essas montadoras vieram para cá, receberam incentivos e, juntamente com a produção, estão massacrando os operários. O governo precisa fazer alguma coisa”, protesta Nelson Silva de Souza, do Sindicato dos Metalúrgicos de Grande Curitiba (SMC).

O governo paranaense, parece, decidiu agir. O governador Roberto Requião criou uma comissão que vai vistoriar as montadoras. Representantes da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), do INSS, da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e técnicos das multinacionais

estiveram na Volkswagen/Audi, dia 08 de novembro, e na Renault, no dia seguinte.

Talvez, a partir de agora, com mais fiscalização, trabalhadores das multinacionais deixem de se tornar estatística nos quadros de lesionados e afastados precocemente de suas atividades. “Se o governador Requião entrar pra valer nessa briga, e realmente estiver do lado do trabalhador, o governo dele entra para a história”, diz um dos metalúrgicos entrevistados pela revista **Idéias**.

Afinal, a situação dos empregados das multinacionais, sobretudo os “chão de fábrica”, chegou ao limite. Um ex-metalúrgico, lesionado, hoje com seqüelas psicológicas, que tem alguns de seus colegas na mesma situação, durante conversa com a reportagem de **Idéias**, ao ser questionando se a classe operário, com a implantação do parque automotivo de São José dos Pinhais, foi ao paraíso, respondeu melancolicamente: “Paraíso? Eu fui para outro lugar. Hoje, minha vida é um inferno.”

Produtividade e exploração

VOLKSWAGEN/AUDI			
ANO	TRABALHADORES	PRODUÇÃO*	MÉDIA
2000	2.536	64 MIL	29,20
2004	3.184	130 MIL	40,82
2005**	4.000	217 MIL	54,00
RENAULT			
ANO	TRABALHADORES	PRODUÇÃO	MÉDIA
2001	2.515	71 MIL	28,27
2004	2.330	63 MIL	27,12
* carros ** estimativa			

